



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

SOFIA CASELLI FURTADO

**MIGRAÇÃO INTERNACIONAL EM SÃO PAULO: JINGAS DE ANGOLA,
MULHERES ANGOLANAS**

**CAMPINAS
2020**

SOFIA CASELLI FURTADO

MIGRAÇÃO INTERNACIONAL EM SÃO PAULO: JINGAS DE ANGOLA, MULHERES
ANGOLANAS

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestra em Demografia.

Orientadora: PROFA. DRA. ROSANA APARECIDA BAENINGER

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELA ALUNA SOFIA
CASELLI FURTADO E ORIENTADA
PELA PROFA. DRA. ROSANA
APARECIDA BAENINGER.

CAMPINAS
2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

F984m Furtado, Sofia, 1995-
Migração internacional em São Paulo : Jingas de Angola, mulheres angolanas / Sofia Caselli Furtado. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Rosana Aparecida Baeninger.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Migração. 2. Mulheres - Angola. 3. Mulheres migrantes - São Paulo (SP). 4. Transnacionalismo. I. Baeninger, Rosana Aparecida, 1963-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: International migration in São Paulo : Jingas de Angola, angolan women

Palavras-chave em inglês:

Migration

Women - Angola

Migrant women - São Paulo (SP)

Transnationalism

Área de concentração: Demografia

Titulação: Mestra em Demografia

Banca examinadora:

Rosana Aparecida Baeninger [Orientador]

Ana Silvia Volpi Scott

Maria de Fátima Guedes Chaves

Data de defesa: 30-03-2020

Programa de Pós-Graduação: Demografia

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: 0000-0002-5875-5153

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/5509659001652223>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A comissão julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 30 de março de 2020, considerou a candidata Sofia Caselli Furtado APROVADA.

Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger – Orientadora

Profa. Dra. Ana Silvia Volpi Scott – IFCH/UNICAMP

Profa. Dra. Maria de Fátima Guedes Chaves – Observatório das Metrôpoles

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Aos meus pais, André e Maristela
Ao meu irmão, Rafael
Por todo o suporte dado

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001.

O momento de agradecer a todas as pessoas que me são valiosas chegou e a mim cabe o desafio de recordar cada momento compartilhado vivido no processo de elaboração dessa dissertação, que, para mim, ultrapassa os limites de um trabalho acadêmico: diz sobre amadurecimento, sobre aprendizados, sobre conhecimento. E este processo não seria possível sem o apoio de muitas pessoas que cruzaram meu caminho ao longo destes últimos anos.

A começar pelos meus pais, Maristela e André, que me apoiam, são meu suporte e meu porto seguro, por acreditarem em mim e estarem sempre atentos aos meus desabafos, me acolhendo todos os dias, carinhosamente me guiando ao longo desse caminho que pouco se sabe onde chegará. Eles, que acreditaram em mim, dando firmeza no meu caminhar. Ao meu irmão, Rafael, grande inspiração e orgulho para mim. Grande conexão que o Universo me proporcionou, tendo a oportunidade de realizar tantas trocas e aprendizados. Sou grata por poder plantar, cultivar, colher e compartilhar ao seu lado. Às minhas avós, avôs e ancestrais, que fazem parte de quem eu sou hoje, me guiam e me inspiram até os dias de hoje.

À minha orientadora, Profa. Dra. Rosana Baeninger, por acreditar em mim, me orientar e me dar suporte a cada nova etapa dessa vivência. Sou grata pelo amadurecimento gerado nesses anos de tutoria, que serão levados como aprendizado em toda minha trajetória profissional e pessoal. Agradeço também por ter me proporcionado a experiência de trabalhar junto ao *Observatório das Migrações em São Paulo*, grupo de amigos e colegas que me mostraram o potencial do trabalho em grupo. Em especial, Joice e Natália, por terem me dado todo o apoio e Camila e Luís Felipe, por terem me acolhido e me proporcionado muitos aprendizados. À professora Fátima e ao professor João Carlos Jarochinski por toda a rica contribuição dada na banca de qualificação. À professora Roberta, por ter me inspirado ao longo dessa trajetória, com trabalhos e contribuições que eu admiro. À Adriana por todo o suporte dado na formatação desta dissertação, imprescindível para a conclusão desse trabalho.

À equipe da CEPAL de Brasília, que me acolheu e me deu a oportunidade de contribuir com trabalhos que são fonte de inspiração e me fazem crescer todos os dias, por ter me dado todo o suporte necessário nos momentos finais de minha dissertação. Grata Camila Gramkow e Carlos Mussi por abrirem esta porta. À Embaixada de Angola, que generosamente abriu suas portas para um rico diálogo.

Às imigrantes e aos imigrantes que contribuíram para que esta pesquisa fosse possível, para o amadurecimento, que me abriram as portas de suas casas, de suas vidas e de suas famílias e me mostraram de coração aberto feridas e vitórias adquiridas ao longo de suas trajetórias. A eles sou grata por tudo e fica o compromisso que tenho de levar à sociedade brasileira o potencial que essas pessoas têm para nosso país e para nossa sociedade.

Às minhas queridas e grandes amigas, que foram como um espaço de acolhimento e crescimento pessoal, Larissa, Manoela e Raissa. Grandes mulheres, maior presente que o ano de 2018 poderia me gerar. Grata por me escutarem, por me ensinarem e por todas as trocas ao longo desses dois anos, que pareceram mais uma vida de parceria. Aos pequenos companheiros, mas que muito me ensinam, Tom e Raul.

À minha coorte, que se uniu desde o início do primeiro semestre, mostrando o potencial do apoio e união. Pelas madrugadas compartilhadas, pelos dias de lanche, pelas risadas e choros acolhidos. Ao Felipe, pelas noites viradas, ajuda infinitas e gentilezas, Juliana, querida e sempre proporcionando encontros aconchegantes, Suyanne, pela companhia desde o início da graduação, Matheus, companheiro de luta, Vinicius, companheiro de labs e lutas, Camila, com quem tive a oportunidade de compartilhar muito conhecimento.

Às professoras e professores, pesquisadoras e pesquisadores do Departamento de Demografia, que muito me ensinaram sobre demografia e me deram a oportunidade de ser representante discente, contribuindo para meu crescimento pessoal e profissional, nessa longa jornada que se inicia. À professora Ana Silvia Scott, em especial, por ter acompanhado o meu desenvolvimento acadêmico desde a graduação, compondo as bancas de qualificação e defesa. Às grandes inspirações de demógrafas que me mostraram os caminhos da demografia, Kelly e Giovana.

Às queridas amigas e aos queridos amigos, Ana Clara, Carolina, Júlia, Jean, Flávia, Vanessa que dividiram e compartilharam comigo, de maneira leve e descontraída, a importância do apoio entre companheiros de resistência e amizade. À Diana, que me acompanha nessa jornada, com quem eu dividi planos, angústias, que também me apresentou os incríveis caminhos da pouco explorada cultura dos sabores e aromas latino-americanos. Ao meu querido amigo, Raphael, com quem tenho a oportunidade dividir experiências, reflexões e trocas, que me acompanhou ao longo de toda a graduação. Aos amigos e amigas do Movimento Escoteiro, a quem sou profundamente grata pelas experiências que tive ao longo dos últimos anos. À ONU Mulheres, em especial à Isabel Klavelin, pelo trabalho de

À comunidade de yoga e meditação, que muito me auxiliou no desafiante e incessante caminho em direção ao autoconhecimento. Ao querido amigo e instrutor de yoga,

Akash, por ter me introduzido na filosofia do yoga, à Andrea por me orientar na jornada do autoconhecimento através de suas poções mágicas e a toda comunidade da Ananda Marga, por ter me apresentado ferramentas que me acompanham até hoje na minha missão no mundo. À minha psicóloga, Helena, por ter me dado suporte, ter me ouvido e me orientado nos melhores e piores momentos.

Agradeço, por fim, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), processo nº 88887.341554/2019-00, pelo financiamento a esta pesquisa.

"Mas que é a utopia senão o fruto da percepção de dimensões secretas da realidade, um afloramento de energias cotidianas que antecipa a ampliação do horizonte de possibilidades aberto ao homem? Esta ação de vanguarda constitui uma das tarefas mais nobres a serem cumpridas pelos intelectuais nas épocas de crise" – Celso Furtado, 1984

RESUMO

Em um cenário permeado pela mobilidade do capital e da força de trabalho (SASSEN, 1988), o Brasil se insere nas rotas das migrações internacionais contemporâneas com importantes mudanças no perfil da população imigrante do país (BAENINGER, 2017), além do surgimento de novas origens, trajetórias e modalidades migratórias (DUMONT, 2006), em uma dimensão transacional da mobilidade (GLICK-SHILLER; BASCH; SZANTON, 1992; DE HAAS, 2005). A partir desse pano de fundo, este trabalho busca compreender como as mulheres angolanas são inseridas nas rotas das migrações internacionais transnacionais contemporâneas em São Paulo. Percebendo a complexidade e multiplicidade que compõe a migração angolana no Brasil, tanto pelo seu caráter de longa data, quanto pelos diversos perfis que integram estes fluxos, entende-se a migração angolana no Brasil pertencente ao grupo de fluxos mistos (OIM, 2009). Para melhor interpretar essa multiplicidade de perfis, são acionadas as noções de redes sociais (MASSEY et al, 1988), de modalidades migratórias (BAENINGER, 2012; ALMEIDA; BAENINGER, 2013) e de expectativas temporais (ROBERTS, 1995). Através de trabalhos de campo realizados, foram identificados os principais perfis da migração angolana atualmente em São Paulo, sendo identificado as mulheres como parte importante deste fluxo recente. São aprofundadas as formas de configuração deste deslocamento de mulheres na região de São Paulo, principal destino da migração angolana no Brasil. São mulheres guerreiras, capazes de mobilizar exércitos em suas rotas, assim como fizeram Jinga de Angola.

Palavras-chave: Migração; Mulheres – Angola; Mulheres migrantes – São Paulo (SP); Transnacionalismo.

ABSTRACT

In a scenario permeated by the mobility of capital and workforce (SASSEN, 1988), Brazil is inserted in the routes of contemporary international migration with important changes in the profile of the country's immigrant population (BAENINGER, 2017), in addition to the emergence of new origins, trajectories and migratory modalities (DUMONT, 2006), in a transactional dimension of mobility (GLICK-SHILLER et al, 1992; DE HAAS, 2005). From this background, this work seeks to understand how Angolan women are inserted in the routes of contemporary international transnational migrations in São Paulo. Realizing the complexity and multiplicity that makes up Angolan migration in Brazil, both because of its long-standing character and because of the different profiles that integrate these flows, it is understood that Angolan migration in Brazil belongs to the group of mixed flows (IOM, 2008-2009). To better interpret this multiplicity of profiles, the notions of social networks (MASSEY et al., 1988), migratory modalities (BAENINGER, 2012; ALMEIDA; BAENINGER, 2012) and temporal expectations (ROBERTS, 1995) are used. Through fieldwork, the main profiles of Angolan migration currently in São Paulo were identified, with women being identified as an important part of this recent flow. The forms of configuration of this displacement of women in the region of São Paulo, the main destination of the Angolan migration in Brazil, are deepened. They are women warriors, capable of mobilizing armies on their routes, just as Jinga from Angola did.

Keywords: Migration; Women – Angola; Migrant women – São Paulo (SP); Transnationalism.

RESUMEN

En un escenario permeado por la movilidad del capital y la fuerza laboral (SASSEN, 1988), Brasil se inserta en las rutas de la migración internacional contemporánea con cambios importantes en el perfil de la población inmigrante del país (BAENINGER, 2017), además de la aparición de nuevos orígenes, trayectorias y modalidades migratorias (DUMONT, 2006), en una dimensión transaccional de la movilidad (GLICK-SHILLER et al., 1992; DE HAAS, 2005). Desde este contexto, este trabajo busca comprender cómo las mujeres angoleñas se insertan en las rutas de las migraciones internacionales transnacionales contemporáneas en São Paulo. Al darse cuenta de la complejidad y multiplicidad que conforman la migración angoleña en Brasil, tanto por su carácter de larga data como por los diferentes perfiles que integran estos flujos, se entiende que la migración angoleña en Brasil pertenece al grupo de flujos mixtos (OIM, 2008-2009) Para interpretar mejor esta multiplicidad de perfiles, se utilizan las nociones de redes sociales (MASSEY et al, 1988), las modalidades migratorias (BAENINGER, 2012; ALMEIDA; BAENINGER, 2012) y las expectativas temporales (ROBERTS, 1995). A través del trabajo de campo, se identificaron los principales perfiles de la migración angoleña actualmente en São Paulo, y se identificó a las mujeres como una parte importante de este flujo reciente. Las formas de configuración de este desplazamiento de mujeres se profundizan en la región de São Paulo, el principal destino de la migración angoleña, y en Brasil.

Palabras clave: Migración; Mujeres – Angola; Mujeres migrantes – São Paulo (SP); Transnacionalismo.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Estrutura Etária da população por sexo, Angola, 2014.....	39
GRÁFICO 2 - Assistência durante o parto.....	42
GRÁFICO 3 – Taxa de Analfabetismo na população com 15 ou mais anos, segundo idade, Angola, 2014.....	43
GRÁFICO 4 – Percentagem da população de 15 anos e mais que possui pelo menos o ensino primário completo, Angola, 2015-2016.....	44
GRÁFICO 5 – Distribuição percentual de homens e mulheres de 15-49 anos, empregados nos 7 dias anteriores ao inquérito por ocupação, Angola, 2015-2016	45
GRÁFICO 6 – Atitudes em relação à violência física	45
GRÁFICO 7 – Percentagem de mulheres de 15-49 anos, alguma vez casadas, que sofreram violência emocional, física ou sexual cometida pelo parceiro, segundo grupos etários, Angola, 2015-2016	46
GRÁFICO 8 – Imigrantes internacionais registrados (Registro Nacional de Estrangeiro – RNE), segundo ano do registro. Brasil e Macrometrópole Paulista, 2000 a 2017	56
GRÁFICO 9 – Imigrantes angolanos por década que fixaram residência no Brasil. Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. População residente em 1991 e 2000	58
GRÁFICO 10 – Número de imigrantes angolanos registrados, entre 2000-2017, nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.....	63
GRÁFICO 11 – Número de imigrantes angolanos registrados, em 2000-2017, por sexo e por Unidade de Federação de ingresso no Brasil	64
GRÁFICO 12 – Imigrantes angolanos registrados no estado de São Paulo, entre 2000 e 2017, por idade e sexo.....	66
GRÁFICO 13 – Meio de transporte utilizado no deslocamento dos imigrantes registrados em São Paulo – 2000-2015	67
GRÁFICO 14 – Solicitações de refúgio ativas de angolanos no Brasil, por Unidade de Federação, 2013-2019	71
GRÁFICO 15 – Desenvolvimento de pedidos de refúgio de cidadãos de Angola 2000 a 2018.....	72
GRÁFICO 16 – Solicitações de angolanos na condição de refugiado ativas (ou seja, aguardando decisões do Conare) em 09 de outubro de 2019.....	72
GRÁFICO 17 – Fluxo de decisões sobre pedidos de refúgio realizadas pelo CONARE, Brasil, 2108-2019.....	74
GRÁFICO 18 – Amparo legal segundo o ano de registro do imigrante (percentual).....	78
GRÁFICO 19 – Vínculos ativos de imigrantes no estado de São Paulo, segundo nível de escolaridade 2013-2017	82

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 – Refeição oferecida aos imigrantes e refugiados que participavam das atividades da ONG aos sábados.....	89
FOTO 2 – Dia de ação voluntária, com a presença de dentistas, médicos, psicólogos e advogados, para imigrantes, refugiados e moradores da região na ONG	90
FOTO 3 – Dia de recepção e treinamento dos voluntários	92
FOTO 4 – Galeria Presidente, vista do 3º andar	102
FOTO 5 – Fachada de salão com exposição de diferentes tipos de apliques e no andar de cima uma loja de sapatos masculinos	103
FOTO 6 – Mulheres imigrantes do continente africano dançando em um salão na Galeria Presidente	107
FOTO 7 – "Maria....Mery" de Fineza Teta, artista angolana	122

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Localização de Angola no continente africano e suas províncias.....	35
MAPA 2 – Distribuição geóétnica de Angola.....	36
MAPA 3 – Distribuição da população por província, 2018	38
MAPA 4 – Distribuição dos imigrantes angolanos registrados (RNE), entre 2000-2017, segundo o município de residência no estado de São Paulo.....	65
MAPA 5 – Reconhecimento de refúgio por país de origem em 2018.....	69

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Distribuição dos imigrantes angolanos por ano que fixou residência no Brasil. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado de São Paulo. População residente em 2000	60
TABELA 2 – Distribuição dos imigrantes angolanos por ano que fixou residência no Brasil. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2000	60
TABELA 3 – Número de imigrantes angolanos registrados, entre 2000-2017, todos os estados brasileiros	62
TABELA 4 – Estado Civil dos imigrantes angolanos registrados em São Paulo – 2000-2017	66
TABELA 5 – Tipo de visto, homens e mulheres, São Paulo, 2000-2017	68
TABELA 6 – Dados sobre refugiados de origem angolano no mundo	70
TABELA 7 – Amparo Legal do imigrante angolano em São Paulo, 2000-2017	75
TABELA 8 – Principais mecanismos de amparo legal da regularização de africanos no Brasil, 2010-2015.....	77
TABELA 9 – Ocupação imigrantes Angolanos em São Paulo, entre 2000 e 2016.....	79
TABELA 10 – Distribuição relativa (%) dos Vínculos de empregos das mulheres imigrantes angolanas registrados (RNE), 2011-2017	81
TABELA 11 – Entrevistas realizadas com mulheres angolanas em São Paulo entre Outubro de 2019 e Janeiro de 2020	98

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 – MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E CONTEXTOS DE EMIGRAÇÃO E IMIGRAÇÃO: ENTRE ANGOLA E BRASIL.....	24
1.1 MIGRAÇÃO TRANSNACIONAL E MIGRAÇÃO SUL-SUL	24
1.2 AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL	28
1.3 CONTEXTO DE SAÍDA.....	34
1.4 AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ANGOLA.....	49
CAPÍTULO 2 – O FLUXO MIGRATÓRIO ANGOLA-BRASIL NO SÉCULO 21: ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS DE MIGRAÇÃO	54
2.1 AS BASES DE INFORMAÇÃO	54
CAPÍTULO 3 – MIGRAÇÕES MISTAS E AS MODALIDADES DA MIGRAÇÃO ANGOLANA DE MULHERES EM SÃO PAULO.....	84
3.1 REVISITANDO CONCEITOS – REDES, FLUXOS MISTOS E MODALIDADES MIGRATÓRIAS	84
3.2 APROXIMAÇÕES	87
3.2.1 MODALIDADES MIGRATÓRIAS	96
3.3 EXPECTATIVAS TEMPORAIS E REDES SOCIAIS NA TRAJETÓRIA DA MIGRAÇÃO ANGOLANA EM SÃO PAULO	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS	133
ANEXOS	147
ANEXO 3 – MAPA DAS REGIÕES AFRICANAS	151
ANEXO 4 – MAPA DO ESTADO DE SÃO PAULO COM DIVISÃO MUNICIPAL	152
ANEXO 5 – FOTOS DO ALMOÇO REALIZADO NA CASA DE FERNANDA.....	153
ANEXO 6 – MAPA DE DIALETO DE KIKONGO	154

INTRODUÇÃO

Abordar a temática das migrações contemporâneas é abordar uma componente da estruturação de uma sociedade globalizada. Se torna impossível, portanto, analisar isoladamente as causas e consequências do fenômeno nos locais de origem ou nos locais de destino, na forma de um dualismo metodológico, frequentemente assumido nas análises sobre o fenômeno. A migração hoje não se limita apenas ao fluxo de pessoas. Está essencialmente vinculada aos fluxos de bens materiais e simbólicos, informações, capital, valores culturais entre os territórios e tantos outros fatores que tornam a migração um fenômeno complexo. Consequentemente as redes que conectam os países se tornam cada vez mais aprofundadas e integradas, marcador do dinamismo das migrações contemporâneas e potencial gerador de mudanças estruturais tanto no país de origem, quanto no país de destino.

Diante da complexa trama de relações sociais, políticas e econômicas envolvidas no fenômeno das migrações contemporânea, é necessário assumir que sistematizar a realidade social demanda compreender a influência de um sistema de relações local-global das redes e relacionamentos, derivados da desterritorialização da vida social (APPADURAI, 1990). No fenômeno da migração, um sistema local-global é recriado, contribuindo diretamente para a globalização da sociedade contemporânea. Como recurso metodológico, o transnacionalismo é usado como fenômeno social emergente, mas também como ferramenta para interpretar as peculiaridades da migração internacional na era da globalização.

As comunidades transnacionais formadas a partir dos dinâmicos fluxos migratórios mostram que, através da migração, as sociedades, comunidades e famílias se expandem para outros territórios, sem deixar de pertencer ao território de origem, gerando uma reconfiguração das espacialidades, incorporando os lugares onde se reproduzem e transformando a sociedade de destino em um espaço desterritorializado e globalizado. Canales (2019, p. 7) afirma sobre as migrações: “Na sociedade global, sua espacialidade é apenas territorialmente restrita e delimitada pelos contornos de sua mundialização”.

A migração, nesse sentido, contribui para a estruturação e dinâmica da sociedade global através da reprodução e transformação do espaço e das relações sociais (GIDDENS, 1986; CANALES, 2019). Através do tecido social construído com base na migração, famílias e comunidades assumem um formato transnacional, onde as próprias redes familiares e redes sociais (MASSEY et al., 1998) são estrategicamente acionadas como recursos sociais para sobrevivência e permanência das comunidades e migrantes.

Como ferramental para interpretação do fenômeno em sua complexidade, este trabalho faz uso da análise dos processos sociais, das redes, relações sociais e interações entre os indivíduos, de forma a captar suas dinâmicas ao longo do tempo e não se limitando a um retrato estático do momento da pesquisa. Os fatores histórico-estruturais são os como motivadores e desencadeiem a migração, como gatilhos, e as redes sociais e familiares permitem que a migração se concretize, se perpetue e se expanda para além dos limites territoriais, sendo responsável pela formação das comunidades transnacionais.

Tendo como pano de fundo a complexa trama da migração internacional no mundo globalizado, o Brasil se insere na dinâmica das migrações transnacionais como destino de fluxos migratórios, em especial daqueles de origem do Sul Global, como é o caso da migração angolana em São Paulo. A migração angolana no Brasil é expressiva desde a década de 1990 e teve, até os anos 2010, o Rio de Janeiro como principal destino. Diante da reconfiguração do contexto geopolítico internacional, São Paulo passou a ser o principal destino da migração angolana no Brasil, a partir de 2011.

Angola também será palco de mudanças demográficas importantes nos próximos anos: até 2100, estima-se será a 11ª nação no mundo em número de habitantes. A população hoje está em 31 milhões habitantes, segundo o Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE). Projeções feitas pela ONU (UNITED NATION, 2019) estimam que em 2100, a população atingirá 188 milhões de habitantes. Em 1950, Angola tinha 4,5 milhões de habitantes, em 2000, 26,4 milhões. Associado ao aumento da densidade demográfica e à composição das dinâmicas da população, está a falta de infraestrutura básica que o país enfrenta, consequência de séculos de invasão dos portugueses no território, que deixaram marcas em forma de falta de serviços básicos de saúde e educação, bem como milícias armadas e um governo que, pela primeira vez em 2017, foi eleito via eleições, após 38 anos com o mesmo presidente no cargo. Todos esses aspectos estruturantes da história de Angola compõem parte importante da compreensão sobre migração angolana em São Paulo e estão presentes nos relatos dos imigrantes entrevistados.

Ao longo dos anos, o fluxo migratório angolano foi adquirindo diferentes características e perfis, o que demonstra que, para além da compreensão do contexto de origem da migração, a identificação das redes acessadas e a formação de comunidades transnacionais são centrais no estudo da migração angolana contemporânea. Este trabalho, portanto, se propõe compreender as transformações do perfil migratório angolano, através da identificação de fluxos mistos identificados, que se configuram e reconfiguram diante das dinâmicas transnacionais, através da formação redes sociais (MASSEY et al., 1998; TRUZZI,

2008; FUSCO, 2001), das modalidades migratórias (DUMONT, 2006; WIHTOL DE WENDEN, 2001; BAENINGER, 2012; ALMEIDA; BAENINGER, 2013) e das expectativas temporais da migração (ROBERTS, 1995).

Nessa trajetória de pesquisa, compondo parte das pesquisas realizadas pelo Observatório das Migrações em São Paulo, também foram surgindo perfis específicos da migração angolana, que ficaram em evidência sobretudo a partir da segunda década dos anos 2000, como é o caso das mulheres angolanas.

As mulheres angolanas são destacadas pelas especificidades, complexidade, dificuldades e potencialidades características deste grupo. São diferentes os perfis da migração recente de mulheres em São Paulo e, portanto, singulares os desafios enfrentados individualmente e coletivamente. No entanto, há também semelhanças nesses aspectos, que perpassam as trajetórias, tanto no sentido de suas potencialidades e objetivos, como no sentido de dificuldades enfrentadas. Em comum, essas mulheres demonstram a coragem, força e persistência, qualidades que lhes permite enfrentar obstáculos impostos ao longo de toda sua trajetória de vida e que, na migração, são evidenciados. Estas qualidades são também as qualidades de N'Zinga de Angola, ou Jinga de Angola, como descreve Linda Heywood (2017, s.p.):

Poderosa e destemida, a rainha Jinga não recuou um centímetro para tentar preservar seu território dos colonizadores portugueses na África. No século XVII, essa figura guerreira e transgressora, cuja inteligência tinha o mesmo grau de sua ferocidade, desafiou todas as limitações impostas ao seu gênero. [...] No auge de seu reinado, na década de 1640, Jinga governava quase um quarto do que corresponde ao norte de Angola nos dias de hoje. [...] Quem foi a rainha Jinga? Não há uma resposta simples. Em um mundo onde mulheres eram subjugadas pelos homens, ela reiteradamente superava seus competidores do sexo masculino e desrespeitava as normas estabelecidas para seu gênero.

Buscando entender quem são essas mulheres imigrantes que vivem hoje em São Paulo, me deparei com N'Zinga de Angola e todo seu legado: para a história da formação de Angola, para a herança cultural que a imigração forçada dos anos de escravidão formou no Brasil, através da capoeira, das canções e histórias orais e para o entendimento das próprias imigrantes do que é ser mulher nos deslocamentos, que vai de encontro com a personalidade e com o imaginário sobre a figura que Jinga representa. É em homenagem à essas mulheres que o título dessa dissertação cita Jinga de Angola¹.

¹ N'Zinga, Jinga, Zinga, Ginga, foram algumas das variações encontradas ao longo das leituras feitas. Fazendo referência à bibliografia citada, de Linda Heywood (2017), principal referência deste trabalho, bem como ao uso da palavra ginga na língua portuguesa, optou-se o uso do título da dissertação fazendo "Jinga de Angola".

Compreender a migração exige que o pesquisador entenda também seu lugar enquanto estudioso, sobretudo quando não se faz parte do grupo estudado, como é meu caso, na compreensão da migração angolana. Ainda que eu não seja angolana ou esteja inserida dentro de um contexto migratório, me vejo em um espaço privilegiado, em que posso fazer uso desta oportunidade enquanto pesquisadora para potencializar e identificar as principais contribuições da migração angolana, desmistificando e mostrando a quem se interessa pelo tema quais as potencialidade e possíveis mudanças que a integração destes perfis tão variados agregam à sociedade brasileira. A presença das mulheres angolanas em São Paulo se mostrou um potencial gerador de mudanças no entendimento do negro imigrante no Brasil. As modalidades migratórias encontradas são excelentes ferramentas para identificar os perfis, suas características e suas estratégias.

Este trabalho, portanto, tem a proposta trazer reflexões sobre a migração angolana contemporânea, num contexto marcado pelo adensamento das conexões entre lugares, países e pessoas, sobretudo de mulheres em São Paulo, sem perder de vista a complexidade do fenômeno que vai para além das fronteiras geopolíticas e perpassa uma trama transnacional de conexões globais, que se manifestam a nível individual. Nesta compreensão da migração enquanto fenômeno social (SASSEN, 2010), a migração angolana adquire um caráter heterogêneo e multifacetado, identificado através de entrevistas realizadas ao longo do ano de 2019 e 2020. Desta forma, são identificados e caracterizados os diferentes perfis migratórios das mulheres angolanas residentes na cidade de São Paulo, compreendendo São Paulo como rota das migrações internacionais, na construção de redes que perpassam toda a trajetória e projeto migratório.

Aliando a interpretação dos dados demográficos do país de origem, aos relatos das imigrantes entrevistadas e à leitura do contexto ao qual está inserida a migração angolana no Brasil, são feitas análises de maneira integrativa da situação da migração angolana contemporânea, bem como as especificidades de cada grupo, dentro da migração de mulheres. A migração feminina é composta de características particulares da migração feminina e está inserida em contextos determinantes para a forma como estas mulheres serão acolhidas e inseridas nas localidades. O fato de a cidade de São Paulo ser uma cidade integrada à lógica transnacional das cadeias globais faz com que estas mulheres enfrentem dificuldades estruturais, que perpassam as fronteiras regionais, onde continuam condicionadas ao papel de mulher, agora num outro contexto de enfrentamento a preconceitos raciais, de gênero e étnicos atrelados ao contexto social brasileiro. A forma como se expressam os preconceitos no Brasil é através da dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal, na dificuldade de

permanência em empregos, na sobrecarga do trabalho de cuidado e de manutenção do ambiente doméstico, na discriminação racial e étnica, entre muitos outros relatos encontrados. Como forma de sobrevivência e permanência, essas mulheres demonstram sua versatilidade, força e capacidade de desviar dos obstáculos, como Jinga de Angola demonstrou, como na ginga da capoeira se faz. É nesse sentido que este trabalho caminha, na busca por evidenciar os esforços de adaptação dessas mulheres no contexto da migração em São Paulo.

Esta dissertação está dividida em três capítulos: o primeiro capítulo, intitulado “Migração Internacional e Contextos de Emigração e Imigração: Entre Angola e Brasil”, situa o leitor sobre o guarda-chuva teórico de onde é feita a leitura. Num segundo momento, busca-se recuperar a composição demográfica da população angolana, como um retrato das características que expressam as condições de vida da maior parte da população, bem como as particularidades enfrentadas pela migração angolana. Nesta primeira etapa, são também apresentados aspectos centrais no entendimento das relações bilaterais entre Angola e Brasil e a o contexto brasileiro de recepção.

O segundo capítulo desta pesquisa, intitulado “Análise Descritiva dos Dados de Migração”, busca, através de fontes diferentes fontes de dados diretos e indiretos sobre migração no Brasil, recuperar a trajetória da migração em diferentes esferas: desde municipais, estaduais até federais, de maneira a aprofundar e acompanhar quantitativamente a evolução deste fluxo no território brasileiro. Ao longo deste capítulo, foram surgindo obstáculos no uso das bases, decorrente das limitações de uso das bases de dados, explanadas no segundo capítulo.

Finalmente, o terceiro capítulo, intitulado “Jingas em São Paulo: as mulheres Angolanas”, busca aproximar todos os aspectos teóricos trabalhados ao longo dos dois primeiros capítulos, de experiências relatadas pelos entrevistados e de observações realizadas feitas ao longo da pesquisa, que contaram com o rigor antropológico, metodológico e ético de preparação e aproximação.

Ao longo desta trajetória, convido o leitor ou a leitora a navegarem rumo às águas não tão conhecidas e nem tão distantes do país que divide conosco idioma, histórias, raízes, lendas, antepassados, ancestrais, mas também atualidades, culturas que aproximam, dificuldades e desafios, que podem ser entendidos como diferenças que afastam o brasileiro do angolano, mas que, na verdade, nos fazem refletir sobre nossas raízes históricas e tudo que foi apagado e negado ao longo de séculos de vínculos, que hoje se manifestam em muitos lugares e não-lugares da nossa sociedade. Os dados contam histórias, mas é na oralidade que se edificam os principais achados desta pesquisa. Foi um grande desafio, que me fez querer

aprender, buscar, interagir, promover, abrir espaço, escutar mais sobre Angola, os angolanas e as angolanos que se aventuram e valentemente constroem vidas em terras brasileiras, demonstrando o papel central que a cultura tem na sociedade para a superação dos maiores problemas estruturais que enfrentamos hoje.

CAPÍTULO 1 – MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E CONTEXTOS DE EMIGRAÇÃO E IMIGRAÇÃO: ENTRE ANGOLA E BRASIL

1.1 Migração transnacional e migração Sul-Sul

Emigrar há deixado ya de ser sinónimo de dejar atrás, para convertirse en traer consigo (CANALES, 2015, p. 72).

O surgimento e expansão de diferentes tipos de fluxos de pessoas, comércio, ideias e produtos culturais entre as fronteiras compõe parte fundamental das complexas dinâmicas populacionais do mundo globalizado que, por conseguinte, leva ao aumento do transnacionalismo (CASTLES; MILLER, 2004). O século 21 é marcado cada vez mais pelas migrações internacionais, que estão diretamente relacionadas com a mobilidade da força de trabalho, com os fluxos financeiros, mercados de trabalho, tornando o imigrante parte importante para o desenvolvimento e para a superação de aspectos estruturantes da sociedade (SASSEN, 1998; DE HASS, 2010).

Na análise das migrações internacionais contemporâneas, a construção do fenômeno social sob o aspecto transnacional adquire novas perspectivas teóricas que redefinem o campo (BAENINGER; PERES, 2017). A perspectiva do nacionalismo metodológico² para o estudo das migrações parte da noção que a migração é um fluxo de origem externa que é, portanto, externo à sociedade e ao Estado-Nação. Esta é uma visão obstaculizante limitada às fronteiras dos Estados-Nação (BECK, 1988) que impede o entendimento dos processos sociais e econômicos espaço global. Sob olhar de um mundo globalizado, a migração deixou de ser um fenômeno externo e passa a ser um fenômeno social gerado pelos mesmos fatores estruturantes da sociedade global (CANALES, 2015).

O mundo globalizado é caracterizado por sociedades locais desterritorializadas quando atravessadas por sistemas de redes e relações local-global (CANALES, 2015). Kearney (1995) distingue transnacional do global, afirmando que enquanto os processos globais são descentralizados de um território nacional específico e se manifestam no espaço global, os processos transnacionais são ancorados e transcendem um ou mais Estados-nação.

² O nacionalismo metodológico é explicado por Wimmer e Glick-Shiller (2003) como uma perspectiva analítica das ciências sociais que inibe a verdadeira compreensão da natureza e dos limites dos projetos modernos, além de promover territorialização do imaginário das ciências sociais e reduzir o foco analítico para dentro das fronteiras do Estado-nação. Esse recorte epistemológico exclui os processos transnacionais que ocorrem dentro dos Estados-nação. Sob a perspectiva das autoras, o imigrante, nesse aspecto, se torna um potencial risco à segurança do país, como um outro culturalmente distância, marginalizado, o que legitima o projeto do Estado-nação de estabelecer uma cidadania soberana, uma nação homogênea, uma comunidade de solidariedade e um estado territorialmente delimitado. Por esse motivo, o imigrante precisa ser assimilado para conter as ondas de heterogeneidade cultural.

Glick-Shiller (1999) e Smith (2001) afirmam que o global diz respeito aos processos não localizados em um único estado, mas que acontecem através de todo o globo, como por exemplo o desenvolvimento do capitalismo. Por outro lado, transnacionalismo é usado para discutir processos sociais, econômicos, políticos e culturais que excedem as fronteiras do Estado-Nação, inclusive atores que não são o Estado, mas são marcados por práticas políticas e institucionais dos Estados.

Portes (2006), soma à discussão a ideia de que transnacional é a expressão das atividades que não são centralmente mantidas pelo Estado, enquanto ator institucional. Quando o Estado surge como ator corporativo em relações que transcendem as fronteiras nacionais, então o fenômeno é internacional e não transnacional (HANNERZ, 2000).

Assim sendo, o transnacionalismo é um complexo fenômeno social multifacetado emergente e também um paradigma que permite interpretar a migração internacional na era da globalização (CANALES, 2015). Sem o devido cuidado em usa-lo como ferramenta de interpretação, pode gerar uma compreensão unilateral de suas características, sendo compreendido enquanto uma forma de expressão popular de resistência que “vem de baixo” (GUARNIZO; SMITH, 1998).

Cultural hybridity, multi-positional identities, border- crossing by marginal “others,” and transnational business practices by migrant entrepreneurs are depicted as conscious and successful efforts by ordinary people to escape control and domination “from above” by capital and the state (GUARNIZO; SMITH, 1998, p. 2).

Essa perspectiva, segundo Guarnizo e Smith (1998) traz um caráter dialético de oposição e resistência à lógica do capital multinacional, como sendo um movimento de caráter emancipatório. No entanto os autores afirmam que as práticas transnacionais, por mais que possam ser um importante espaço de resistência nas localidades através da conexão de pessoas situadas em mais de um território nacional, são incorporadas em relações sociais específicas estabelecidas entre pessoas, localidades³ e historicidades específicas.

Esses conceitos representam uma tentativa de distanciamento e de mudança epistemológica que era proposto no nacionalismo metodológico. No entanto, Glick-Schiller (2005) afirma que alguns dos conceitos estabelecidos na perspectiva transnacional podem levar a uma visão limitada do fenômeno, quando não se leva em consideração o papel dos

³ Do ponto de vista dos autores, o termo “localidade” deve ser revisado em sua conceituação. Guarnizo e Smith (1998) avaliam o uso do termo “translocalidade” para definir o contexto específico onde o transmigrante está inserido, ligando as localidades de destino e ao seu local de origem, que moldam as probabilidades de gerar, manter e abandonar os laços transnacionais.

Estados. A autora, portanto, atribui o conceito de “campos sociais transnacionais”⁴, colocando a compreensão das redes sociais essenciais na compreensão dos fenômenos sociais transnacionais. As redes sociais serão, para esta análise, eixo central de interpretação.

Os novos contornos das cidades globalizadas (SASSEN, 1998) demandam a compreensão das diversas camadas do fenômeno: à níveis regional, nacional e mundial (CASTELLS, 1999), onde se reconfiguram os espaços da migração. A construção social do lugar, dentro da lógica transnacional, continua sendo parte da formação de significado local, com suas especificidades territoriais e controles jurídicos e econômicos, ainda que articuladas e transformadas por fluxos econômicos, políticos e culturais transnacionais (GUARNIZO; SMITH, 1998).

Segundo Giddens (1995), a migração é componente estruturante da sociedade global e de seus processos de reprodução e estruturação. Ademais, a migração internacional é um processo diverso, que envolve não apenas fluxo de pessoas, mas também fluxo de bens materiais e simbólicos, consolidados através de redes sociais, familiares e culturais pelos quais se circulam pessoas, dinheiro, informação para além das fronteiras do Estado-Nação (CANALES, 2015).

Smith (2001) afirma que as redes de migração transnacionais são um dos processos manifestados no mundo globalizado de forma dispersa, em diferentes lugares e tempos e que são temporalmente e socialmente particulares. Por isso a importância de compreender a formação, desdobramentos e impactos dos processos sociais e como se manifestam nos lugares em diferentes níveis. Levitt e Glick-Shiller (2007) atentam ao fato de que se torna cada vez mais complexo compreender os processos sociais sob uma perspectiva nacional. Segundo as autoras, “nossa lente analítica deve necessariamente ampliar e aprofundar, porque os migrantes são muitas vezes incorporados em campos sociais transnacionais multi-camadas e multi-localizadas, abrangendo aqueles que se movem e aqueles que ficam para trás” (LEVITT; GLICK-SHILLER, 2007, p. 157).

As práticas transnacionais (GUARNIZO; SMITH, 1998) demandam estudos mais aprofundados sobre as especificidades da migração. As transformações oriundas da inserção das localidades na lógica global levam à intensificação da migração (BAENINGER; PERES, 2017) e os lugares inseridos na lógica da produção global geram novas configurações da

⁴ Sacramento (2017, p. 292) descreve os campos sociais transnacionais como “aglomerados de redes sociais formados entre as fronteiras dos Estados-nação e que, direta ou indiretamente, se inscrevem em estruturas de poder que, por via financeira, militar, política e cultural, garantem a supremacia, por vezes de forma imperialista, de determinados Estados sobre outros”.

migração nacional e internacional, com diferentes modalidades e fluxos migratórios (DUMONT, 2006; WENDEN, 2001), incluindo os fluxos migratórios Sul-Sul.

As migrações Sul-Sul fazem parte de um complexo e amplo cenário das migrações transnacionais (GLICK-SCHILLER, 2012), que se configuraram desta forma no Brasil a partir dos anos 2010, principalmente devido a presença da imigração haitiana e pelas políticas anti-imigrantista da Europa e Estados Unidos (BAENINGER, 2018a). Nesse sentido, Basso (2003 *apud* BAENINGER, 2017), afirma que se torna cada vez mais forte a tendência de um movimento de imigrantes periféricos em direção à periferia do capitalismo.

Os autores Ratha e Shaw (2007) compreendem a migração Sul-Sul como a migração que ocorre em países considerados em desenvolvimento, sendo considerados países do Sul, pois estão localizados geograficamente desta forma. As Nações Unidas (2018) consideram que os 149 países reconhecidos nesta categoria estão nas seguintes regiões: África Subsaariana, América Latina e Caribe, Ásia Meridional, Ásia Oriental, Pacífico, Estados Árabes, Europa e Ásia Central. Leon Bologna e Falcón (2016, p. 731), no entanto, acreditam que a caracterização dos processos migratórios diferenciados por sua ordem geográfica é uma escolha metodológica, já que permite “ilustrar as diferenças na composição e as motivações dos deslocamentos” que ocorrem entre os países com grandes diferenciais de desenvolvimento econômico ou entre países com diferenciais econômicos mais leves, que estão em uma posição periférica no mundo. Portanto, para os autores, é fundamental reconhecer as especificidades de cada migração, mesmo que sejam consideradas Sul-Sul.

Segundo Doria (2011, p. 280 *apud* PEREZ GARCIA, 2015).

[...] los flujos migratorios Sur-Sur son otra manifestación de diálogo Sur-Sur transnacional, en la cual los inmigrantes van construyendo y manteniendo vínculos con sus lugares de origen. También que la presencia de colectivos inmigrantes del Sur en otros Estados bajo esta denominación también influyen en las relaciones entre Estados”.

Na perspectiva de Perez Garcia (2015), as migrações Sul-Sul fazem parte de um processo mais amplo, que não envolve apenas as migrações, mas também um intercâmbio político, econômico, manifestando-se em rotas migratórias que, por vezes, foram estabelecidas desde o período de formação do capitalismo mercantil e industrial. Segundo Hourat (2014), a circulação de indivíduos entre a periferia também promove a aproximação e integração a partir do conhecimento com outras realidades no espaço do Sul global.

Paralelamente a isso, a maior seletividade migratória, controle das fronteiras e políticas migratórias mais restritivas por parte dos destinos tradicionais da migração⁵, soma-se o surgimento de oportunidades em algumas das nações do Sul global, incrementando os fluxos na direção Sul-Sul e Norte-Sul. Os fluxos migratórios Sul-Sul impactaram, ao longo da história, na formação de pontes de conexão que transcendem até a contemporaneidade. Conforme afirma Perez Garcia (2015), este processo migratório que passou por profundas mudanças, se tornando cada vez mais complexo e heterogêneo no mundo globalizado, é um processo dinâmico e contínuo, apesar das rupturas, reajustes e revitalizações.

O cenário do mundo globalizado do século XXI traz novos contornos sobre a compreensão do espaço e do tempo, em que a compreensão dos fenômenos locais pressupõe um entendimento dos fenômenos a níveis regional, nacional e global, tendo em vista a intensidade e diversidade dos movimentos migratórios, que são em grande parte responsáveis por definir e redefinir os espaços transnacionais (CASTELLS, 1999; GLICK-SCHILLER; BASCH; BLANC-SZANTON, 1997; SASSEN, 1988). Portanto, como afirmam Patarra e Baeninger (2006), o fenômeno migratório internacional deixou de ser compreendido apenas pelo seu volume de deslocamentos e passou a ser importante pelas suas especificidades, suas diferentes intensidades, especialidades e em seus impactos, sobretudo, a nível local.

1.2 As migrações internacionais no Brasil

A variável da migração no Brasil é um importante aspecto para a formação econômica, social e política do país. Mesmo antes da emergência de uma economia capitalista, a dinâmica de produção já tinha profundo vínculo com os processos migratórios, através da migração forçada de escravos para a economia colonial, que elevou enormemente o crescimento relativo da população no Brasil (CANO, 1977; SINGER, 1973; MARTINE, 1990, BAENINGER, 2012). O trabalho de Baeninger (BRITO, 1997; FARIA, 1973 *apud* BAENINGER, 2012) explica a importância da economia escravista para a dinâmica migratória local, quando cada ciclo de expansão da economia (FURTADO, 1959) mobilizava importantes contingentes populacionais dentro do território brasileiro, constituindo o que Baeninger denomina modalidades migratórias, que impactaram diretamente na constituição da sociedade brasileira posteriormente.

⁵ De acordo com a definição da OCDE (2009, p. 2): [...] há pessoas que partem de países em vias de desenvolvimento para países desenvolvidos, um número substancial imigra igualmente entre países em desenvolvimento. Utilizando a terminologia “norte” para representar o mundo desenvolvido e “sul” para o mundo em vias de desenvolvimento, podemos afirmar que cerca de um terço dos imigrantes a nível mundial viaja do norte para o norte, outro terço viaja do sul para o norte e o último terço viaja do sul para o sul. Os países desenvolvidos são considerados os destinos tradicionais da migração.

Outro momento importante para o Brasil foi a chegada de imigrantes europeus, fruto de políticas de incentivo à entrada de estrangeiros e da transição demográfica que levaram ao aumento da população na Europa. A abolição da escravidão e a expansão cafeeira ao final do século XIX levaram a um aumento da mobilidade da população, principalmente de europeus (LEVY, 1974). Segundo Bálán (1974 *apud* BAENINGER, 2012), foram diversos os “tipos e subtipos migratórios” que compuseram a diversidade do fenômeno social da migração internacional no Brasil entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX e que foram fundantes da estrutura da sociedade naquele momento histórico e, posteriormente na formação e ampliação da malha urbana brasileira.

A análise de Baeninger (2012) traz um marco importante para as migrações internacionais no Brasil: o ano da crise do café, 1929, quando o volume de imigrantes internacionais e tipo dominante característico do modelo econômico exportador reduziu, dando espaço para as migrações internas, que passaram a responder às demandas de mão de obra nacional, tornando o Brasil uma população fechada em termos demográficos, mas com a presença de imigrantes internacionais pertencentes à modalidades migratórias de modelo característico da economia industrial. Um novo momento se iniciou no Brasil para a imigração internacional, que, segundo Baeninger (2012, p. 27).

Seguiu compondo a sociedade brasileira, não como recorrência dos mesmos fluxos vindos entre o século 18 e 19, mas envoltos em um novo contexto marcado pela Segunda Guerra no contexto internacional e pelo processo de industrialização e urbanização no país. O saldo migratório internacional para o período 1940-1950 foi de mais de 100 mil imigrantes, em especial concentrado no Sudeste.

Nesse momento, o Brasil passou por um processo de reestruturação econômica, onde os fluxos migratórios rural-urbano são parte da transformação, modernização e diversificação da economia brasileira diante do processo de urbanização que se deu ao longo dos anos 1940-1970 (CANO, 2011). A partir de 1990, Sassen (1998) aborda a reestruturação do capitalismo à nível internacional (HARVEY, 1992), como parte importante da configuração dos espaços urbanos, onde os fenômenos locais são impactados por essa reestruturação em níveis local, regional, nacional e global.

A reestruturação do capitalismo e as transformações nos processos econômicos globais refletem diretamente nas estruturas sociais, políticas e culturais dos países periféricos e centrais. A migração internacional é parte central desse processo, já que pertence aos múltiplos movimentos da expansão das práticas transnacionais do mundo globalizado.

O mundo globalizado, cenário em que as migrações internacionais são protagonistas de complexos e dinâmicos movimentos⁶, constitui, o que Martine (2005) considera uma globalização parcial e inacabada⁷, com imposições e regras promovidas de forma seletiva pelos próprios países que as promovem, resultando, inevitavelmente, em uma inserção desigual em vias econômicas.

Segundo Martine (2005), seria de se esperar que, com os avanços dos meios de transporte e de comunicação e com as mudanças resultantes das dinâmicas demográficas, o mundo globalizado levaria ao massivo aumento das migrações internacionais. No entanto, as fronteiras são retidas para o capital humano, ao contrário do que se faz ao capital de mercadores, levando à uma grande inconsistência no que diz respeito às migrações internacionais.

O “Mundo Sem Fronteiras” é parte da definição da globalização, mas não se aplica ao movimento de pessoas. O capital humano é um fator de produção que, formalmente, não tem livre trânsito entre fronteiras nos dias de hoje; não existe um “mercado global de trabalho”. As fronteiras abrem-se para o fluxo de capitais e mercadorias, mas estão cada vez mais fechadas aos migrantes (MARTINE, 2005, p. 8).

É nesse cenário, da lógica das relações sociais e processos globais transnacionais, que se pensa no Brasil enquanto rota das migrações Sul-Sul a partir de 2010 (BAENINGER, 2017). Se faz necessário compreender a configuração das fronteiras brasileiras os marcos legais que a permeiam.

Políticas Migratórias no Brasil

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (Constituição Federal, 1988).

Segundo Lee (1980), as migrações internacionais são especialmente marcadas por mecanismos de seleção, manifestado em processos que envolvem as condições de origem e

⁶ Há uma relação dialética de interdependência entre a globalização e a migração internacional. Por um lado, a globalização é considerada o motor da migração internacional (MASSEY et al., 1998). Por outro, a globalização se alimenta dos movimentos migratórios internacionais para sua constante manutenção. As próprias assimetrias geradas pelos modelos capitalistas do mundo globalizado resultam *per se* na motivação de migrar (MARTINE, 2005).

⁷ Sobre este aspecto, Martine (2005, p. 5) afirma: “A globalização continuará sendo, de fato, uma realidade inacabada enquanto os países mais poderosos não cumprirem os preceitos que eles mesmos venderam ao mundo subdesenvolvido como sendo a ‘trilha para o crescimento econômico’”.

destino, juntamente com as questões individuais do migrante. Os fatores de atração e repulsão se tornam mais complexos quando as políticas migratórias restritivas fazem parte dos países com melhores salários e com maior crescimento econômico (ALMEIDA; BAENINGER, 2013).

Sendo o Brasil um país historicamente marcado pela migração, as políticas migratórias estabelecidas foram sendo modificadas conforme as mudanças nas dinâmicas migratórias foram ocorrendo, em função da dinâmica global e dos interesses do Estado. Compreender a composição e formação das políticas migratórias no Brasil exige um esforço, portanto, de compreender sua formação histórica. Vainer (2000 *apud* GUEDES et al., 2018) afirma que desde o início de suas políticas migratórias, o Estado brasileiro se preocupou em classificar e selecionar o imigrante ideal e em seguida localiza-lo no mercado de trabalho.

A formação histórica das políticas migratórias no Brasil teve um primeiro marco em 1822, quando foi proclamada a Independência e aos portugueses que viviam em território brasileiro a nacionalidade brasileira, enquanto aos demais que chegaram após esse marco, foi concedido o status de migrante (SEYFERTH, 2007). Um segundo momento, em 1850, foi a chamada “Lei de Terras”⁸, quando a escravidão e a mão-de-obra negra deixaram de ser atrativas e o governo passou a se incentivar encaminhamento do europeu branco para ocupar os trabalhos principalmente agrícolas que substituíssem a mão-de-obra escrava, mas também com o objetivo de promover a política de branqueamento da população (SEYFERTH, 2001).

O decreto n. 528 de 28 de junho de 1890⁹ foi responsável por regulamentar a entrada de imigrantes no Brasil para trabalhar no país, exceto para os imigrantes de origem asiática e africana, que deveriam pedir autorização ao Congresso Nacional para entrar no país (SANTANA, 2010). Em 1911, o Serviço de Povoamento vinculado ao Ministério da

⁸ Nesse momento, conforme afirma Seyferth (2001) era dada preferência aos alemães e italianos, devido às suas habilidades na agricultura e a maior facilidade de adaptação ao país, quando comparado à outras nacionalidades. O Artigo 18 da Lei de Terras afirmava que: “O Governo fica autorizado a mandar vir annualmente á custa do Thesouro certo numero de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agricolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração publica, ou na formação de colonias nos logares em que estas mais convierem; tomando anticipadamente as medidas necessarias para que taes colonos achem emprego logo que desembarcarem. Aos colonos assim importados são applicaveis as disposições do artigo antecedente” (BRASIL, 1850).

⁹ Assim como a Lei de Terras, o novo Decreto declarava preferencia por gênero, idade e capacitação: Art. 5º Sómente terão passagem integral ou reduzida, por conta do Governo Federal: 1º As familias de agricultores, limitados aos respectivos chefes, ou aos seus ascendentes os individuos maiores de 50 annos; 2º Os varões solteiros maiores de 18 annos e menores de 50, uma vez que sejam trabalhadores agricolas; 3º Os operarios de artes mecanicas ou industriaes, artezãos e os individuos que se destinarem ao serviço domestico, cujas idades se acharem comprehendidas entre os limites do paragrapho precedente. Os individuos enfermos ou com defeitos physicos, sómente terão passagem gratuita, si pertencerem a alguma familia que tenha pelo menos duas pessoas válidas (BRASIL, 1890).

Agricultura, Indústria e Comércio foi regulamentado, com o objetivo de incentivar a migração europeia¹⁰ para o território brasileiro, que passava por uma baixa na migração espontânea.

Ao longo dos anos, as políticas migratórias continuaram sendo seletivas, de acordo com critérios morais, físicos, de gênero, de capital social e de idade. Durante o Estado Novo, o Decreto-Lei n. 175 de 7 de abril de 1941 proibia a concessão de vistos permanentes, desde que autoridades consulares aprovassem de acordo com critérios de elegibilidade e de possibilidade de “assimilação” (BRASIL, 1941, artigo 3o, §1º). O Decreto-Lei de 1945¹¹ falava sobre “imigração dirigida”, com os critérios de seletividade segundo as considerações do que se considerava a preservação étnica da população. O período da Ditadura Militar (1964-1985) foi marcado pelo discurso da segurança nacional, excluindo, inclusive, imigrantes que buscavam refúgio (ASSIS; MAGALHÃES, 2016).

A Segunda Guerra Mundial gerou uma série de fluxos migratórios e, como resposta a isso, as Nações Unidas criaram o Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR), em 1949, o qual o Brasil passou a compor, com interesses em impulsionar a industrialização no Brasil através do uso da mão-de-obra qualificada do refugiado europeu (PAIVA, 2000). Em 1960 o Brasil tornou-se signatário da Conversão de Genebra e, posteriormente, da Declaração de Cartagena, que ampliou o escopo de proteção do refugiado (AYDOS, 2009).

Um novo decreto de lei foi implementado em 1980, através da Lei n. 6.815, chamado Estatuto do Estrangeiro. No entanto, ainda que avançado em alguns aspectos, o decreto ainda persistiu no viés produtivo e de instrumentalização das migrações internacionais, com enfoque na segurança nacional¹², baseado no mobilizar, classificar e

¹⁰ O Decreto n. 9.081 de 3 de novembro de 1911 também se referia à idade, gênero, nível social e condições morais para selecionar a entrada de imigrantes no território brasileiro: “Art. 2º. Para os efeitos do artigo anterior serão acolhidos como imigrantes os estrangeiros menores de 60 annos, que, não soffrendo de doenças contagiosas, não exercendo profissão illicita, nem sendo reconhecidos como criminosos, desordeiros, mendigos, vagabundos, dementes, ou invalidos, chegarem aos portos nacionaes com passagem de 2ª ou 3ª classe, á custa da União, dos Estados ou do terceiros [...] Art. 4º. O Governo Federal dirige e auxilia, de accôrdo com os Estados, e sem embargo de acção identica por parte destes, a introducção e localização de imigrantes que, reunindo as condições moraes expressas no art. 2º, sendo agricultores e vindo acompanhados de familia ou a chamado da mesma, quizerem localizar-se no paiz como proprietarios rurais [...]. Art. 11. Os representantes do Brazil e os encarregados do serviço de immigração no exterior usarão de todos os meios precisos para evitar a vinda como imigrantes de passageiros de 2ª e 3ª classes, que não possam ser acolhidos nos termos do art. 2º deste decreto” (BRASIL, 1911).

¹¹ O Artigo 45 dizia: “O estrangeiro que houver entrado no Brasil no sistema da, imigração dirigida, a que se refere o artigo 38, tendo sido contratado para exercer trabalho determinado, não poderá, dentro do prazo contratual, salvo autorização do órgão competente e rescisão ou modificação da contrato, dedicar-se a atividade diferente [...] Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, *na composição étnica da população*, as características mais convenientes da sua ascendência européia, assim como a defesa do trabalhador nacional” (BRASIL, 1945).

¹² Segundo Frazão (2017), esse estatuto garantiu uma serie de avanços, mas ainda não garantia ao estrangeiro o direito de permanecer: “Enquanto o artigo segundo determina que “na aplicação desta Lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, sócio-econômicos e

localizar, ainda que sob um olhar dos Direitos Humanos e, portanto, com atenção especial à humanização da imigração no Brasil (FRAZÃO, 2017; OLIVEIRA, 2017).

A Lei Nacional de Refúgio foi sancionada em 1997, com a criação do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), através da Lei n. 9.474, de 22 de julho de 1997¹³ e permitiu a reabertura do escritório do ACNUR no território brasileiro, em um momento que o país passou a ser destino de alguns fluxos de refugiados (BAENINGER; DOMINGUEZ; AYDOS, 2009), como é o caso do refúgio angolano. O Brasil foi o primeiro país da América Latina a elaborar uma lei específica para refugiados, tornando-se referência sobre proteção de refugiados na região (JUBILUT, 2006).

A lei número 13.445, de 24 de maio de 2017, chamada Lei de Migração brasileira substituiu o Estatuto do Estrangeiro de 1980 e apresentou avanços ainda maiores, com garantias previstas pelos direitos humanos, através de propostas que não têm por finalidade a segurança nacional. Segundo Oliveira (2017), a nova lei cria categorias associadas aos diferentes tipos de mobilidades (imigrante, emigrante, visitante e apátrida), além de tratar sobre a não discriminação e criminalização do migrante, sobre igualdade, inclusão social, labora e produtiva, acesso aos serviços e bens públicos, sobre liberdade civil, social cultural e econômica e outros aspectos que garantem efetivamente a proteção aos direitos humanos do migrante em termos de lei. Ainda que alguns vetos tenham sido feitos pela Presidência da República, a lei, segundo Oliveira (2017) mostrou avanços fundamentais que garantem o direito da pessoa imigrante no país.

Samira Frazão (2017) analisa os impactos que as políticas migratórias geraram no imaginário do brasileiro e como os discursos gerados a partir desse imaginário criado sobre os imigrantes desejados (que seria o perfil do europeu, permeando a ideologia do branqueamento) e do indesejado (o imigrante que migrou para o Brasil para roubar o emprego em um momento de crise econômica, sobretudo os imigrantes contemporâneos) transcendem as esferas jurídicas e são legitimados através de uma memória construída com aparatos midiáticos e jurídicos.

culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional” (BRASIL, 1980), o artigo terceiro, por sua vez, dispõe que “a concessão do visto, a sua prorrogação ou transformação ficarão sempre condicionadas aos interesses nacionais” (BRASIL, 1980).

¹³ A definição de refugiado, nesse momento, é considerada por Aydos (2009) uma forma já avançada de compreender a categoria. Segundo a Lei n. 9474, de 22 de julho de 1997, “Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que: I – devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II – não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitua, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; III – devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país” (Lei n.9.474/97 Título I, Capítulo I, Seção I, Artigo 1).

Os acontecimentos envolvendo imigrantes vindos para o Brasil nas duas primeiras décadas do século XXI evocam imaginários sociais sobre as grandes imigrações ocorridas no passado, os quais podem ser envoltos em discursos que legitimam as do passado em detrimento das contemporâneas, em razão de a legislação brasileira, em momentos distintos no decorrer dos séculos XIX e XX, ter legitimado determinados perfis imigrantes e grupos imigratórios considerados como aceitos para o desenvolvimento do país em detrimento de outros. Logo, esse discurso transcendeu a esfera jurídica e ganhou, de certa forma, guarida nos discursos midiáticos e sociais (FRAZÃO, 2017, p. 1124).

Ou seja, os decretos e leis podem ser responsáveis pela formação de um imaginário, mesmo sem exercer efeito direto sobre as ações, como ocorria no passado recente ou distante (NORA, 1993). Por isso a renovação da nova lei de migração tem uma importante função além da questão jurídica e legal.

1.3 Contexto de saída

Geografia de Angola

Situada na costa Ocidental da África Austral, Angola atualmente faz fronteira com quatro países: ao Norte estão a República Popular do Congo e República Democrática do Congo (Antigo Zaire), ao Leste está situada a República da Zâmbia, ao Sul a República da Namíbia e ao Oeste é banhada pelo Oceano Atlântico, sendo dividida em dezoito províncias (Benguela, Bengo, Bié, Cabinda, Cunene, Kuanza-Norte, Kuanza-Sul, Kuando-Kubango, Malange, Moxico, Namibe, Luanda, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Huambo, Huila, Uige e Zaire). A área total do território angolano é de 1 246 700 Km².

MAPA 1 – Localização de Angola no continente africano e suas províncias

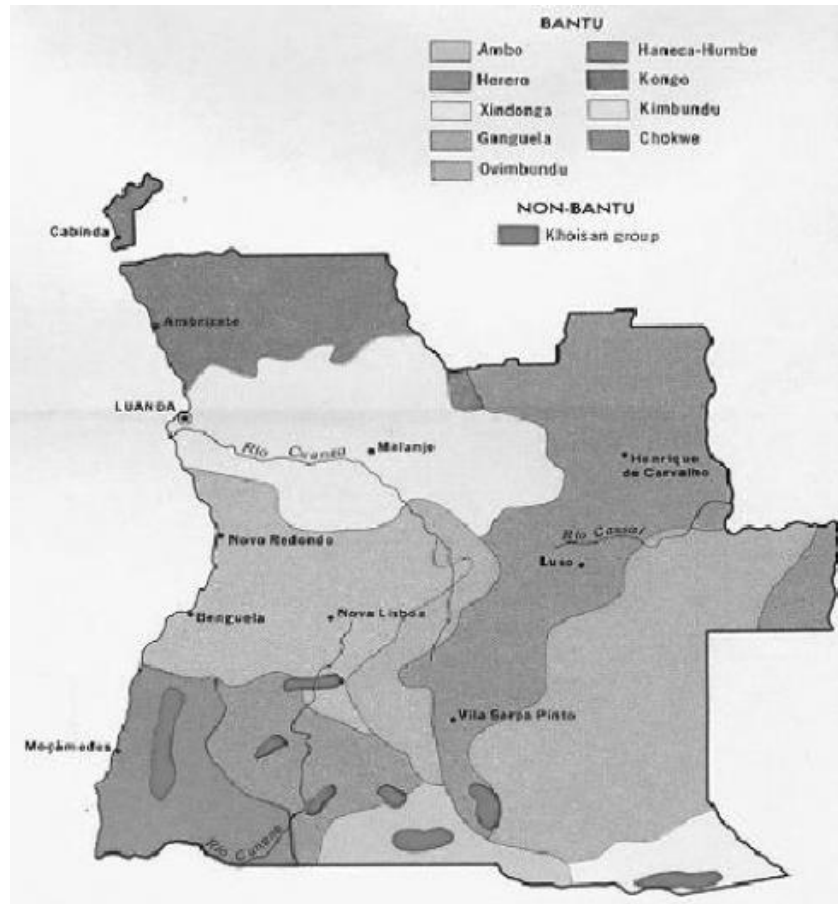


Fonte: Embaixada de Angola no Brasil.

O país é constituído de 18 províncias, 164 municípios e 518 comunas, sendo Luanda sua capital (INE, 2018). As províncias guardam uma multiplicidade e complexa gama de características etno-linguísticas, conforme se observa na Imagem 1. Mesmo que o português seja o idioma mais falado (71% da população residente no país fala português), principalmente na capital (88% das pessoas em Luanda) (INE, 2018), a população angolana é 95% de origem étnica Bantu, sendo mais de um terço da população Ovimbundu (37%), que falam Umbundo. O segundo maior grupo é o Mbundu (25%), também pertencentes ao grupo étnico bantu e que vive na região da capital Luanda e falam Kimbundu, seguido dos Bacongós (13%) e falam Kikongo e, por último, os Tchokwes (8%), que falam Tshokwe (REDINHA, 1975). Assim se configuraram as etnias no espaço de Angola durante os anos em que o país

foi colônia portuguesa, até 1975, quando a Guerra Civil, o processo de independência e tantos outros fatores fez com que as populações de diferentes etnias se deslocassem.

MAPA 2 – Distribuição geotínica de Angola



Fonte: U.S. Central Intelligence Agency (s.d.) *apud* Bembe (2010).

O regime governamental vigente no em Angola é o presidencialismo, sob regime político de uma democracia parlamentar. A moeda nacional é o Kwanza, abreviadamente designada de Akz. A religião católica é praticada por 41% da população no país, seguida pela protestante, praticada por 38% dos residentes. Pessoas sem religião praticada são 12,3% da população, segundo o Instituto Nacional de Estatísticas de Angola (INE, 2018).

Demografia e Estatísticas Sociais de Angola

O primeiro recenseamento feito em Angola após a conquista da independência¹⁴ do país foi em 2014¹⁵¹⁶. Neste momento, a população era de 25,8 milhões de habitantes, dos quais 63% residentes na área urbana, sendo Luanda, a capital, a província mais populosa, com 27% da população do país, 6,9 milhões de residentes.

O relatório do INE (2018) calcula que a taxa de crescimento natural da população de 3,3% por ano. A densidade da população a nível nacional é de 23 pessoas por quilometro quadrado, sendo 53% residentes nas províncias de Luanda, Huila, Benguela e Cuanza Sul. O INE projeta que a população atualmente, em 2020, está em 31,1 milhões de pessoas e taxa de crescimento natural de 2,7%. No mapa 3 é possível visualizar a distribuição da população por províncias em 2018.

A maioria da população em Angola são mulheres, correspondendo a 52% do total e o índice de masculinidade é de 94, ou seja, 94 homens para cada 100 mulheres. A distribuição etária de Angola é constituída 47% nas idades de 0 a 14 anos, 65,5% da população entre 0 e 24 anos e 2% na faixa de 65 ou mais anos. A população em idade ativa (15 a 64 anos) representa 50,4%.

¹⁴ Este trabalho não tem por objetivo identificar as etapas que compõe a formação histórica do país, no entanto, atribui-se a devida relevância aos eventos que fazem parte da formação do país ao longo das análises feitas, já que estes compõem parte estrutural de sua formação e desenvolvimento.

¹⁵ Antes disso, haviam sido realizados censos entre 1940 e 1970, enquanto Angola ainda era colônia portuguesa. Em 1970, a população era de 5,6 milhões de habitantes. Entre 1983 e 1985 foi feito um levantamento censitário apenas nas áreas controladas pelo Governo (províncias de Luanda, Cabinda, Zaire e Namibe e cidades do Lubango, Uíge e Negage) (SARAIVA, 2017). Segundo relatório do INE (1990), foi realizado uma coleta de informações sociodemográficas em 1988 foi na zona Sul e Sudoeste de Angola (INE 1990). No entanto, se abrangia apenas a variável de mortalidade na parte de informações demográficas.

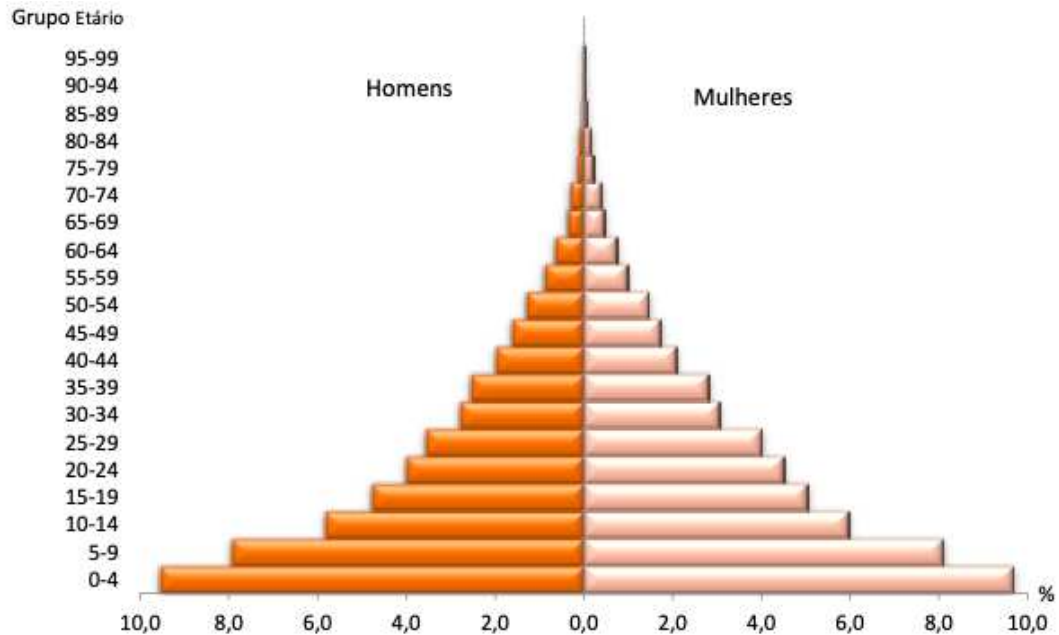
¹⁶ O Anexo I aponta para os principais Indicadores demográficos sintetizados a partir da pesquisa censitária realizada em 2014.

MAPA 3 – Distribuição da população por província, 2018



Fonte: INE (Relatório de Indicadores de Linha de Base Agenda 2030).

Conforme o Gráfico 1 demonstra, Angola pode ser considerado um país jovem, com elevada natalidade e baixa esperança de vida. A média de idade da população total é de 20,6 anos. A média de idade das mulheres é de 21 anos, enquanto a dos homens é de 20,2 anos. A esperança de vida da população é de 60, 2 anos, sendo para as mulheres 63 anos e para os homens 57,5 anos (INE, 2016).

GRÁFICO 1 – Estrutura Etária da população por sexo, Angola, 2014

Fonte: INE (2016).

A taxa de fecundidade¹⁷, segundo o INE (2016) era de 5,7 filhos por mulher em 2014. Há um alto índice de subregistro da população. Apenas 53% do total da população residente estava registada nos serviços do registo civil. Esta proporção era de 25% entre as crianças com 0-4 anos, ou seja, 75% das crianças nesta faixa etária não possuíam registo de nascimento. Na área rural, apenas 30% da população residente tem registo de nascimento. O índice de orfandade chega a 10% do total de crianças entre 0 e 17 anos de idade. Deste total, 65% são órfãos devido a perda do pai (INE, 2016).

O estudo feito por Saraiva (2018) sobre a fecundidade em Angola, aponta para alguns resultados que ajudam na compreensão da composição da população. Segundo a autora, os casais com filhos são predominantes entre os modelos familiares.

Este tipo de agregado cobre mais de 60% dos agregados a nível nacional; mais de metade da população é solteira ou vive em união de fato; a percentagem de população casada não ultrapassa, a nível nacional, os 10%, sendo superior nas áreas rurais (12%); a idade mediana da mulher ao nascimento do primeiro filho é de 18 anos (p. 67).

¹⁷ Taxa de fecundidade: Número médio de filhos nascidos vivos, tidos por uma mulher ao final do seu período reprodutivo, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Os dados coletados no Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS) 2015-2016¹⁸ possibilitam a análise das características da população angolana de maneira mais aprofundada no que diz respeito às informações de saúde. A Taxa de Fecundidade neste estudo foi de 6,2 filhos por mulher, sendo na área rural uma média de 8,2 filhos, enquanto na área urbana a taxa é de 5,3. A taxa de fecundidade diminui à medida que o nível de escolaridade aumenta (de 7,8 filhos entre as mulheres sem escolaridade para 4,5 filhos entre as mulheres com nível de escolaridade médio ou superior). O mesmo ocorre em relação ao quintil socioeconômico. É comum que as mulheres se casem ou vivam em união de fato antes dos 18 anos: cerca de 30% das mulheres de 20 a 24 anos de idade e 8% antes dos 15 anos.

Com relação ao primeiro parto, o IIMS demonstra que entre as mulheres de 25 a 49 entrevistadas na amostra, a idade mediana¹⁹ no primeiro parto era de 19,5 anos, 33% destas mulheres teve o primeiro parto antes dos 18 anos e 55% antes dos 20 anos. Quanto maior o nível de escolaridade, maior a idade mediana ao ter o primeiro filho. Com relação a gravidez e a maternidade na adolescência, em Angola, cerca de um terço (35%) das adolescentes dos 15 aos 19 anos já iniciou a sua vida reprodutiva, ou seja, já tiveram um ou mais filhos (nascidos vivos) ou encontravam-se grávidas pela primeira vez no momento da entrevista (INE, 2017).

Interessante observar também o tamanho ideal da família²⁰, levantado pelo IIMS. Segundo o Inquérito (INE, 2017), se as mulheres pudessem escolher o tamanho ideal de sua família, teriam, em média 4,9 filhos, enquanto os homens teriam 5,9 filhos. A média do número ideal de filhos é ainda maior para para mulheres e homens casados (5,5 filhos e 7,0 filhos respectivamente). A taxa de fecundidade de 6,2 filhos é maior do que a taxa de fecundidade desejada²¹, que é de 5,2 filhos. Significa que as mulheres angolanas têm mais filhos do que o tamanho ideal da família e do que desejado pelas mulheres.

As informações sobre mortalidade na infância são indicadores relevantes na compreensão sobre os níveis de desenvolvimento socioeconômico e de qualidade de vida do

¹⁸ O IIMS 2015-2016 é um estudo amostral, que garante representatividade a nível nacional, provincial, urbano e rural. Foram 16.109 agregados familiares entrevistados, além das entrevistas individuais, com 14.379 mulheres e 5.377 homens. Cerca de 63% dos homens e mulheres de 15-49 anos entrevistados tinham menos de 30 anos. Entre os entrevistados, 27% eram homens e 24% mulheres de 15-19 anos (INE, 2017).

¹⁹ Nesse caso, a Idade mediana é a idade que metade das mulheres que pariram pela primeira vez têm até os 19,5 anos. Se opta por usar a mediana ao invés da média quando existem muitos valores extremos que podem puxar a média muito para cima ou muito para baixo.

²⁰ “Tamanho da família ideal: Aos inquiridos com filhos foi colocada a questão: ‘Se pudesse voltar à altura em que ainda não tinha filhos e escolher o número exacto de filhos na sua vida, quantos teria?’; Amostra: 15-49 anos” (INE, 2017, p. 82).

²¹ Taxa de fecundidade desejada: O número de filhos que, em média, uma mulher normal teria ao longo da sua vida se tivesse os filhos de acordo com as actuais taxas de fecundidade específicas, excluindo os partos indesejados. Um parto é considerado como desejado se o número de filhos vivos concebidos é inferior ao número ideal de filhos actualmente declarado pelo inquérito; Amostra: Partos de mulheres 15- 49 anos, durante os três anos anteriores ao inquérito (INE, 2017, p. 84).

país e da saúde da mãe. Segundo o IIMS, estima-se que, para o período de 2011 a 2015, a taxa de mortalidade neonatal²² era de 24 mortes em cada 1000 nascidos-vivos, a taxa de mortalidade infantil²³ era de 44 mortes a cada 1000 nascidos-vivos e a taxa de mortalidade infanto-juvenil²⁴ era de 68 mortes a cada 1000 nascidos-vivos. São valores altos, sobretudo quando comparados ao recomendado pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas. (ONU):

Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objectivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1 000 nascidos vivos. (INE, 2018)

Outro aspecto relevante na análise das condições de vida da população angolana é o acesso aos serviços de cuidado de saúde materna. Segundo o IIMS (INE, 2017), 83 das mulheres com um filho nascido vivo 5 anos antes realizaram consultas pré-natal com um profissional de saúde qualificado. Quase metade dos partos (46%) ocorrem numa unidade de saúde (44% no sector público e 2% no sector privado). Mais de metade dos partos (53%) ocorrem em casa. Apenas 21% dos recém-nascidos receberam consulta nos primeiros dois dias de nascimento. Com relação à assistência durante o parto, é interessante observar que 26% das mulheres tiveram assistência de parentes/amigos e outros, 8% assistência de médicos, 20% de enfermeiras e 10% não tiveram assistência, conforme ilustra o Gráfico 2²⁵.

²² Mortalidade neonatal: Número de óbitos de crianças com menos de 1 mês de vida, por mil nascidos-vivos.

²³ Mortalidade infantil: Número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos.

²⁴ Mortalidade infanto-juvenil: Número de óbitos de crianças menores de 5 anos, por mil nascidos-vivos.

²⁵ Distribuição percentual de nados-vivos nos cinco anos anteriores ao inquérito, por pessoa que assistiu o parto.

GRÁFICO 2 - Assistência durante o parto

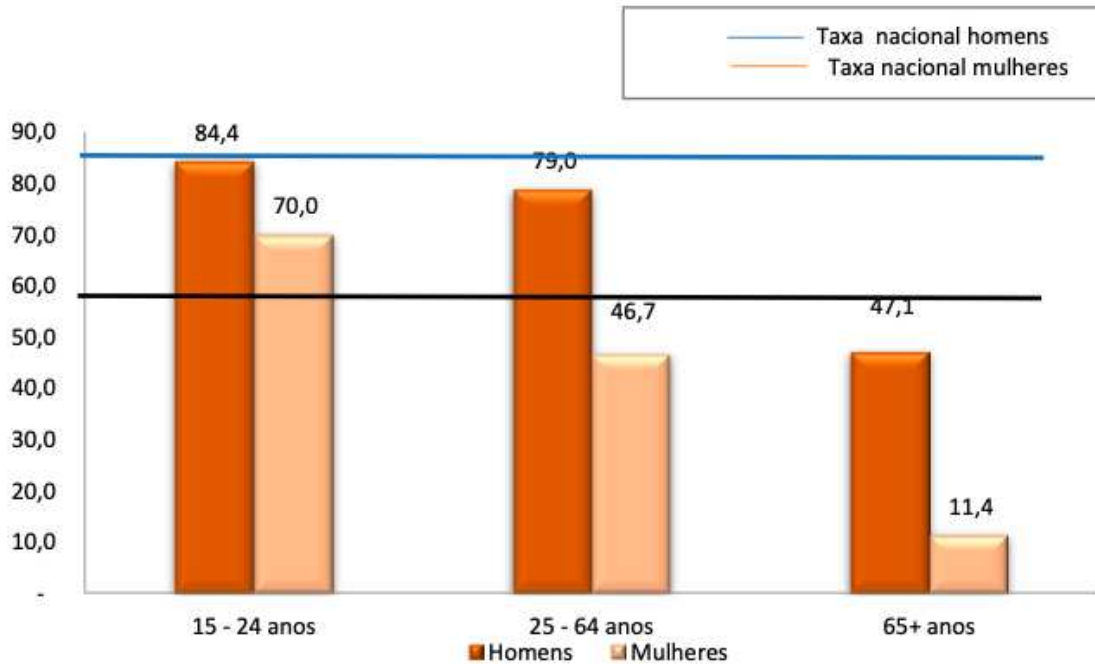
Fonte: INE (2017).

Os principais problemas relatados pelas mulheres ao IIMS (INE, 2017) sobre acesso aos cuidados de saúde estão relacionados à obtenção de dinheiro para aconselhamento ou tratamento, que 63% das mulheres entrevistadas afirmaram enfrentar, e distância até a unidade de saúde, para 52% das mulheres. A cobertura de vacina cobre 31% das crianças de 12 a 32 meses, o que também demonstra um baixo índice de cobertura.

A malária é um dos principais problemas de saúde pública em Angola e a primeira causa de procura dos serviços de saúde (35% das procuras e 20% dos internamentos hospitalares), além de constituir uma das principais causas de aborto, parto prematuro e baixo peso ao nascer, além de poder causar anemia em mulheres grávidas e mortalidade materna e perinatal (25% da mortalidade materna e 40% das mortes perinatais). A malária é endêmica no país e, em 2012, foi responsável por 46% de todas as mortes e 56% dos casos de morbidade (INE, 2017). Com relação ao HIV, a taxa de prevalência na população de 15-49 anos é de 2%, sendo nas mulheres superior, 2,6% e nos homens 1,2%, segundo o IIM 2015-2016 (INE, 2018).

Cerca de 11% das crianças de 3 a 5 anos de idade frequentam escola ou creche, ou seja, possivelmente estão sob cuidado de mulheres em domicílio (INE, 2018). Segundo o Censo de 2014 (INE, 2016), a taxa de analfabetismo, ou seja, a relação entre a população com 15 ou mais anos que sabe ler e escrever e a população total com 15 ou mais anos, era de 66%, sendo na área urbana de 41% e na área rural de 79%. A assimetria também é observada entre homens e mulheres, sendo 80% para homens e 53% para as mulheres. Na população idosa, apenas 27% sabe ler e escrever. Conforme demonstra o Gráfico 3, a taxa de analfabetismo é menor para as mulheres, com maior diferença nas idades de 25-64 anos.

GRÁFICO 3 – Taxa de Analfabetismo na população com 15 ou mais anos, segundo idade, Angola, 2014

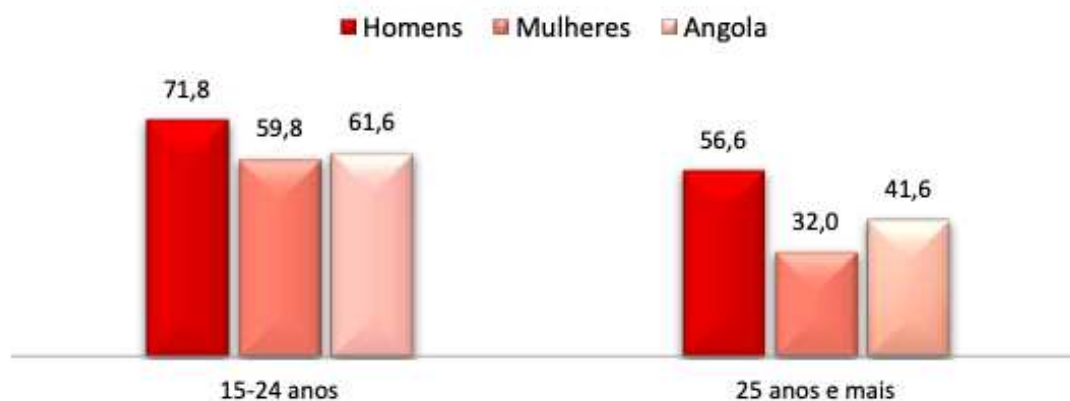


Fonte: INE (2016).

Segundo o IIMS 2015-2016 (INE, 2018), cerca de 62% dos homens e 42% das mulheres com 15 anos ou mais, concluíram pelo menos o ensino primário (Gráfico 4). A proporção da população com 18 anos ou mais com nenhum nível de escolaridade era 48%, ou seja, é uma população com baixos índices de escolaridade. Quando observada a parcela da população de 5 a 18 anos, o Censo 2014 apontou que 22% desta faixa etária encontrava-se fora do sistema de ensino, com uma diferença significativa entre homens e mulheres: 24% dos homens contra 30% das mulheres. Apenas 2,5% da população com 24 ou mais anos tinham, em 2014, ensino superior. As mulheres estão em menor presença nesse grupo, com 1,9%, contra 3,2% dos homens. O índice de paridade no gênero por nível de ensino²⁶ era de 0,85 no ensino secundário, ou seja, para cada 85 mulheres, existem 100 homens frequentando este nível de ensino (INE, 2018).

²⁶ Quociente entre a taxa bruta de frequência feminina e a taxa bruta de frequência masculina.

GRÁFICO 4 – Percentagem da população de 15 anos e mais que possui pelo menos o ensino primário completo, Angola, 2015-2016



Fonte de dados: INE, IIMS 2015-2016

Fonte: INE (2018).

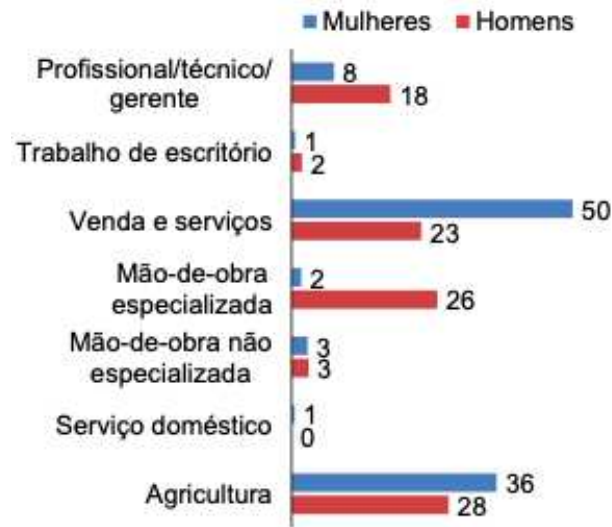
Com relação aos dados da população estrangeira vivendo no país em 2014²⁷, Angola contava com 586.480 pessoas estrangeiras, o que representa 2,3% da população. A distribuição percentual da população estrangeira por província, apresenta a província de Luanda com a maior concentração de população estrangeira com 40%. Seguem-se as províncias da Lunda Norte com 18%, Cabinda 18% e Zaire 11% que representam no seu conjunto 88% da população estrangeira em Angola.

No que diz respeito ao nível de desemprego, as informações recolhidas pelo Inquérito ao Emprego em Angola (IEA)²⁸ estimam que, no quarto trimestre de 2019, 31,8 da população de 15 ou mais anos estivesse desempregada, valor 1,7% maior que o trimestre anterior, estimado em 30,1%. As mulheres são mais afetadas pelo desemprego do que os homens (33,5% contra 30,0%). De acordo com o IIMS, a maior parte das mulheres empregadas trabalham em atividades de Venda e Serviço (50% das mulheres, contra 23% dos homens). As mulheres também estão mais envolvidas do que os homens nas atividades de agricultura (36% contra 28% respectivamente). Por outro lado, os homens são maioria nos serviços de mão-de-obra especializada (2% das mulheres contra 26% dos homens), bem como são maioria nos serviços profissionais, técnicos ou de gerência (8% das mulheres contra 18% dos homens). O Gráfico 3 demonstra a distribuição percentual de homens e mulheres empregados segundo a ocupação, captados no IIMS.

²⁷ Para mais detalhes, o Anexo II apresenta uma tabela contendo informações sobre a população estrangeira portadora de visto, portanto regularizada por Continente e Países em 2016.

²⁸ O IEA é um inquérito por amostragem, dirigido aos agregados familiares residentes em Angola e teve início em novembro de 2018. São recolhidos dados de uma amostra de todos os indivíduos residentes no território nacional com 15 ou mais anos de idade. Por trimestre, são selecionados um total de 10.944 agregados familiares, sendo 6.036 na área urbana e 4.908 na área rural (AGÊNCIA LUSA, 2020).

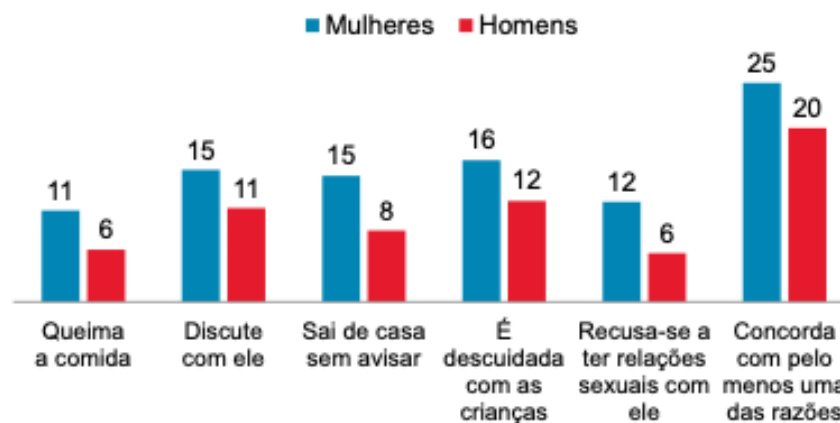
GRÁFICO 5 – Distribuição percentual de homens e mulheres de 15-49 anos, empregados nos 7 dias anteriores ao inquérito por ocupação, Angola, 2015-2016



Fonte: IMSS (2017).

O IIMS (INE, 2017) também reuniu informações importantes no entendimento do papel da mulher nas tomadas de decisões dos domicílios, no que o relatório do Inquérito chamou de “emponderamento da mulher”. A pesquisa, realizada entre 2015 e 2016, revela que 40% das mulheres decidiam sozinhas como gastar e 42% em conjunto com o marido. Sobre o posicionamento com relação às agressões físicas contra as mulheres, 25% das entrevistadas concordavam com, pelo menos, uma razão que justifica a violência do marido contra elas, enquanto 20% dos homens concordavam com pelo menos uma razão que justifica a violência física. O Gráfico 5 demonstra que as mulheres estão mais de acordo com relação às atitudes em relação à violência física do que os homens.

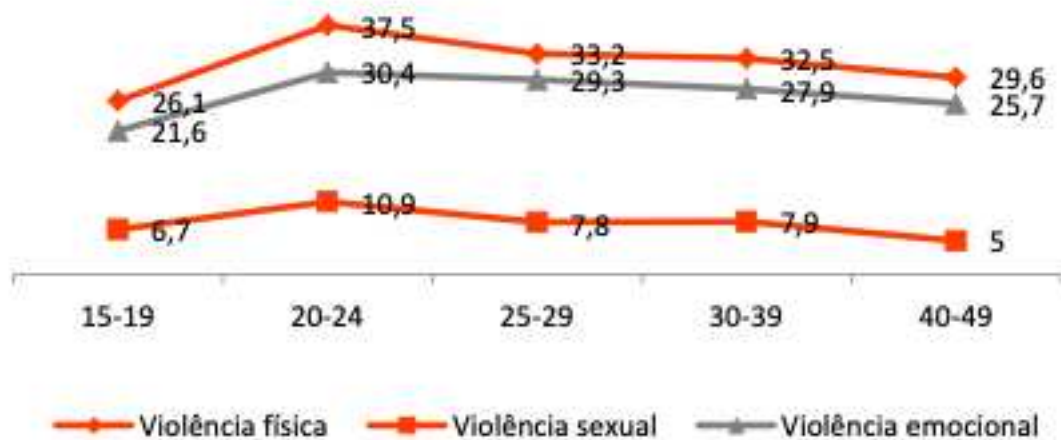
GRÁFICO 6 – Atitudes em relação à violência física



Fonte: IMSS (2017).

A violência doméstica é uma violação dos direitos humanos, observada em todas as esferas da sociedade, independentemente da classe social, faixa etária ou nível de desenvolvimento das regiões, mas, obviamente, havendo variações de acordo com as especificidades de cada grupo populacional. As mulheres são as principais vítimas de violência doméstica. Segundo o INE (2017, p. 299), “Em Angola, a violência doméstica é reconhecida como um flagelo social que contribui para a desestruturação e instabilidade emocional das famílias e, conseqüentemente, da sociedade”²⁹. Mesmo assim, 32% das mulheres declararam terem sido vítimas de violência física em algum momento desde os 15 anos de idade e 22% afirmam terem sofrido violência com frequência ou ocasionalmente nos doze meses anteriores ao inquérito. O Gráfico 7 apresenta informações sobre a porcentagem de mulheres de 15 a 49 anos que sofreram violência física, sexual ou emocional por grupo etário. Há uma certa constância entre os grupos de idade.

GRÁFICO 7 – Percentagem de mulheres de 15-49 anos, alguma vez casadas, que sofreram violência emocional, física ou sexual cometida pelo parceiro, segundo grupos etários, Angola, 2015-2016



Fonte: INE (2018).

Interessante observar a participação das mulheres em lideranças e em níveis de tomada de decisão da vida política, econômica e pública. Segundo o relatório do INE para análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, em 2016, a proporção de assentos ocupados por mulheres no parlamento nacional era de 37% e a proporção de mulheres com cargo de governadoras provinciais é de 11%. No mesmo período, a proporção de mulheres

²⁹ O decreto-lei N° 25/11 de 14 de Julho e o Decreto Presidencial N° 26/13 são os marcos legais de combate à violência contra a mulher.

nos órgãos de decisão ou cargos de chefia é de 23%. Evidentemente que há uma sub-representação das mulheres em cargos públicos.

Os dados do IIMS e do Censo 2014 sobre a qualidade do sistema de saúde e da composição da população, bem como as informações sobre inserção no mercado de trabalho e qualidade de vida, são aspectos socioeconômicos e demográficos em Angola centrais na compreensão dos gatilhos da migração angolana. Apesar de serem um retrato horizontal do momento em que as pesquisas foram realizadas, os dados apresentados demonstram as lacunas históricas e problemas estruturais que o país enfrenta, dificuldades no cotidiano das famílias, indivíduos e grupos sociais, que são mais ou menos afetados segundo o local onde estão estabelecidos, o sexo, a faixa etária, a escolaridade, entre muitas outras variáveis que são apresentadas acima.

São muitos os fatores que compõem o cenário de dificuldades estruturais enfrentados pela população angolana. Acima foram selecionados alguns que compuseram a narrativa das imigrantes angolanas em São Paulo entrevistadas ao longo da pesquisa. Para estes grupos identificados mais a frente, ou modalidades migratórias, o acesso aos serviços de saúde é citado como diferencial na procura do Brasil enquanto destino das migrações, sobretudo porque há vantagens no acesso gratuito ao serviço público de saúde.

As mulheres angolanas são vítimas de uma cultura desigual, em que muitas vezes permanecem em um lugar de submissão aos companheiros, recebem menores salários, se casam cedo, são mães antes de terminar o ensino básico, são menos empregadas, trabalham mais frequentemente em cargos de menor remuneração ou em serviços considerados trabalhos femininos, são vítimas de violência e opressão dentro de seus lares pelos próprios membros da família, são responsáveis pelo cuidado dos filhos e a elas são atribuídos os cuidados familiares. A alta taxa de fecundidade pode também ser um dos fatores responsáveis por sobrecarregar a mulher na função de cuidados domésticos, afastando-a do mercado de trabalho formal.

A composição da população, a elevada taxa de mortalidade infantil, a baixa esperança de vida, elevada mortalidade por doenças infecciosas, idade da maternidade jovem e alta fecundidade são alguns fatores demográficos que compõe a dinâmica da população angolana e que estão diretamente relacionados com a dinâmica migratória do país. Outro aspecto é a busca por tratamentos de saúde no Brasil: além dos tratamentos para fertilização assistida, ao longo da pesquisa foram encontrados casos de imigrantes em busca de tratamento para infecção por HIV, que tem maior incidência entre as mulheres em Angola. Todos estes

aspectos apresentados através da leitura de dados oficiais ajudam a compor parte da realidade do país de origem das imigrantes angolanas.

Outros indicadores socioeconômicos de Angola

Segundo o relatório de 2010 da OECD (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), em 2005, o PIB (Produto Interno Bruto) de Angola teve uma taxa de crescimento de 20,6%, em 2006 o PIB cresceu 18,6% e em 2007 o crescimento foi de 27%. Com isso, a pobreza sofreu uma queda de 68% em 2001 para 36,6% em 2009³⁰ (INE, 2010). Quase a totalidade das exportações de Angola foi a partir da exploração do petróleo bruto, que entre 2013 e 2016 foi responsável por 95% das exportações totais e 70% das receitas federais do Governo (CEIC, 2017). Segundo Rocha (2014), essa dependência gera uma fragilidade no país, sendo 2014 um ano com duras consequências da crise externa do petróleo para Angola, devido à diminuição das despesas públicas e privadas e à redução dos rendimentos da economia (LOPES, 2018).

Outros aspectos importantes para compreender o atual contexto vivido pela população em Angola são apresentados por Lopes (2018) e demonstram que o país ainda enfrenta uma série de problemas que são consequência dos anos de guerra, aliados ao rápido crescimento populacional, pressão migratória de fluxos internos e externos que compõe parte de um cenário de extrema desigualdade e pobreza do país, sobretudo nas áreas rurais.

O Índice de Desenvolvimento Humano de Angola foi de 0,533 em 2016 (150ª posição entre 188 países - quando ajustado pela desigualdade, o IDH de Angola perde 37% e é reduzido para 0,336); a distribuição do rendimento permanece bastante desigual (taxa de pobreza nacional de Angola é de 36,6%, sendo 58,3% nas áreas rurais e 18,7% nas áreas urbanas (2008) – coeficiente de Gini foi, em média, de 42,7 no período 2010-2015). Angola produz muito pouco internamente e importa quase tudo (economia fortemente dependente do petróleo – aproximadamente 1/3 do PIB de Angola e mais de 95% das exportações, o que torna os níveis de vida extremamente caros, em especial na capital Luanda) e permanece muito vulnerável aos desastres naturais e mudanças climáticas, particularmente inundações e secas que ameaçam os ecossistemas vitais e recursos biológicos (LOPES, 2018, p. 64).

Segundo os resultados do IBEP 2008-2009, cerca de 37% da população vive em situação de pobreza em Angola (definida como 4.793 Kwanzas por mês para um indivíduo adulto; rendimento inferior a US\$ 1 por dia). Após o fim da guerra civil no país, a proporção de pessoas vivendo em pobreza extrema passou de 19,8% em 2000-2001 para 6,0% em 2008-

³⁰ Esses foram os últimos dados sobre pobreza analisados pelo INE, segundo uma busca feita nos últimos relatórios.

2009, representando uma melhoria nas condições de vida da população (INE, 2018). No entanto, segundo o relatório do INE ³¹ (2018), 48% da população vive em pobreza multidimensional³².

A componente migratória é parte importante da composição e dinâmica da população angolana. Os anos de conflitos armados pós-independência geraram um intenso fluxo interno do meio rural para o meio urbano (sobretudo para Luanda, a capital) e um intenso fluxo de saída transfronteiriças de refugiados. No entanto, o acelerado crescimento econômico até o ano de 2014 alterou a configuração das migrações em Angola: houve um aumento da mobilidade laboral e estudantil, além da demanda de refugiados e requerentes de asilo de países vizinhos, o tráfico de pessoas e o deslocamento interno causado pelos fenômenos naturais extremos, como as secas e as cheias (LOPES, 2018; 2013).

Lopes; Rodrigues e Simas (2013) afirmam que, segundo o Plano Estratégico da Organização Internacional para as Migrações-Angola para o biênio 2009-2010, o processo de Repatriamento Voluntário levou ao regresso de 400.000 angolanos refugiados nos países vizinhos, como a Zâmbia, a República Democrática do Congo e a Namíbia. O crescimento econômico promoveu um rápido crescimento do fluxo de pessoas nos centros urbanos, além de Angola ter se tornado um país receptor de requerentes de asilo, o que resultou em impactos nos serviços sociais urbanos, aumentando a informalidade e situações de abuso, precariedade e vulnerabilidade sobre a população e, sobretudo, sobre a mão de obra laboral de imigrantes, frequentemente irregulares (LOPES; RODRIGUES; SIMAS, 2013).

1.4 As relações entre Brasil e Angola

Angola passou a fazer parte das dinâmicas brasileiras desde o início do período de colonização, mostrando que as histórias dos dois países se entrelaçam de maneira profunda, deixando marcas culturais e sociais que estão presentes até hoje em ambos os países. Para além do idioma e colonizador em comum, Angola e Brasil desenvolveram uma relação de dependência durante a colonização, sem perder de vista que Angola era o maior fornecedor de escravos do Brasil.

O ano de 1975 marcou Angola, pelo fim da colonização no território Africano. Marcou também as relações diplomáticas entre Brasil e Angola, sobretudo nas relações diplomáticas acerca do reconhecimento do Estado de Angola por parte do Brasil. O Brasil foi

³¹ Calculado com dados do IIMS 2015-2016.

³² Segundo o INE (2018, p. 18), o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) é a “proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades que vivem em pobreza em todas as suas dimensões de acordo com as definições nacionais”.

o primeiro país a reconhecer Angola independente. O reconhecimento do MPLA foi feito por meio da imprensa, no dia 10 de novembro de 1975, junto com a criação da Embaixada do Brasil em Luanda. O processo de reconhecimento de Angola independente, que assumiu o partido MPLA como legítimo pelo governo militar de Geisel, foi polêmico e contraditório sobretudo devido à orientação comunista do MPLA que se chocava com o posicionamento dos EUA (SILVA, 2016).

Além do papel da embaixada responsável pela articulação das políticas externas brasileiras no momento, a imprensa brasileira foi central, através da publicação de diversos artigos que criticavam o Itamaraty, conseguindo interferir na instituição estabelecendo um freio nas relações com Angola (FREIXO; FREITAS, 2011).

Silva (2016) afirma que antes de reconhecer a legitimidade da independência de Angola, foi adotada a chamada “Política Externa Independente” (PEI) durante o governo Jânio Quadros e seguida por João Goulart. Essa política tinha por objetivo promover “uma política externa independente em relação aos alinhamentos automáticos da Guerra Fria.” (SILVA, 2016, p. 474). O Brasil, com a nova política externa, se manifestou contra a colonização de Portugal no território africano, na tentativa de uma aproximação, ainda que de uma forma ambígua: os laços afetivos entre Brasil e Portugal e pressões internas e externas não permitiram o pronunciamento brasileiro contra Portugal (SILVA, 2016).

O golpe militar de 1964 fez com que o Brasil abandonasse a aproximação de Angola, para se alinhar diretamente com os Estados Unidos, num primeiro momento, quando o presidente era Castelo Branco. Durante o governo Costa e Silva, no entanto, os posicionamentos nacionalistas levaram a um afastamento dos Estados Unidos, ainda que com um caráter contraditório: o presidente, em 1970, afirmou que o Brasil tinha o desejo de se aproximar de Portugal e em 1973 afirmou que o fim do colonialismo gerariam condições para o desenvolvimento econômico e social. O governo Médici também foi marcado por uma falta de posicionamento frente à Portugal, sob a égide de mediação de conciliação entre os dois países (SILVA, 2016). O fim da ditadura levou à assinatura, em 1986, do acordo para a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) que garantiu um território fronteiriço do Atlântico Sul livre de armas Nucleares (WAISBICH; POMEROY, 2016).

As primeiras relações econômicas entre os dois países, no entanto, se deram durante o governo militar, na década de 1970, através do comércio baseado na exportação de produtos manufaturados, em troca de produtos derivados do petróleo angolano. Em 1979, com intermédio da Petrobras, foi aberto o canal de Investimento Externo Direto (IED)

brasileiro em Angola. José Sarney foi o primeiro presidente brasileiro a visitar Angola em 1989, sendo o responsável pelo envio de tropas brasileiras para participar das forças de paz das Nações Unidas, com o objetivo de cessar a guerra civil angolana. O governo Fernando Henrique Cardoso foi marcado pelas tentativas de renegociar as dívidas angolanas no Brasil. A chegada do governo Lula em 2000 coincidiu com o fim da Guerra Civil angolana e foi marcado pelo estreitamento das relações entre o Brasil e o continente africano. (WAISBICH; POMEROY, 2016). A chegada do Partido dos Trabalhadores no poder:

É acompanhada por uma virada nas relações Sul-Sul que reverte este panorama de desinteresse no continente e retoma a ideia de “Atlântico Sul” e das relações Brasil-África como um sólido trampolim nos esforços de ampliar a influência global do Brasil (WAISBICH; POMEROY, 2016, p. 3).

O Governo Dilma teve uma participação mais tímida, ainda que declarada importância e prioridade nas relações com o continente, enquanto política de Estado (WAISBICH; POMEROY, 2016). O governo Temer, assim como os anteriores, foi acusado de ser omissos aos anos de ditadura angolana, devido a interesses econômicos, sobretudo com a presença de empresas como a Odebrecht, que explorava diamantes e estava presente no ramo de supermercados, além da construção civil. O autor do artigo publicado pela Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI), Barboza (2017), afirma que Lula foi o maior facilitador nos negócios da empresa brasileira no exterior e o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) continuou o financiamento mesmo após a saída de Lula:

Angola hoje é o país que mais tem contratos com empreiteiras brasileiras e é o maior receptor de recursos do BNDES, com US\$ 5 bilhões já concedidos. Empreiteiras como Odebrecht e Camargo Corrêa constroem rodovias, refinarias e hidrelétricas. A maior empregadora do país é a Odebrecht, que, além de atuar na construção civil, é dona de uma rede de supermercados e financia o Santos Futebol Clube de Angola, cujo nome não se deve ao Pelé, mas sim a uma homenagem ao presidente do país. As empresas brasileiras doaram cerca de US\$ 50 milhões à campanha de Santos em 2012, que teve a coordenação de João Santana, marqueteiro do PT enviado à África (BARBOZA, 2017, s.p.).

Com a deflagração dos esquemas de corrupção, Lula foi acusado de estar envolvido no repasse de propinas em troca de favores políticos para a Odebrecht em Angola, em 2009 (COUTINHO, 2016). Nesse momento, a empresa enfrentava dificuldades econômicas e pediu auxílio em troca de propina. Além disso, Barboza (2017) afirma que Lula indicou o marqueteiro João Santana para trabalhar nas eleições angolanas de 2012, para a eleição do presidente José Eduardo dos Santos, que ganhou com 70% dos votos.

Atualmente, no ano de 2019, o Brasil é governado por um governo conservador, liberal e alinhado aos interesses norte-americanos (MEDEIROS; VILAS-BOAS; ANDRADE, 2019) O governo de Jair Bolsonaro adotou política externa nos mesmos moldes, quando Ernesto Araújo foi nomeado o chanceler de Relações Exteriores, indicado por Olavo de Carvalho, guru do presidente, youtuber, “dito filósofo” (MEDEIROS; VILAS-BOAS; ANDRADE, 2019) Segundo o artigo publicado pelo *Le Monde Diplomatique Brasil* (MEDEIROS; VILAS-BOAS; ANDRADE, 2019), a realidade burocrática do Itamaraty está sendo substituída pela gestão que Bolsonaro adota em diversas outras áreas, que é baseada na crença em teorias da conspiração pouco acadêmicas e pouco reconhecidas como válidas no mundo intelectual e político, além do caráter religioso, do olhar civilizacional e pragmático³³ na condução das políticas externas. Além disso, no governo Bolsonaro não há uma visão de longo prazo para a política externa, principalmente através da afinidade moral, acima de tudo com suporte do chanceler Ernesto Araújo, que tem por objetivo preservar os valores cristãos ocidentais. Por último, é importante destacar o “americanismo” ideológico vigente atualmente, em contraste com o que era proposto pela política externa brasileira anteriormente (MEDEIROS; VILAS-BOAS; ANDRADE, 2019). Tamanho é o aspecto ideológico, que, com apoio de Trump, Bolsonaro pretende nomear abertamente seu filho, Eduardo Bolsonaro, deputado federal, para compor a embaixada americana (GALVANI, 2019).

A política externa brasileira voltou-se a uma de suas “matrizes” de inserção – o paradigma ‘americanista’ – que, diferentemente do paradigma ‘globalista’, centra suas atenções nas relações privilegiadas e próximas com os Estados Unidos, porém com o interesse pragmático de auferir ganhos através do contato mais próximo com a principal potência global. Mesmo essa última característica, que recorrentemente é invocada nas relações externas, está ameaçada pelo governo atual por este enxergar na relação atual com os EUA apenas o interesse em se aproximar da peculiar visão de mundo de Donald Trump, algo que pode ser efêmero (MEDEIROS; VILAS-BOAS; ANDRADE, 2019, s.p.).

Esse cenário, brevemente resumido, tem o objetivo de contextualizar a atual política externa brasileira, que está diretamente relacionada com a forma como se dão as relações entre Angola e Brasil. Segundo o jornal *Estadão*, a primeira autoridade internacional a ser recebida pelo ministro de relações exteriores, Ernesto Araújo foi o chanceler de Angola, Manoel Domingos Araújo. Segundo o chanceler, Angola deve continuar estabelecendo uma parceria estratégica com o Brasil, minimizando as falar do presidente Jair Bolsonaro, “de que

³³ Na linguagem das relações internacionais, pragmático é a “prática de enfatizar o ganho, a melhoria, a utilidade, através de relações pontuais, objetivas, despidas de considerações morais e ideológicas” (MEDEIROS; VILAS-BOAS; ANDRADE, 2019).

a diplomacia brasileira passaria a estar mais voltada para países mais relevantes do ponto de vista do comércio global” (ESTADÃO, 2019, s.p.). O artigo afirma que o chanceler Araújo reforçou o interesse em manter as relações com o continente africano. O jornal fez um importante questionamento ao chanceler angolano sobre a política do atual governo brasileiro e o fluxo de migrantes e refugiados angolanos no Brasil:

Domingos Augusto afirmou que Angola possui uma cooperação permanente com o Brasil nesse aspecto. Segundo ele, esse também é um problema enfrentado por Angola. ‘De cada quatro angolanos que vêm para o Brasil, três deles não são verdadeiramente angolanos. Temos uma fronteira muito porosa e por isso somos vítimas também da imigração ilegal. Hoje temos mais de dois milhões de pessoas ilegais no nosso país e nossas autoridades têm trabalhado para conter essa questão’, completou (ESTADÃO, 2019, s.p.).

Portanto, atualmente, é possível considerar a política externa brasileira como contraditória já que, por um lado, adota um discurso que prioriza os interesses econômicos, morais, políticos e religiosos imediatos, sobretudo com os Estados Unidos e, por outro lado, afirma ter interesses de cooperação com o continente africano e com Angola. Há de se observar quais serão os próximos passos das relações políticas entre os dois países.

CAPÍTULO 2 – O FLUXO MIGRATÓRIO ANGOLA-BRASIL NO SÉCULO 21: ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS DE MIGRAÇÃO

2.1 As bases de informação

Um dos maiores desafios dos estudos das migrações internacionais recentes no Brasil é a sistematização das fontes de informação. As fontes de dados utilizadas nas análises aqui presentes são diversas e compõe parte de um mosaico das tendências das migrações contemporâneas angolanas no Brasil e em São Paulo advindas dos esforços do Observatório das Migrações em São Paulo-NEPO/UNICAMP.

A intensidade das mudanças e dinâmicas migratórias, dos sentidos e das modalidades migratórias demanda que diferentes fontes de informações sejam articuladas, combinado com as metodologias mais adequadas (BAENINGER; FERNANDES, 2017). Segundo Baeninger; Demétrio e Domeniconi (2020), foi após o último Censo Demográfico, de 2010, que o Brasil se consolidou na rota das migrações transnacionais e recebeu grande parte da migração internacional.

O Censo Demográfico é o levantamento sociodemográfico mais completo do país, devido a pluralidade de temas abordados, a existência de dados a níveis municipais, estaduais, nacionais e internacionais e a possibilidade de desagregação das informações. O Censo é a única pesquisa que capta o estoque de imigrantes residentes no país, independente de fatores como inserção no mercado de trabalho formal ou informal, documentação regular ou não, recém-chegados ou de longa-data. Por outro lado, o Censo demográfico tem a desvantagem de ser realizado decenalmente, ou seja, sua periodicidade não permite que as reconfigurações deste fenômeno sejam acompanhadas (BAENINGER; FERNANDES, 2017).

É por esse motivo que, recentemente, uma das principais fontes de informação utilizada para melhor compreender as dinâmicas migratórias no Brasil são os registros administrativos da Polícia Federal, responsável pelo controle de entrada e saída das fronteiras (OLIVEIRA et al., 1996). Este registro é produzido através do Sistema de Cadastramento de Registro de Estrangeiro (SINCRE) e contempla todos os imigrantes internacionais com Registro Nacional Migratório – RNM³⁴). Um dos pontos positivos, é que no período intercensitário em que não há informações fornecidas pelo Censo, é possível fazer um acompanhamento ano a ano dos movimentos migratórios internacionais através dos registros administrativos, ainda que alguns problemas de coleta, acesso, sistematização e divulgação podem apresentar problemas (BAENINGER; FERNANDES, 2017). Por outro lado, os

³⁴ Anteriormente chamado de RNE (Registro Nacional do Estrangeiro).

registros não podem estimar o total de imigrantes internacionais (ou de qualquer nacionalidade) residentes no país, uma vez que não há informações sobre o a saída ou permanência desses imigrantes do território. Ademais, os registros frequentemente apresentam problemas de preenchimento, publicidade e acesso³⁵.

Para a realização deste trabalho, foram usados os dois principais registros administrativos que permitem o acompanhamento da imigração internacional no Brasil: o Sistema Nacional de Cadastro e Registro (Sincre), pertencente à Polícia Federal, utilizado para o controle dos estrangeiros com carteira de identidade e o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE). Uma desvantagem dos registros administrativos é que não há informações sobre indocumentados³⁶, bem dos solicitantes de refúgio. Nesse caso, são utilizadas informações do Comitê Nacional ara Refugiados (Conare)³⁷, vinculado ao Ministério da Justiça, que garante ao solicitante de refúgio o acesso ao Cadastro da Pessoa Física (CPF) e à Carteira de Trabalho e Previdência Social (CPTS), mesmo que de caráter provisório, o que garante a possibilidade de trabalho formal (BANINGER; DEMÉTRIO; DOMENICONI, 2020).

Até o ano de 2018, era possível obter informações desagregadas por município, o que possibilitava compreender com maior profundidade as configurações. No entanto, uma mudança administrativa dos dados de migração retirou as informações dos municípios do ano de 2019. Outras informações importantes obtidas através dos microdados e que serão analisadas neste trabalho são informações sobre amparos legais, data de entrada e saída da federação de ingresso, local de nascimento, tipo de visto, entre outras variáveis (BAENINGER; FERNANDES, 2017). O uso combinado das fontes de dados foi elaborado de forma a gerar informações sobre dinâmicas, inserção laboral, amparo legal, estrutura etária, tipo de visto, ocupação, etc. dos angolanos e angolanas que vivem em São Paulo e no Brasil hoje.

Serão analisadas também informações obtivas através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). A RAIS é a abastecida pelas empresas registradas no Cadastro

³⁵ Conforme explicado por Baeninger; Demétrio e Domeniconi (2020), as informações do Sincre passaram a ser consulta pública apenas em 2017.

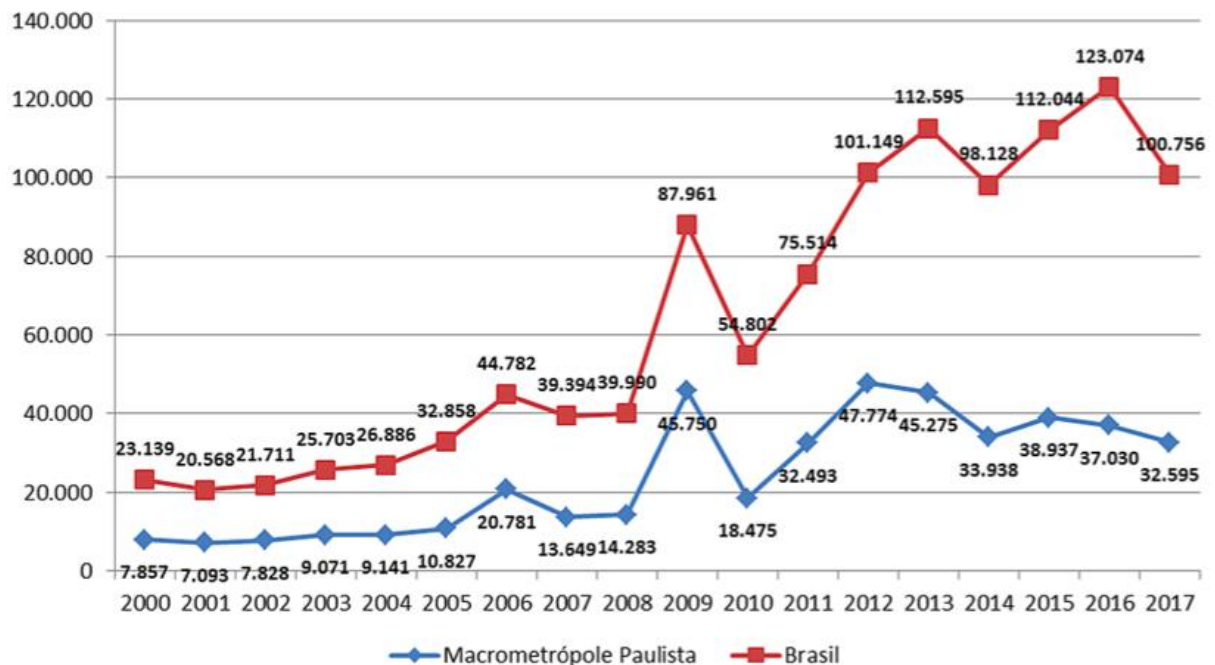
³⁶ Segundo Fernandes et al. (2014), há um maior acesso à documentação dos fluxos de imigrantes internacionais mais recentes no Brasil, em função dos acordos multilaterais, das concessões especiais de vistos (como é o caso dos haitianos) e das garantias previstas aos solicitantes de refúgio, levando a uma diminuição dos imigrantes indocumentados, ainda que os imigrantes indocumentados sejam um número expressivo no que diz respeito à inserção laboral da migração Sul-Sul (MAGALHÃES; BÓGUS; BAENINGER, 2018; BANINGER; DEMÉTRIO; DOMENICONI, 2020).

³⁷ O CONARE decide os casos de deferimento, indeferimento, cessação, perda, extinção e, excepcionalmente, de arquivamento.

Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) anualmente, em uma plataforma eletrônica do Ministério do Trabalho brasileiro. A base tem abrangência nacional e periodicidade anual, também sendo possível desagrega-las por município. É considerada a principal fonte de informação sobre dinâmica do mercado de trabalho *formal* brasileiro. Segundo Costa e Gurgel (2017), as limitações das bases são: a possibilidade de dupla contagem do trabalhador que tem mais de um registro ativo, a não contabilização do trabalhador autônomo ou informal e a possibilidade de erros de preenchimento do formulário online.

No que diz respeito aos registros no Brasil, Baeninger; Demétrio e Domeniconi (2020) fazem uma análise sobre os registros de estrangeiros emitidos no Brasil e em São Paulo. É possível observar no Gráfico 8 que há um aumento no número de registros no Brasil, enquanto São Paulo não acompanha a mesma tendência. Ainda que São Paulo concentre a maior parte dos registros de imigrantes internacionais residentes no Brasil (460 mil dos mais de um milhão, entre 2000 e 2017, sendo 90% dos registros concentrados na Macrometrópole de São Paulo).

GRÁFICO 8 – Imigrantes internacionais registrados (Registro Nacional de Estrangeiro – RNE), segundo ano do registro. Brasil e Macrometrópole Paulista, 2000 a 2017



Fonte: Baeninger; Demétrio e Domeniconi (2020); Sistema Nacional de Cadastros e Registros (Sincre), Departamento da Polícia Federal – Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações: Observatório das Migrações em São Paulo – Nepo/Unicamp-CNPq.

As autoras apontam para uma possível reconfiguração espacial da migração internacional no território brasileiro, com o surgimento de outros espaços de migração

internacional no país, além do aumento da procura pelo status de refúgio, que não possuem RNE e não estão registrados no SINCRE (BANINGER; DEMÉTRIO; DOMENICONI, 2020, p. 25). As autoras afirmam:

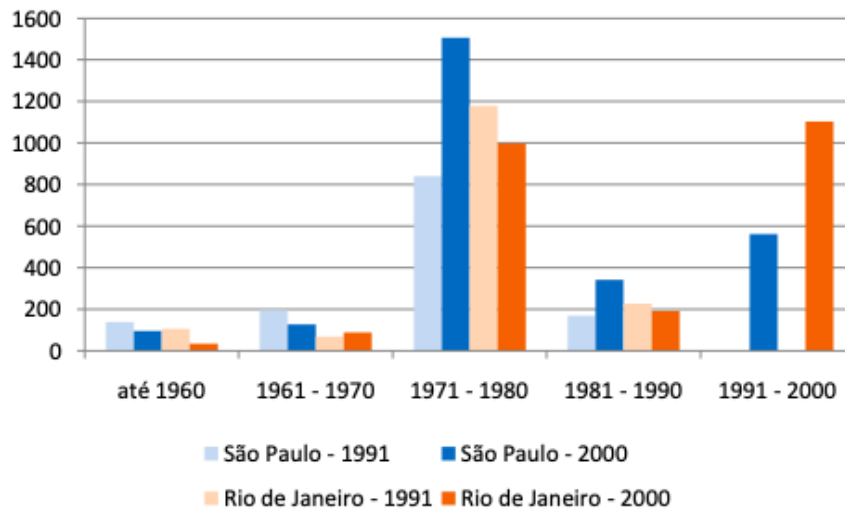
O amparo legal referente à lei n. 9.474 (Estatuto do Refugiado) desponta-se entre os dispositivos jurídicos mais recorrentes na garantia do direito à residência dos imigrantes na Macrometrópole Paulista, respondendo a 0,7% (3.009) do total de RNEs emitidos no período considerado.

Mesmo com a queda nos registros no estado paulista, considera-se a Macrometrópole de São Paulo uma importante área para a entrada e redistribuição da população no cenário estadual e nacional (BAENINGER; DEMÉTRIO; DOMENICONI, 2020). No ano de 2012, 32% da população africana vivia no estado de São Paulo. Desses, 33% eram provenientes de Angola, ou seja, 4.008 pessoas, representando 36% da população angolana no Brasil (SANTOS; NOVAES; CHAVES, 2018). Dados mais recentes demonstram que entre 2015 e 2016 os angolanos representavam 40% dos africanos em São Paulo e 2% do total de estrangeiros (BAENINGER; FERNANDES, 2017).

São Paulo é, portanto, um destino importante das migrações e, atualmente, é o principal para os angolanos, conforme o Gráfico 9 apresenta. No entanto, este nem sempre foi o principal destino das migrações angolanas. Aydos (2010) demonstra que a década de 1970 e a década de 1990 foram dois momentos com acentuada migração de angolanos, conforme demonstra do Gráfico 2, sendo 1980 a década com menor entrada de angolanos no Brasil³⁸. Por essa razão e por utilizar o Censo demográfico como fonte de dados, a autora divide a análise em três períodos.

³⁸ Aydos (2010) analisa a migração angolana nos três períodos (1970, 1980 e 1990), através dos dados censitários e de uma pesquisa realizada em 2007 pelo Núcleo de Estudos de População da Universidade de Campinas (NEPO/UNICAMP), que contou com diversas parcerias: da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados/Brasil (ACNUR), da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro. Foram 2.409 famílias de migrantes refugiados entrevistados reconhecidos nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Neste universo, 1.309 famílias compreendiam refugiados angolanos, sendo 253 famílias registradas em São Paulo e 1.127 no Rio de Janeiro. Em São Paulo, foram entrevistadas 20 famílias e no Rio de Janeiro foram 143 famílias. Os resultados encontrados por ela são uma fotografia do momento, portanto são importantes para compreender o perfil da migração angolana naquele momento, mas não serão usadas para fins comparativos. Estas informações serão importantes para compreender as dinâmicas da migração angolana no Brasil.

GRÁFICO 9 – Imigrantes angolanos por década que fixaram residência no Brasil. Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. População residente em 1991 e 2000



Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1980; 1991; 2000).

Num primeiro momento, o fluxo migratório angolano no Brasil foi resultado de longos anos de conflitos, que culminaram na independência do país em 1975, seguido da retirada do Estado Colonial Português do território angolano. O Brasil sendo o primeiro país a reconhecer Angola (BILLON, 2001) foi um dos motivos que levou a busca de angolanos, sobretudo de classe média, proletariados urbanos e jovens com formação acadêmica, mas sem poder aquisitivo e o principal destino da migração de refugiados era São Paulo, ainda que o Rio de Janeiro também fosse um importante destino das migrações forçadas (RIBEIRO, 1996; AYDOS, 2010). Já a década de 1980 houve uma queda drástica no número de imigrantes que buscavam refúgio no Brasil. Aydos (2010) atribui a queda ao período entre a independência e o início da guerra civil em Angola. Nesse momento, a maior parte dos imigrantes eram homens, jovens e estudantes. A década de 1990 foi marcada pelo aumento do número de migrantes refugiados, sobretudo no Rio de Janeiro.

Segundo Aydos (2010), o Censo de 2000 captou 392 imigrantes angolanos residindo em São Paulo e 971 no Rio de Janeiro. O Brasil foi um dos poucos países a manter o consulado aberto e a concessão de vistos para angolanos, atraindo muitos jovens com idades entre 17 e 18 anos que eram obrigados a prestar serviço militar. Esse fluxo era marcado por homens, negros e pobres que usaram a migração como a “única saída”, uma forma de dar continuidade aos estudos e qualificação para entrar no mercado de trabalho e, principalmente, de fugir do recrutamento militar, principalmente entre os anos 1993 e 2000, período em que se intensificaram os conflitos em Angola (PETRUS, 2001).

Segundo Petrus (2001), a emigração foi incorporada enquanto tradição em Angola, sendo uma etapa necessária, subsequente à migração da família para Luanda para aqueles que nasceram em outras províncias: “a emigração é considerada, por todos os jovens, como a forma maior de afirmação de seu direito à liberdade e à busca de condições mais dignas e seguras de vida (PETRUS, 2001, p. 52)”. O trecho do escritor angolano Kalaf Epalanga também ilustra o sentimento do jovem e de sua família que buscam a emigração como uma saída para fugir das condições de guerra.

Ali estava eu, sentindo-me refugiado, exilado, emigrado... Tudo palavras das quais desconhecia o significado, até Savimbi se ter convencido de que houve uma fraude nas eleições de 1992 e a minha mãe, que viu Angola independente, e que conhecia melhor do que eu o coração dos senhores da guerra, temendo pela minha vida, me enviou para Lisboa na primeira oportunidade que teve. Não a censuro, ela é mãe, no seu lugar é provável que todas as mães angolanas fizessem o mesmo. Não consigo imaginar como deve ser agonizante para uma mãe, no contexto de então, ver o filho homem crescer com a certeza de que um dia ele teria que ir para a guerra, sem saber se de lá iria voltar (EPALANGA, 2018, p. 41).

A escolha pelo Rio de Janeiro como país de destino naquele momento se deu, principalmente, devido à linha aérea da TAAG estabelecida entre Luanda e Rio de Janeiro, sendo considerado pelos angolanos uma fronteira fácil de ser cruzada. Além disso, uma outra estratégia era usar o Brasil como país de passagem, com o objetivo de chegar à Europa. Esse fato teria reduzido o número de pedidos de refúgio, principalmente a partir de 1993 (com a retomada da guerra), quando jovens angolanos não chegaram a solicitar refúgio (AYDOS, 2010). Esta estratégia pode ser observada até os dias de hoje na migração angolana no Brasil e será abordada no próximo capítulo. Outro aspecto interessante da estratégia migratória desses migrantes e que pode ser vista até os dias de hoje é o comércio informal entre os dois países, conhecido como “mukunza”³⁹.

Os anos de 1992 e 1993, depois os anos de 1998 e 2000 foram marcados novamente por um aumento do número de imigrantes angolanos no Brasil. Aydos (2010) explica que tal aumento pela retomada da guerra civil em Angola. A autora ainda afirma que, mesmo com uma queda no número de solicitantes de refúgio entre 1995 e 1998⁴⁰, o número

³⁹ Palavra típica angolana, de origem Kimbundu, que, segundo Nei Lopes (2003), mukunza é uma comida ritual angolana que significa ‘milho cozido’. É a tradicional canjica branca cozida com leite, leite de coco e coco ralado, e se adoça com mel. No capítulo 3 serão abordadas informações sobre esse comércio em São Paulo nos dias de hoje e as demais redes migratórias criadas e resinificadas.

⁴⁰ Em 1994 foi assinado o acordo Luska, que considerava Angola um país que não estava mais em guerra. Nesse momento, os pedidos de refúgio no Brasil passaram a ser analisados individualmente, levando uma consequente diminuição nas solicitações de refúgio. Esse acontecimento também pode ser observado no atual momento e será discutido posteriormente.

total de imigrantes angolanos permaneceu com as mesmas características, conforme apresentado nas Tabelas 1 e 2.

TABELA 2 – Distribuição dos imigrantes angolanos por ano que fixou residência no Brasil. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2000

Ano que fixou residência no Brasil	Número de Imigrantes Angolanos	Distribuição percentual	Percentual Acumulado
1992	43	4,4	4,4
1993	187	19,3	23,7
1994	25	2,5	26,3
1995	145	14,9	41,2
1996	154	15,8	57,0
1997	135	13,9	70,9
1998	145	15,0	85,8
1999	83	8,6	94,4
2000	54	5,6	100,0
Total	971	100	100,0

TABELA 1 – Distribuição dos imigrantes angolanos por ano que fixou residência no Brasil. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado de São Paulo. População residente em 2000

Ano que fixou residência no Brasil	Número de Imigrantes Angolanos	Distribuição percentual	Percentual Acumulado
1991	47	11,9	11,9
1992	39	9,8	21,7
1993	92	23,5	45,3
1994	27	7,0	52,2
1995	67	17,1	69,3
1997	32	8,2	77,5
1998	31	7,9	85,5
1999	49	12,5	98,0
2000	8	2,0	100,0
Total	392	100	100

Fonte: Aydos (2010); IBGE (Censo Demográfico 2000).

Entre 2000 e 2015, o número total de imigrantes em situação regular no Brasil era de 878.742 pessoas, de acordo com os dados do SINCRE. Com relação ao número de registros de imigrantes africanos no território brasileiro, entre 2000 e 2012, este número cresceu 30 vezes, fenômeno acompanhado pela diversificação do fluxo. Dados do SINCRE apontam que, em 2000 havia 1.054 pessoas de 38 países no Brasil. Em 2012 esse número foi para 38.270 pessoas, vindas de 48 dos 54 países do continente, sendo 4% dos imigrantes internacionais no Brasil (SANTOS; NOVAES; CHAVES, 2018; VALIM; RIGA; RIBEIRO, 2016).

Entre 2000 e 2009, o Rio de Janeiro se manteve como o principal destino dos angolanos registrados no Brasil. Como apresentado antes, o Censo de 2000 captou 392 imigrantes angolanos residindo no estado de São Paulo e 971 no Rio de Janeiro. A escolha pelo estado carioca no início dos anos 2000 é atribuída, além da existência de uma linha aérea, aos investimentos da Petrobrás e da Oderbrecht em Angola, com a criação de uma rede comercial e familiar entre os dois países (PETRUS, 2001).

O Rio de Janeiro seguiu sendo o principal destino da migração de angolanos no Brasil até 2011, com especial procura no ano de 2009, conforme os Tabela 3 e Gráfico 10 demonstram. Os estados com maior número de angolanos registrados entre 2000 e 2017 foram, em ordem de maior presença, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Ceará, Pernambuco,

sendo o Acre e Maranhão os dois estados com menor número de registro: apenas um registro realizado em ambos os estados.

Em 2008, Angola, que tem sua economia essencialmente dependente da extração e exportação do petróleo⁴¹, passou por uma profunda crise, reflexo da crise financeira global, que levou à queda do preço do barril, sendo o ano de 2009 o pior momento da recessão (MENDES, 2013). A crise econômica refletiu diretamente na dinâmica da população e elevou o número de emigrantes angolanos, inclusive no Brasil, sendo o Rio de Janeiro o principal destino naquele momento. Em 2010, o último Censo captou 6.454 imigrantes angolanos no Brasil, ou seja, 1,08% dos estrangeiros (IBGE, 2010). Neste ano, enquanto o número de registros em São Paulo cresceu, no Rio de Janeiro passou por uma brusca queda: de 999 registros em 2009 para 542 em 2010. A partir de 2011, ocorre uma inversão e o número de imigrantes angolanos registrados passou a ser maior em São Paulo do que no Rio de Janeiro. Em 2012, foram 401 registros no Rio de Janeiro e 624 em São Paulo.

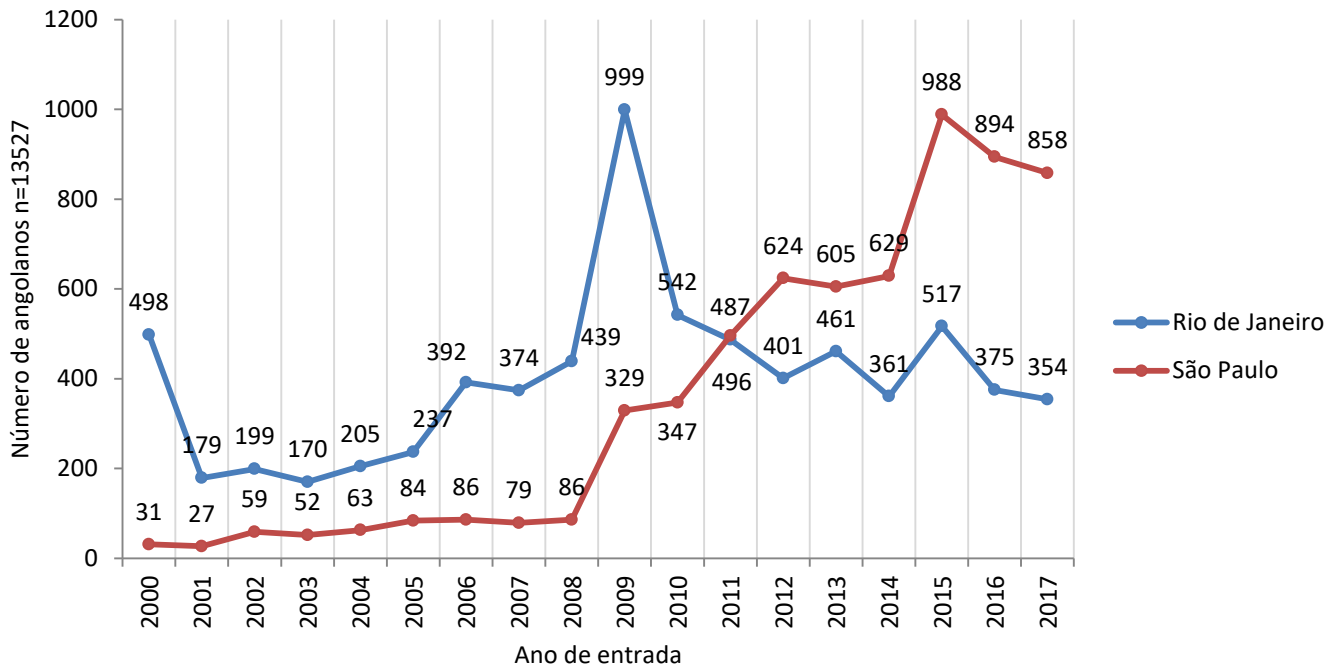
⁴¹ Segundo dados da OCDE/BAD (2009), 90% da economia angolana dependia do petróleo no momento da crise, em 2008.

TABELA 3 – Número de imigrantes angolanos registrados, entre 2000-2017, todos os estados brasileiros

	Ano de registro																		Total
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Acre	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Amazonas	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	3
Roraima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	1	4
Pará	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	3	3	8
Maranhão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Ceará	1	6	4	3	11	18	11	9	5	15	9	15	11	26	11	16	7	6	184
Rio Grande do Norte	0	0	2	1	5	5	7	4	2	7	5	3	5	4	4	6	2	0	62
Paraíba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	2
Pernambuco	3	3	1	3	4	4	8	9	16	8	5	6	14	20	6	21	10	8	149
Alagoas	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0	3
Bahia	3	4	3	5	6	6	7	6	7	16	9	3	13	15	3	11	7	6	130
Minas Gerais	0	0	0	0	0	0	0	0	2	4	5	3	6	7	7	6	6	4	50
Espírito Santo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	2
Rio de Janeiro	498	179	199	170	205	237	392	374	439	999	542	487	401	461	361	517	375	354	7190
São Paulo	31	27	59	52	63	84	86	79	86	329	347	496	624	605	629	988	894	858	6337
Paraná	20	23	9	17	18	41	32	58	34	45	21	9	8	9	13	21	8	4	390
Santa Catarina	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	1	4	10
Rio Grande do Sul	1	3	2	2	1	4	3	0	8	4	6	4	10	16	8	22	7	1	102
Mato Grosso do Sul	0	2	0	5	0	2	0	0	0	2	2	1	0	1	2	3	0	1	21
Distrito Federal	0	1	0	0	1	2	0	1	10	5	5	13	14	11	18	11	7	1	100
Total	557	248	280	259	315	403	546	541	610	1437	957	1040	1110	1177	1063	1627	1328	1251	14749

Fonte: Sistema Nacional de Cadastros e Registros (SINCRE); Polícia Federal; Ministério da Justiça; Projeto MT/Brasil/ICMDP/PUC Minas; Observatório das Migrações em São Paulo; Nepo/Unicamp; Fapesp/CNPq.

GRÁFICO 10 – Número de imigrantes angolanos registrados, entre 2000-2017, nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo

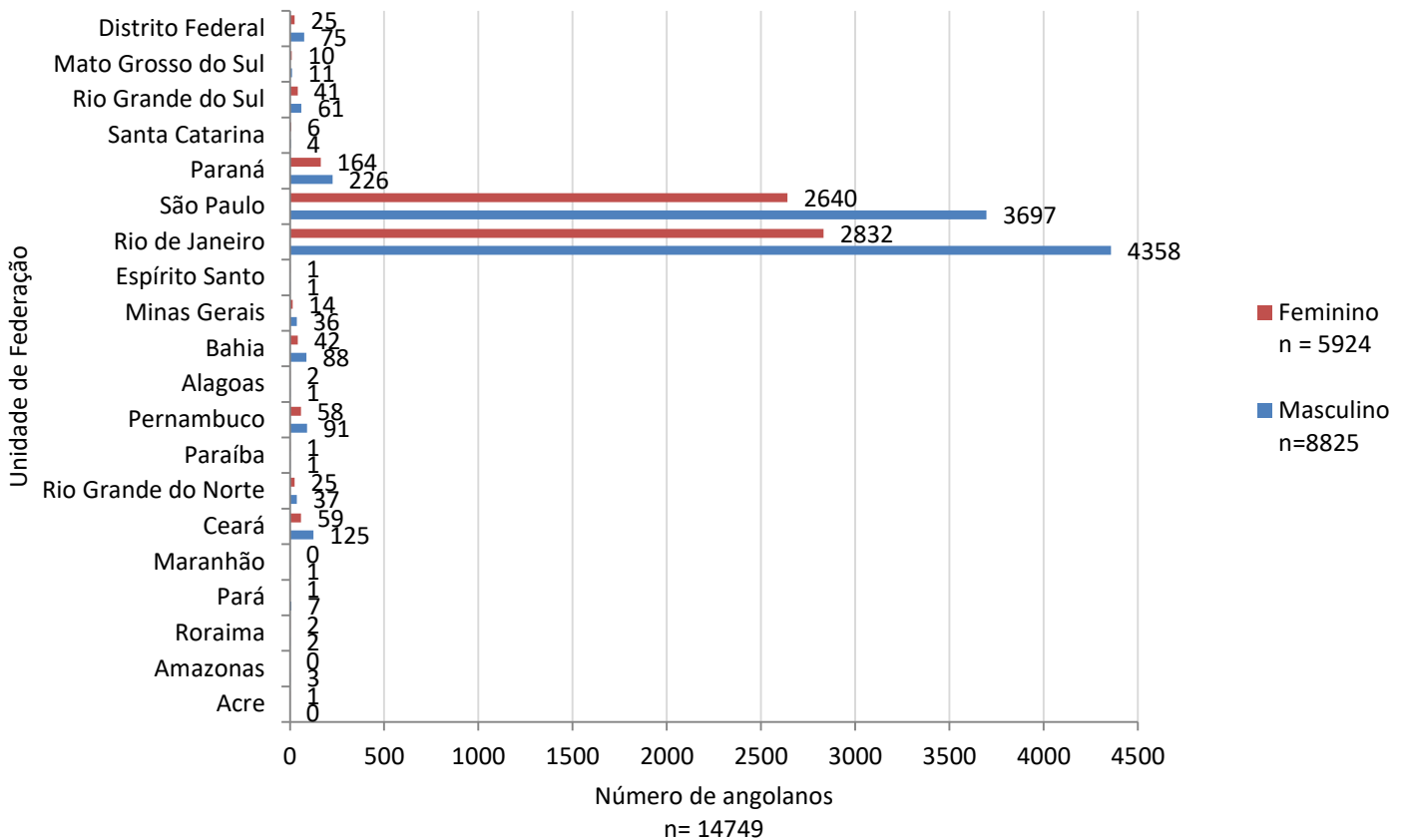


Fonte: Sistema Nacional de Cadastros e Registros (SINCRE); Polícia Federal; Ministério da Justiça; Projeto MT/Brasil/ICMDP/PUC Minas; Observatório das Migrações em São Paulo; Nepo/Unicamp; Fapesp/CNPq.

A partir desse momento, São Paulo passou a ser o principal destino das migrações. A comparação entre os dois estados é realizada, pois, como é possível observar no Gráfico 10, Rio de Janeiro e São Paulo são destinos tradicionais das migrações angolanas no Brasil. Os dois estados foram os locais de registro de 92% dos imigrantes angolanos entre 2000 e 2017, com 13.527 registros, do total de 14.749 angolanos que entraram no país de forma regular neste período.

Ainda que tenha ocorrido uma inversão no número de registros dos imigrantes de origem angolana, o Rio de Janeiro continua sendo o estado com maior número acumulado de imigrantes: um total de 7.190 registrados entre 2000 e 2017, enquanto São Paulo obteve 6.337 no mesmo período, conforme observa-se no Gráfico 11, que ilustra o acumulado da migração angolana por estado entre 2000 e 2017.

GRÁFICO 11 – Número de imigrantes angolanos registrados, em 2000-2017, por sexo e por Unidade de Federação de ingresso no Brasil

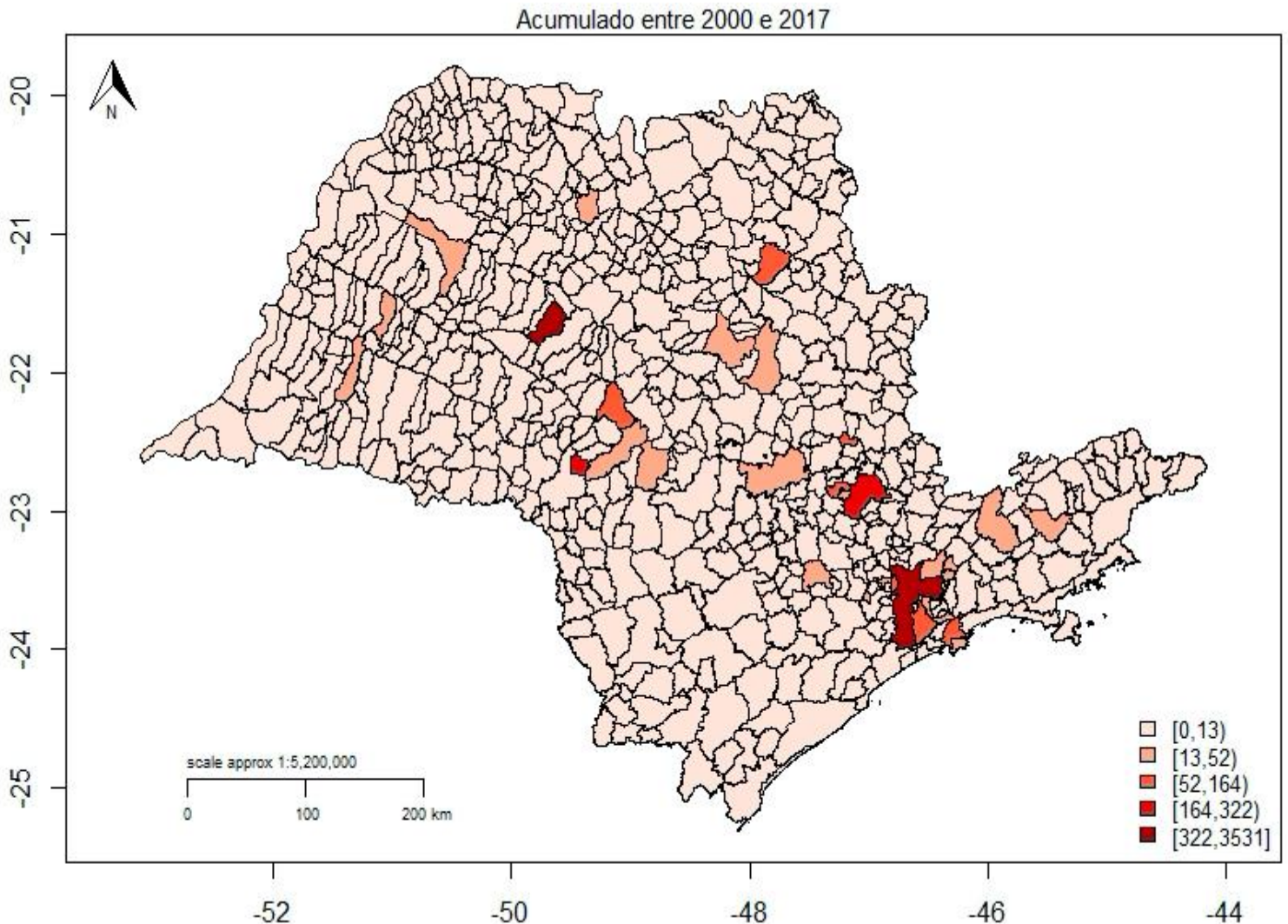


Fonte: Sistema Nacional de Cadastros e Registros (SINCRE); Polícia Federal; Ministério da Justiça; Projeto MT/Brasil/ICMDP/PUC Minas; Observatório das Migrações em São Paulo; Nepo/Unicamp; Fapesp/CNPq.

Para todos os estados brasileiro, o total de mulheres é menor do que o total de homens. No Rio de Janeiro as mulheres angolanos são 39%. Em São Paulo a presença de mulheres é 42% dos imigrantes angolanos registrados. Ou seja, São Paulo é caracterizado por uma presença de mulheres angolanos proporcionalmente maior do que o Rio de Janeiro.

As informações de registro da base de dados do SINCRE podem ser analisadas segundo o município de registro do imigrante. O Mapa 4 foi elaborado com informações do acumulado de registros entre 2000 e 2017 em São Paulo, gerando informações sobre a localização dos imigrantes no território paulista. Com base no mapa, é possível perceber que há uma interiorização do fluxo angolano para outros municípios em São Paulo, como Lins, Campinas, Piracicaba, Bauru entre outros municípios. O mapa do estado de São Paulo e seus municípios pode ser visualizado no Anexo III.

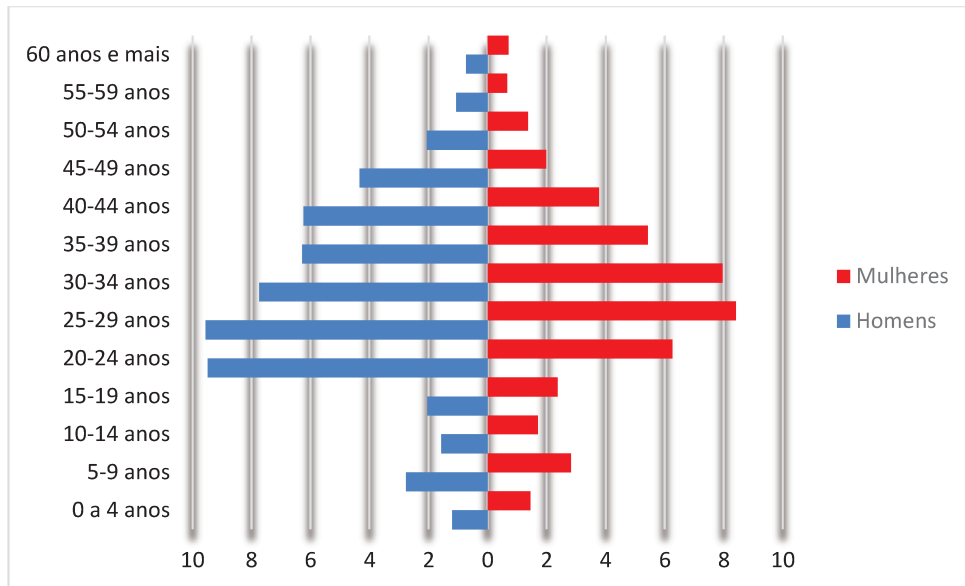
MAPA 4 – Distribuição dos imigrantes angolanos registrados (RNE), entre 2000-2017, segundo o município de residência no estado de São Paulo



Fonte: Sistema Nacional de Cadastros e Registros (SINCRE); Polícia Federal; Ministério da Justiça; Projeto MT/Brasil/ICMDP/PUC Minas; Observatório das Migrações em São Paulo; Nepo/Unicamp; Fapesp/CNPq.

Outro aspecto importante de se destacar é que os registros migratórios de angolanos em São Paulo no período de 2000 a 2017 são caracterizados pela forte presença de jovens, no intervalo de idade de 20 a 34 anos, tanto para homens quanto para mulheres, conforme apresenta o Gráfico 12.

GRÁFICO 12 – Imigrantes angolanos registrados no estado de São Paulo, entre 2000 e 2017, por idade e sexo



Fonte: Sistema Nacional de Cadastros e Registros (SINCRE); Polícia Federal; Ministério da Justiça; Projeto MT/Brasil/ICMDP/PUC Minas; Observatório das Migrações em São Paulo; Nepo/Unicamp; Fapesp/CNPq.

Ainda com dados do SINCRE, foi possível perceber a maior parte dos imigrantes angolanos se declararam solteiros: 77,5% dos homens e 77,1% das mulheres (Tabela 4). Com relação aos casados, a proporção é próxima para ambos os sexos: 19,1% para os homens e 19,0% para as mulheres. Demonstra que a população angolana migrante registrada entre 2000 e 2017 em São Paulo é majoritariamente jovem, solteira e maioria masculina, ainda que tenha uma expressiva presença de mulheres (42% dos imigrantes angolanos).

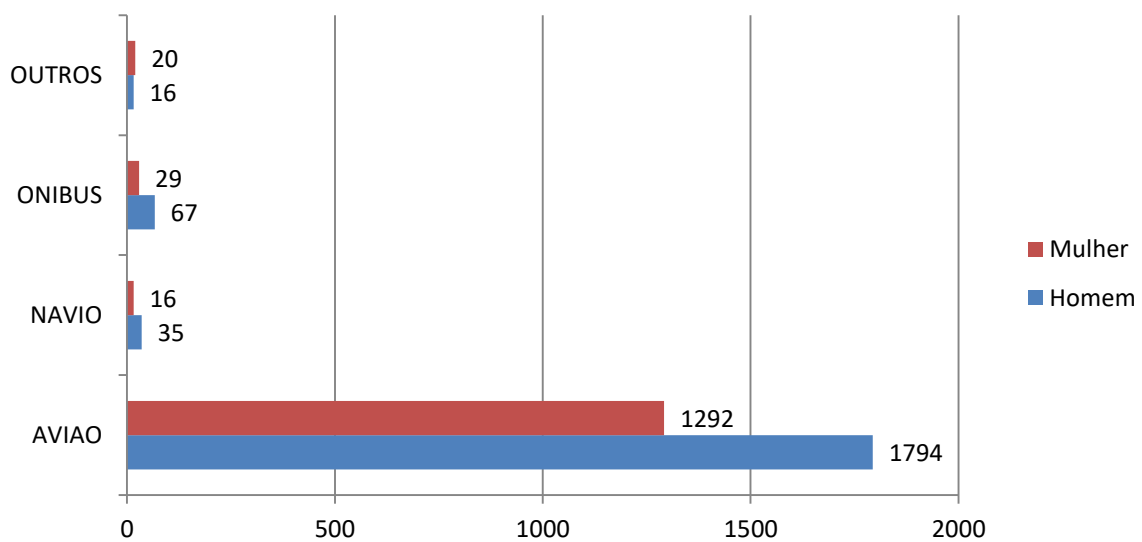
TABELA 4 – Estado Civil dos imigrantes angolanos registrados em São Paulo – 2000-2017

Estado civil	Homens		Mulheres		Total	
	N	%	N	%	N	%
Solteiro/a	2407	77,5	1951	77,1	4358	77,3
Casado/a	593	19,1	481	19,0	1074	19,0
Divorciado/a	23	0,7	13	0,5	36	0,6
Separado/a	4	0,1	2	0,1	6	0,1
Viúvo/a	5	0,2	18	0,7	23	0,4
Outros	74	2,4	67	2,6	141	2,5
Total	3106	100,0	2532	100	5638	100

Fonte: Sistema Nacional de Cadastros e Registros (SINCRE); Polícia Federal; Ministério da Justiça; Projeto MT/Brasil/ICMDP/PUC Minas; Observatório das Migrações em São Paulo; Nepo/Unicamp; Fapesp/CNPq.

O principal meio de transporte utilizado no deslocamento dos imigrantes angolanos registrados em São Paulo entre 2000 e 2015 é o avião, tanto para os homens quanto para as mulheres (Gráfico 13) 93,8% dos homens utilizaram o avião e 95,2% das mulheres, sendo o ônibus⁴² o segundo meio de transporte mais utilizado, 3,5% dos homens e 2,1% das mulheres. Dos homens, 1,8% utilizou o navio como meio de transporte (35 casos) e 0,8% das mulheres fez uso deste meio de transporte (16 casos).

GRÁFICO 13 – Meio de transporte utilizado no deslocamento dos imigrantes registrados em São Paulo – 2000-2015



Fonte: Sistema Nacional de Cadastros e Registros (SINCRE); Polícia Federal; Ministério da Justiça; Projeto MT/Brasil/ICMDP/PUC Minas; Observatório das Migrações em São Paulo; Nepo/Unicamp; Fapesp/CNPq.

Em idas a campo, todos os entrevistados diziam que o deslocamento de barco não é uma possibilidade, dada a longa distância, perigo e facilidade de acesso ao Rio de Janeiro e São Paulo, através da companhia aérea estatal TAAG, que desde 1985 realiza o trajeto Luanda – Rio de Janeiro e São Paulo. O voo entre Rio de Janeiro e Luanda era o único que conectava a o estado do Rio à África Subsaariana. No entanto, a TAAG anunciou em junho deste ano não faria mais o trecho, devido a baixa procura por este trajeto. Segundo a companhia:

⁴² Significa que os registros que declaram o ônibus como meio de transporte foram feitos por imigrantes que chegaram ao município onde foi realizado o registro usando o ônibus como meio de transporte.

Depois de mais de uma década a ligar diretamente as cidades de Luanda e Rio de Janeiro, a TAAG toma esta decisão que se insere na reestruturação da rede de rotas, atualmente em curso na companhia de bandeira angolana, visando transformá-la numa companhia aérea rentável [...] através de parceria com companhias aéreas brasileiras, pois os passageiros poderão fazer a ligação aérea entre São Paulo e Rio de Janeiro, mediante disponibilidade de lugares nos voos das companhias parceiras na aquisição do bilhete de passagem (AFRICA DIGITAL, 2019).

Esta mudança de rota da companhia aérea corrobora com os dados já apresentados: a queda da procura pelo Rio de Janeiro como destino da migração dos angolanos, tornando São Paulo o principal destino da emigração angolana.

Outro dado retirado do SINCRE forma os registros que configuram o tipo de visto do imigrante. Entre 2000 e 2017, 45% dos homens tinham visto permanente, enquanto 50% das mulheres tinham o mesmo tipo de visto. Nesse período os homens tinham mais visto temporário do que as mulheres, que tinham mais visto permanente: 50% dos homens com visto permanente e 46% das mulheres com o mesmo tipo de visto. No que diz respeito ao visto provisório, 2% dos homens e das mulheres tiraram esse tipo de visto no Brasil.

TABELA 5 – Tipo de visto, homens e mulheres, São Paulo, 2000-2017

Tipo de visto	Homens		Mulheres	
	N	%	N	%
Permanente	1428	45,98	1279	50,51
Temporário	1576	50,74	1185	46,80
Provisório	83	2,67	55	2,17
Fronteiriço	5	0,16	2	0,08
Outros	14	0,45	11	0,43
Total	3106	100	2532	100

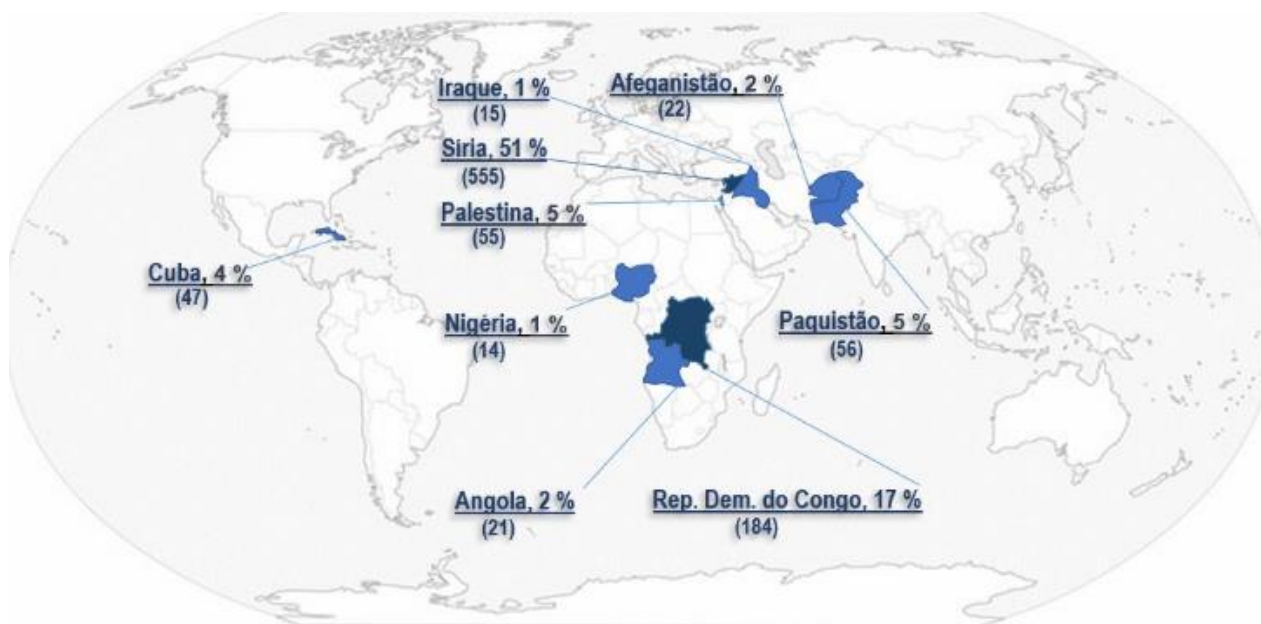
Fonte: Sistema Nacional de Cadastros e Registros (SINCRE); Polícia Federal; Ministério da Justiça; Projeto MT/Brasil/ICMDP/PUC Minas; Observatório das Migrações em São Paulo; Nepo/Unicamp; Fapesp/CNPq.

É importante reforçar que parte significativa dos imigrantes angolanos no Brasil não foram registrados no SINCRE, pois deram entrada como solicitantes de refúgio, o que os enquadra em situação migratória regular em todo o território nacional, através de um protocolo chamado “Documento Provisório de Registro Nacional Migratório”. Segundo os dados do ACNUR (2019), em 2018 eram 6.554 pessoas refugiadas reconhecidas no Brasil de um total de 11.231 pessoas historicamente reconhecidas como refugiadas. Do total em 2018 para o Brasil, 9% eram angolanos.

Em 2018, o CONARE reconheceu 777 refugiados dos seguintes países: Síria (476 reconhecimentos), Palestina (52 reconhecimentos), República Democrática do Congo (50

reconhecimentos), Cuba (45 reconhecimentos), Paquistão (43 reconhecimentos), Angola (10 reconhecimentos), Burundi, Marrocos e Nigéria (7 reconhecimentos de cada um destes), Venezuela (5 reconhecimentos) e outros (64 reconhecimentos). A maior parte das solicitações de extensão dos efeitos da condição de refugiado foi dada aos congolese (134 casos), seguido as Síria (79 casos), Paquistão (13 casos), Iraque (12 casos) e em sexto lugar, os angolanos, com 11 casos de extensão concedidos (CONARE, 2019). O Mapa 5 ilustra os números acima apresentados.

MAPA 5 – Reconhecimento de refúgio por país de origem em 2018



Fonte: Comitê Nacional para Refugiado (CONARE). Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>. Acesso em: 19 nov. 2019.

Com relação aos pedidos de refúgio de angolanos nos outros países, a França foi, em 2018, o país com maior quantidade de solicitações de refúgio feitas, com 1.093 novos pedidos de refúgio, 49 pedidos aceitos e 668 rejeitados. O Brasil, segundo os dados do World Data (2019), foi o segundo país com maior número de solicitações de refúgio de 2018, com uma taxa de aceitação de 7%. Esta taxa é próxima à taxa de solicitações concedidas da França (6,8%). O Canadá teve 511 solicitações de refúgio no ano de 2018 e chama atenção pela taxa de aceitação das solicitações: 59,7% das aplicações foram concedidas. No ano de 2018, o Canadá aceitou 43 pedidos e rejeitou 23. Na Tabela 6, é possível identificar os países em que os angolanos solicitaram refúgio no ano de 2018, acompanhado das taxas de aceitação.

Segundo o World Data (2019), 3.533 solicitaram asilo em outros países em 2018, o que corresponde a aproximadamente 0,011% de todos os angolanos residentes em Angola. No geral, 90% dos pedidos de refúgio foram rejeitados. Os países com maior taxa de aceite das solicitações foram Uruguai e no Canadá, conforme demonstra os dados da Tabela 6.

TABELA 6 – Dados sobre refugiados de origem angolano no mundo

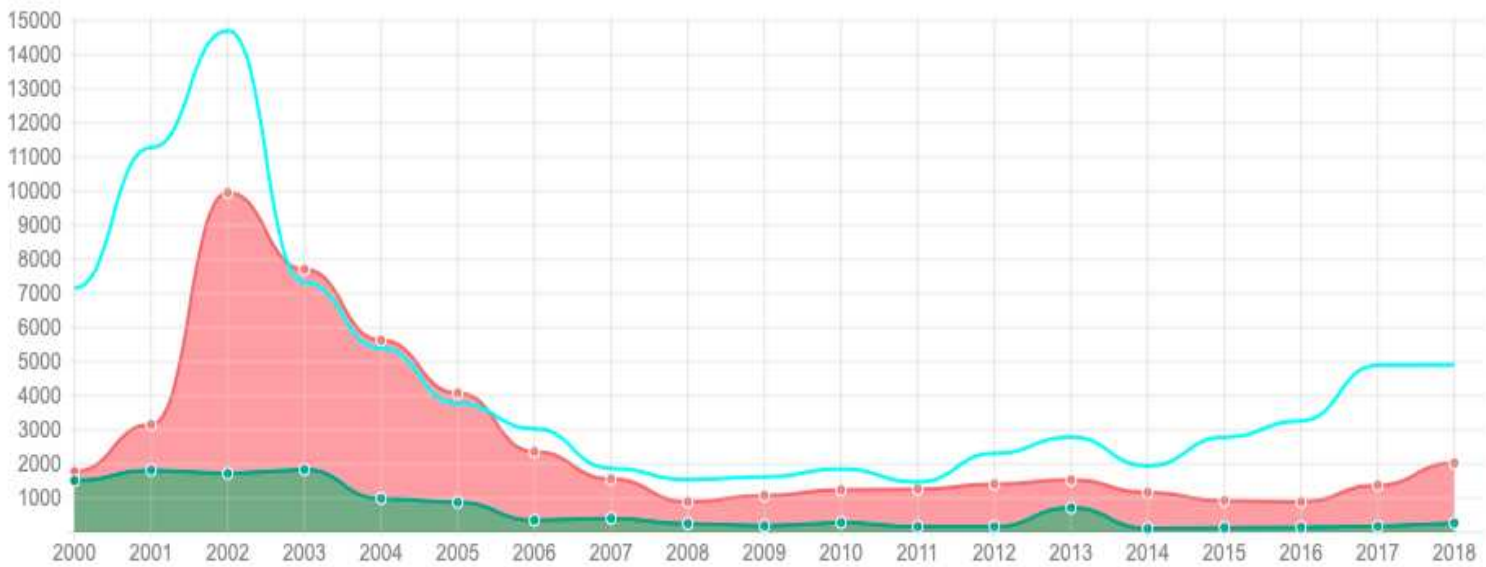
Destinação	Novas Aplicações		
	Aplicações	Admissões	Rejeições
França	1093	49	688
Brasil	675	21	277
Canadá	511	43	29
Estados Unidos	270	18	113
Alemanha	266	12	123
Portugal	225	0	65
Bélgica	90	5	55
Suíça	70	0	9
Reino Unido	57	0	45
Finlândia	39	0	0
Coreia do Sul	39	0	10
Suécia	35	0	16
Equador	29	0	14
Noruega	27	0	0
Espanha	24	0	0
Holanda	24	0	5
Turquia	14	0	0
Costa Rica	13	0	0
Áustria	10	0	0
Irlanda	9	0	8
Grécia	8	0	7
Itália	5	0	0
Uruguai	0	9	6
Total	3533	157	1470

Fonte: World Data. Disponível em: <https://www.worlddata.info/africa/angola/asylum.php>. Acesso em: 19 nov. 2019.

O Gráfico 14, também retirado do World Data (2019), demonstra que o número de pedidos de refúgio de Angolanos no mundo vem aumentando desde 2014, após sofrer uma queda entre 2008 e 2011. A linha superior azul representa o número total de pedidos de asilo (primeiros pedidos). Abaixo, há o número de refugiados reconhecidos (verde) e os pedidos rejeitados (vermelho). Este gráfico demonstra que desde 2005 não havia tanta busca por

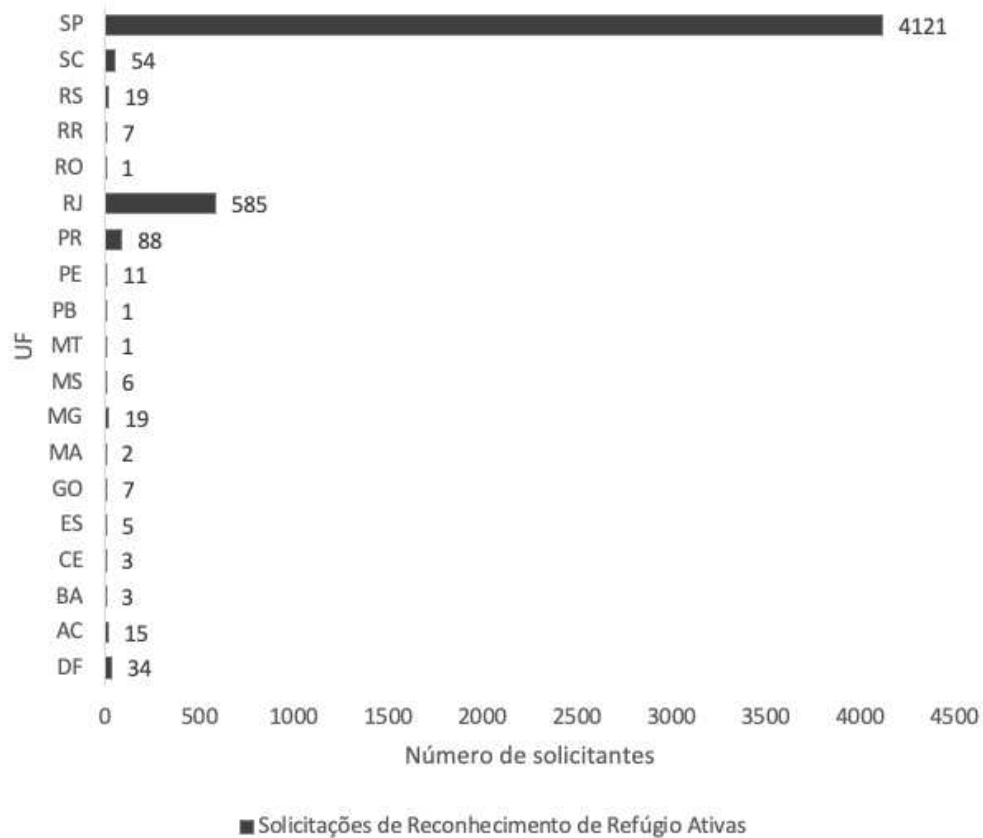
refúgio, ao passo que a linha azul se distanciou da verde. É possível inferir, através destes dados, que mesmo com o aumento da procura por refúgio, a concessão deste status não aumentou. Ao contrário, segundo o gráfico, a rejeição aumentou, principalmente entre 2016 e 2018.

GRÁFICO 14 – Solicitações de refúgio ativas de angolanos no Brasil, por Unidade de Federação, 2013-2019



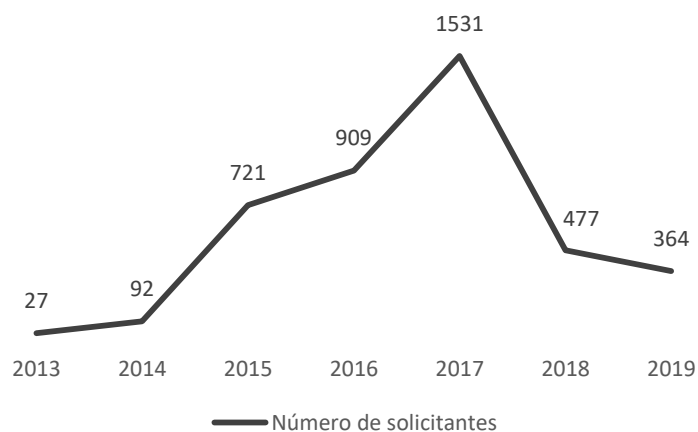
Fonte: World Data. Disponível em: <https://www.worlddata.info/africa/angola/asylum.php> Acesso em: 19 nov. 2019.

Voltando ao Brasil, entre 2013 e 2019, dados do CONARE apontam que atualmente existem 4983 solicitações de refúgio ativas, concentradas sobretudo em São Paulo, onde atualmente são 4121 solicitações ativas, ou seja, 82,7% das solicitações (Gráfico 15).

GRÁFICO 15 – Desenvolvimento de pedidos de refúgio de cidadãos de Angola 2000 a 2018

Fonte: Comitê Nacional para Refugiados (CONARE).

O ano de 2017 foi o ano com maior número de solicitações de refúgio no Brasil, com reflexo sobretudo em São Paulo, principal destino das migrações (Gráfico 16). Os anos seguintes passaram por uma brusca queda, com 477 pedidos em 2018 e 364 em 2019.

GRÁFICO 16 – Solicitações de angolanos na condição de refugiado ativas (ou seja, aguardando decisões do Conare) em 09 de outubro de 2019

Fonte: Comitê Nacional para Refugiados (CONARE).

Até 24/05/2019, dados do CONARE informam que são 563 angolanos com solicitação de refúgio ativa que residem no Brasil. Os números apresentados no Gráfico 16, por outro lado, se referem à todas as solicitações ativas realizadas desde 2013, mesmo que o solicitante tenha saído do país ou morrido. Portanto, há uma grande diferença do total de pedidos ativos feitos desde 2013 em São Paulo e o total de pedidos ativos de pessoas residentes no Brasil. Esta diferença pode significar que muitos deixaram o país antes de ter seus pedidos analisados pelo CONARE, sobretudo quando as solicitações são analisadas em 3 anos, em média⁴³.

Entre 2018 e 2019, foram 811 decisões sobre os pedidos de refúgio de angolanos no Brasil, ou seja, 5,5% do total de solicitações (nesse período foram analisadas 14.622 solicitações de 89 nacionalidades). Do total de 811 angolanos, 79% foram de solicitações feitas em São Paulo (646 casos analisados), 9,5% no Rio de Janeiro (77 casos analisados) e 5,9% no Distrito Federal (48 casos analisados). Destes, 46,9% dos casos (380 solicitações) foram encerrados, ou seja, foram arquivados⁴⁴ ou classificados como “extinção”⁴⁵ e 50,4% (409 solicitações) foram indeferidas. Apenas 2,7% (22 solicitantes) foram reconhecidos como refugiados entre 2018 e 2019. O Gráfico 17 apresenta informações oficiais disponibilizadas pelo CONARE e ilustra o fluxo de decisões realizadas pelo Comitê desde janeiro de 2018 até setembro de 2019⁴⁶. Os casos em azul foram os casos deferidos, em vermelho, indeferidos e em preto são outros casos encerrados.

⁴³ Conforme o site do Ministério da Justiça afirma: “Não há um prazo específico para a realização de cada um desses procedimentos. A análise varia de acordo com a nacionalidade dos solicitantes, com a atualização cadastral desses solicitantes (possibilitando contatá-los quando necessário), com a história específica de cada solicitante, com a complexidade do caso, bem como com as informações disponíveis do país de origem. Em média, as solicitações são analisadas em 3 anos, período de tempo que pode variar para mais ou para menos, dependendo das variáveis elencadas”. O solicitante ainda poderá desistir do processo a qualquer momento, bastando preencher um formulário de desistência da solicitação de reconhecimento da condição de refugiado. Este formulário deverá ser enviado ao e-mail do CONARE (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA). Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/perguntas-frequentes>. Acesso em: 21 nov. 2019).

⁴⁴ Arquivado, nos termos dos Parágrafos do art. 6º da RN 18/Conare ou nos termos do art. 6º da RN 18. O processo é arquivado quando a pessoa não comparece duas vezes consecutivas à entrevista, com intervalo de 30 dias entre as notificações, ou quando o solicitante deixa de atualizar o seu endereço perante o CGARE (Coordenação-Geral para Assuntos de Refugiados) Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/migracoes/1/refugio/anexos/resolucao-18-dou-pdf.pdf>.

⁴⁵ A Extinção é considerada quando não há resolução do mérito, por algum das razões presentes no art. 6º, 6º-A ou 6º-B da Resolução Normativa nº 18/Conare ou no art. 6º da Resolução Normativa nº 23/Conare, ou quando o requerente desiste por meio do formulário.

⁴⁶ O Gráfico 17 é uma foto do gráfico dinâmico apresentado no site do CONARE. Supõe-se que as linhas sejam descontinuas devido ao não registro de informações nas datas apresentadas, bem como informações truncadas que são inseridas no sistema de captação e sistematização dos registros.

GRÁFICO 17 – Fluxo de decisões sobre pedidos de refúgio realizadas pelo CONARE, Brasil, 2108-2019



Fonte: CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados).

Quando analisadas todas as solicitações de refúgio analisadas pelo CONARE entre 2018 e 2019, 32,6% dos requerimentos são feitos por mulheres. Ao se analisar as solicitações de angolanos, é possível perceber que há uma maior presença de mulheres: 42,4% dos angolanos são mulheres. Ou seja, é possível dizer que, com relação ao perfil de solicitantes de refúgio no Brasil, o fluxo angolano é, atualmente, mais feminizado que a média nacional de solicitações de refúgio.

Através do SINCRE, é possível também fazer uma análise do amparo legal do imigrante registrado. Esta análise também permite compreender as principais estratégias migratórias adotadas pelo imigrante angolano. A Tabela 8⁴⁷ demonstra o tipo de amparo legal que o imigrante angolano registrado em São Paulo. A porcentagem foi calculada sobre o total dos imigrantes angolanos registrados no período. Os dados do SINCRE demonstram que o angolano registrado sobre o amparo da lei do refúgio, que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências, para o caso das mulheres, é 11º colocado na lista dos tipos de amparos legais com maior frequência no período de 2000 a 2017.

⁴⁷ A classificação feita na Tabela 8 diz respeito aos 11 tipos de vistos mais concedidos para homens e mulheres nesse período em São Paulo, segundo o ranking dos amparos mais frequentes para as mulheres.

TABELA 7 – Amparo Legal do imigrante angolano em São Paulo, 2000-2017

Amparo legal		Sexo			
		Quan.	%	Quant.	%
		Masculino		Feminino	
1-	ARTIGO 13 – ITEM IV – LEI NR. 6.81 ⁴⁸	2916	19,77%	1817	12,32%
2-	ART.1º DA RES. NORM. 108/14 CNI/ ⁴⁹	1318	8,94%	1227	8,32%
3-	ART.75 II LEI 6815/80.PAREC.218/85- ⁵⁰	900	6,10%	543	3,68%
4-	ART 13 IV LEI 6815/80 C/C RES NOR	317	2,15%	228	1,55%
5-	ART.3 RES.36/99–CNI/MTE-DEPEND DE ⁵¹	147	1,00%	216	1,46%
6-	ART 13 IV LEI 6815/80 C/C RES NO	328	2,22%	214	1,45%
7-	PORTARIA NR. 526/95 DO MIN. DA JUS ⁵²	145	0,98%	138	0,94%
8-	ART.13,IV LEI 6815/80 C/C RES.NOR	124	0,84%	138	0,94%
9-	ARTIGO 13 – ITEM I – LEI NR. 6.8	167	1,13%	134	0,91%
10-	LEI 11.961 DE 02 DE JULHO DE 2009 ⁵³	192	1,30%	127	0,86%
11-	LEI 9.474, DE 22 DE JULHO DE 1997 ⁵⁴ .	297	2,01%	100	0,68%

Fonte: Sistema Nacional de Cadastros e Registros (SINCARE); Polícia Federal; Ministério da Justiça; Projeto MT/Brasil/ICMDP/PUC Minas; Observatório das Migrações em São Paulo; Nepo/Unicamp; Fapesp/CNPq.
Nota: A porcentagem apresentada é sobre o total de cadastros feitos em São Paulo no período, ou seja, 14.749 cadastros realizados no período de 2000-2017. Para elencar, foram selecionados os 11 amparos mais frequentes para as mulheres, uma vez que este é o enfoque da pesquisa. Nesta lista selecionada, estão representados 46,5% dos homens angolanos que foram registrados pelo SINCARE e 33,1% das mulheres.

⁴⁸ Art. 13. O visto temporário poderá ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil: IV – na condição de estudante (BRASIL, 1980). Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11646810/inciso-iv-do-artigo-13-da-lei-n-6815-de-19-de-agosto-de-1980>.

⁴⁹ Art. 1º O Ministério das Relações Exteriores poderá conceder visto temporário ou permanente, a título de reunião familiar, aos dependentes de cidadão brasileiro ou de estrangeiro temporário ou permanente no Brasil. (BRASIL, 2014). Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=265729>.

⁵⁰ Art. 75. Não se procederá à expulsão:

II – quando o estrangeiro tiver:

a) Cônjuge brasileiro do qual não esteja divorciado ou separado, de fato ou de direito, e desde que o casamento tenha sido celebrado há mais de 5 (cinco) anos; ou

b) filho brasileiro que, comprovadamente, esteja sob sua guarda e dele dependa economicamente. (BRASIL, 1980). Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11641221/inciso-ii-do-artigo-75-da-lei-n-6815-de-19-de-agosto-de-1980>.

⁵¹ Art. 3º. Quando se tratar de estrangeiro residente temporário no Brasil, o direito a reunião familiar poderá ser invocado quando a estada no País for superior a seis meses, vedado o exercício de qualquer atividade remunerada pelo dependente. (BRASIL, 1999). Disponível em: <http://www.usp.br/drh/novo/legislacao/dou1999/mtbresn36.html>.

⁵² Art. 1º. Instituir o modelo único de Cédula de Identidade para Estrangeiro portador de visto temporário, permanente, asilado ou refugiado e fronteiriço, com validade em todo território nacional, denominado Cédula de Identidade de Estrangeiro (CIE) (BRASIL, 1995). Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-526-1995_180755.html.

⁵³ Art. 1o Poderá requerer residência provisória o estrangeiro que, tendo ingressado no território nacional até 1o de fevereiro de 2009, nele permaneça em situação migratória irregular (BRASIL, 2009). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11961.htm.

⁵⁴ Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I – devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II – não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III – devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (BRASIL, 1997). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm.

O amparo legal mais frequente é aquele que concede o visto temporário ao estrangeiro que vem ao Brasil na condição de estudante. Do total de registros feitos, 12,3% foram de visto temporário de mulheres estudantes, enquanto 19,7% foram de homens. Em seguida, a reunião familiar foi o visto mais concedido: 8,3% das mulheres e 8,9% dos homens entraram no Brasil com este tipo de visto. No entanto, a quarta, a sexta, oitava e a nona resolução da lista apresentada na Tabela 7 dizem respeito à mesma resolução, o que significa que possivelmente há uma incompatibilidade do preenchimento das informações. Considerando que são a mesma resolução normativa, então 16,25% dos vistos concedidos para mulheres e 24,5% dos homens, sendo uma grande maioria em relação aos demais.

O terceiro amparo da lista diz respeito à não expulsão do imigrante do território brasileiro, por ter cônjuge com casamento celebrado há mais de 5 anos ou por ter filho brasileiro. 3,7% das mulheres foram registradas com base neste amparo legal, enquanto 6,1% dos homens. O quinto amparo diz respeito à reunião familiar. O sétimo amparo é uma resolução normativa que garante ao estrangeiro uma cédula de identidade, garantindo ocorra uma padronização do tipo de identidade usado pelo estrangeiro.

A décima resolução normativa mais utilizada pelos angolanos estrangeiros no Brasil é 11.961/2009, que dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional e dá outras providências. Ou seja, garante ao estrangeiro em situação irregular a regularização de sua situação através do pedido de residência provisória.

A Tabela 9 demonstra dados levantados entre 2010 e 2015 sobre os principais mecanismos de amparo legal da regularização de africanos no Brasil. É possível perceber que os angolanos são registrados de maneira similar aos imigrantes africanos no Brasil.

A grande proporção dos vistos de estudante – que somados os três casos correspondem a 18,46% – reflete uma característica dos fluxos de migrantes africanos no Brasil – jovens vêm ao país realizar seus estudos, sobretudo no ensino superior. Embora o visto de estudante tenha sido usado também no passado como uma forma de entrada no país para a realização posterior de uma solicitação de refúgio (essa estratégia foi frequente entre os refugiados angolanos durante a Guerra Civil), as diferenças nos índices sugerem um perfil diferente no fluxo de estudantes, isto é, de caráter predominantemente temporário (ADUS, 2016, p. 41).

TABELA 8 – Principais mecanismos de amparo legal da regularização de africanos no Brasil, 2010-2015

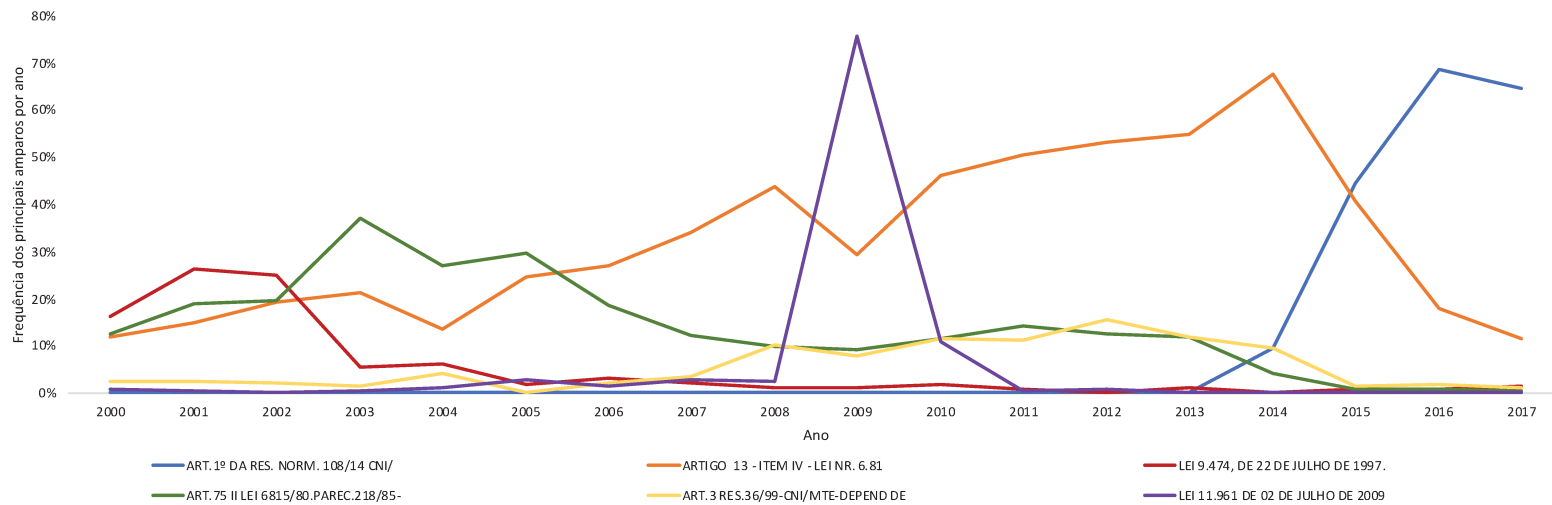
AMPARO LEGAL DA REGULARIZAÇÃO	FREQUÊNCIA
Visto temporário de estudante Art. 13, IV da Lei 6.815/80	9,58%
Permanência por reunião familiar Art. 1 Resolução Normativa 108/14 CNIg	9,16%
Regularização por cônjuge ou filho brasileiro Art. 75 II Lei 6815/80, Parecer 218/85 - CI/MJ	9,05%
Visto temporário de estudante Art. 13, IV da Lei 6.815/80 c/c Art. 8 da Resolução Normativa 82/08 CNIg	5,52%
Permanência por reunião familiar c/c Art. 4 Resolução Normativa 36/99 CNIg	3,85%
Visto temporário de trabalho Art. 13, V Lei 6815/80 c/c Art. 1 Resolução Normativa 74, de 09/02/2007	3,47%
Refúgio Lei 9.474, de 22 de julho de 1997	3,41%
Visto temporário de estudante Art. 13, IV da Lei 6.815/80 c/c Art. 7, Resolução Normativa nº 101/13 CNIg	3,36%

Fonte: ADUS. Disponível em: <http://www.adus.org.br/wp-content/uploads/2016/06/002-Cap2-Fluxos-migratórios-no-Brasil-evolução-recente-e-desafios.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019.

É interessante acompanhar com ajuda de um gráfico o ano que os marcos legais são mais acionados. O Gráfico 10 apresentado abaixo possibilita acompanhar o percentual de tipos de vistos por ano. Para o cálculo das porcentagens, foi usado o número total de registrados realizados em cada um dos marcos legais, por ano, entre 2013 e 2017. Portanto, a soma da frequência de cada marco em determinado ano será 100%, não sendo possível realizar uma comparação entre os anos. Optou-se pelo gráfico para uma melhor visualização.

Alguns aspectos do Gráfico 18 chamam atenção e poderão ser mais profundamente compreendidos em estudos isolados de cada um deles. Começando pelo principal amparo legal dos angolanos registrados no Brasil, o amparo que garante visto temporário ao imigrante estrangeiro que vem ao Brasil na condição de estrangeiro. Entre 2000 e 2002, os angolanos estavam mais amparados na lei do refúgio que na do visto temporário de estudante. Isso se altera a partir de 2003, quando o visto de estudante passa a ser mais frequente.

Outro aspecto é o Artigo 75 da Lei 6815/80, que regulariza o imigrante por cônjuge ou filho brasileiro. Este amparo está presente em todos os anos, sempre em torno de 10% dos amparos legais registrados para angolanos, sendo que nos anos 2014, 2015, 2016 e 2017 há uma queda, podendo significar a criação de um novo marco regularizador.

GRÁFICO 18 – Amparo legal segundo o ano de registro do imigrante (percentual)

Fonte: Sistema Nacional de Cadastros e Registros (SINCRE); Polícia Federal; Ministério da Justiça; Projeto MT/Brasil/ICMDP/PUC Minas; Observatório das Migrações em São Paulo; Nepo/Unicamp; Fapesp/CNPq.

O ano de 2009, que foi o ano em que a lei 11.961 deixaria de ser válida, diz respeito aos imigrantes que haviam ingressado no Brasil de maneira irregular até fevereiro de 2009 e gostariam de requerer residência provisória. No ano de 2009 foram 241 imigrantes angolanos registrados amparados neste marco, o que pode significar que muitos angolanos haviam entrado no território de maneira irregular e viram nesta lei uma oportunidade de regularizar sua situação.

A reunião familiar, referente ao Artigo 3º, da resolução normativa nº 36, de 28 de setembro de 1999, é bastante acionada, sobretudo no ano de 2014, quando os demais vistos são menos frequentes. Em 2015, uma nova resolução normativa do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) passa a ser vigente, também sendo responsável pela garantia da reunião familiar. Esta resolução é responsável pela ampla maioria dos amparos registrados nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017. Neste período, a frequência de outros amparos antes mais acionados, como o de estudante, não são mais tão utilizados. No ano de 2015 há uma inversão: uma brusca queda no registro de estudantes com visto temporário de estudante, enquanto há um aumento no amparo que garante a reunião familiar.

A base de dados do SINCRE também oferece informações sobre ocupação do imigrante. Mais uma vez, é importante ressaltar que estas informações se limitam aos imigrantes registrados, não captando informações daqueles que não se encontram formalizados. Outro ponto importante a ser ressaltado é que as informações do SINCRE dizem respeito a todos os imigrantes já registrados, sem levar em conta aqueles que não estão mais no território brasileiro ou aqueles que já morreram. Por outro lado, o SINCRE oferece

informações importantes, como a presença de estudantes, crianças e sobre ocupações como trabalho doméstico.

Conforme observado nas informações sobre os principais marcos legais, os estudantes ocupam a primeira posição no quadro de ocupações (Tabela 10), tanto para homens quanto para mulheres. Interessante observar que há mais mulheres médicas do que homens, assim como há mais professoras, assim como mais mulheres de ocupação “barbeiro”, que pode ser compreendido como cabelereiro ou trançadeiras, conforme será apresentado no próximo capítulo. Por outro lado, ocupações como “lides do lar” são exclusivamente femininas. No entanto, há mais mulheres na ocupação de “pedreiro” do que homens.

TABELA 9 – Ocupação imigrantes Angolanos em São Paulo, entre 2000 e 2016

Ocupação	Quant.	%	Quant.	%
	Masculino		Feminino	
Estudante	1415	28,8%	1053	21,4%
Médico	94	1,9%	139	2,8%
Sem ocupação	80	1,6%	119	2,4%
Outra ocupação não classificada	120	2,4%	117	2,4%
Prendas domésticas (lides do lar)	1	0,0%	103	2,1%
Barbeiro	7	0,1%	60	1,2%
Outra ocupação não classificada	161	3,3%	59	1,2%
Prendas domésticas (lides do lar)	0	0,0%	42	0,9%
Sacerdote	47	1,0%	36	0,7%
Professor	34	0,7%	35	0,7%
Menor (criança, não estudante)	36	0,7%	28	0,6%
Economista	47	1,0%	26	0,5%
Menor (criança, não est	25	0,5%	26	0,5%
Empregado de escritório	16	0,3%	26	0,5%
Enfermeiro	13	0,3%	25	0,5%
Dependente de titular de	9	0,2%	23	0,5%
Porteiro	17	0,3%	20	0,4%
Diretor, gerente ou proprietário	64	1,3%	18	0,4%
Vendedor ou empregado de casa comercio	15	0,3%	18	0,4%
Decorador	5	0,1%	18	0,4%
Vendedor ou empregado de	44	0,9%	16	0,3%
Diretor, gerente ou proprietário	26	0,5%	15	0,3%
Profissional liberal	26	0,5%	10	0,2%
Oficial	14	0,3%	10	0,2%
Cozinheiro	8	0,2%	10	0,2%
Outros	419	9%	117	2%

Fonte: Sistema Nacional de Cadastros e Registros (SINCRES); Polícia Federal; Ministério da Justiça; Projeto MT/Brasil/ICMDP/PUC Minas; Observatório das Migrações em São Paulo; Nepo/Unicamp; Fapesp/CNPq.

Nota: O cálculo das porcentagens apresentadas foi feito utilizando o número total de imigrantes no período. O critério de categorização foi segundo as ocupações com frequência para as mulheres. Foram selecionadas as ocupações com pelo menos 10 registros. Há um total de 2169 mulheres angolanas registradas no SINCRE no período e 2743 homens, totalizando 4912 angolanos registrados. As mulheres são 44,2% dos registros no período.

Outra importante fonte de dados para compreender o perfil dos imigrantes angolanos são os dados da Relação Anual de Informação Sociais (RAIS). A RAIS possibilita o acompanhamento geográfico, setorial e ocupacional da trajetória dos trabalhadores ao longo do tempo, de maneira a oferecer informações de forma longitudinal. Entre suas limitações está o fato de a RAIS captar apenas trabalhadores com vínculos de trabalho formal. Frente a isso, o SINCRE tem o aspecto positivo de conter informações sobre ocupação do imigrante, mesmo para aqueles que não estão no mercado de trabalho formal, ainda que não contenha informações sobre aquele imigrante não regularizado⁵⁵.

Muitos dos imigrantes não estão inseridos no mercado de trabalho formal, além de atuarem como autônomos ou em atividades sem carteira assinada. Portanto estes imigrantes não são contabilizados na RAIS (DOMENICONI, 2017). Outro aspecto importante no momento de análise das informações da obtidas através da RAIS é que, por se tratar de um registro anual, é possível que a mesma pessoa esteja sendo registrada ao longo de vários anos, ou que ela esteja registrada em mais de um trabalho. No entanto, mesmo com essas limitações, é possível traçar a estrutura ocupacional do trabalhador formal para análise.

No ano de 2017, eram 277 o número de vínculos ativos do sexo feminino no mercado formal de trabalho, enquanto no ano de 2011 eram apenas 30. É interessante observar como os registros de trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações se tornam mais frequentes em 2017 (28,5% dos registros). Por outro lado, o ano de 2011 tinha maior frequência de escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos (23,3%). Ocorre também o aumento da frequência de vendedoras e demonstradoras em lojas e mercados, chegando a 9,4% dos registros em 2017.

⁵⁵ As duas bases de dados não são comparáveis, já que a do SINCRE diz respeito a todos os imigrantes já registrados, sem levar em conta aqueles que não estão mais no território brasileiro ou aqueles que já morreram. O SINCRE também oferece informações sobre a presença de estudantes, crianças e sobre trabalho doméstico, informações não oferecidas pela RAIS. Por outro lado, a RAIS gera informações sobre a composição dos trabalhadores formais, gerando informações por grupo etário, escolaridade, sexo, raça e diversas outras informações. Esta diz respeito a uma parcela da população migrante que conseguiu ingressar no mercado laboral formal.

TABELA 10 – Distribuição relativa (%) dos Vínculos de empregos das mulheres imigrantes angolanas registrados (RNE), 2011-2017

OCUPAÇÕES	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
TRABALHADORES NOS SERVICOS DE MANUTENCAO DE EDIFICACOES	28,5	19,2	16,7	4,4	5,3	0,0	0,0
ESCRITURARIOS EM GERAL, AGENTES, ASSISTENTES E AUXILIARES ADMINISTRATIVOS	7,2	6,4	10,8	17,6	12,3	17,8	23,3
VENDEDORES E DEMONSTRADORES EM LOJAS OU MERCADOS	9,4	8,4	7,8	8,8	5,3	6,7	3,3
GARCONS, BARMEN, COPEIROS E SOMMELIERS	7,6	6,9	6,9	1,5	3,5	2,2	0,0
TRABALHADORES AUXILIARES NOS SERVICOS DE ALIMENTACAO	4,3	4,4	1,0	1,5	0,0	0,0	0,0
TECNICOS E AUXILIARES DE ENFERMAGEM	2,2	2,5	3,9	1,5	3,5	4,4	10,0
COZINHEIROS	3,2	3,0	2,0	1,5	1,8	4,4	0,0
ENFERMEIROS DE NIVEL SUPERIOR E AFINS	0,7	1,5	2,9	5,9	5,3	4,4	3,3
CAIXAS E BILHETEIROS (EXCETO CAIXA DE BANCO)	2,2	2,0	2,0	2,9	1,8	2,2	0,0
GERENTES DE OPERACOES COMERCIAIS E DE REPARACAO	1,1	2,5	3,9	2,9	1,8	2,2	0,0
TRABALHADORES NOS SERVICOS DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE EDIFICIOS E LOGRADOUROS	0,7	2,5	1,0	2,9	1,8	2,2	10,0
GERENTES DE MARKETING, COMERCIALIZACAO E VENDAS	1,4	2,0	1,0	4,4	3,5	2,2	0,0
CAMAREIROS, ROUPEIROS E AFINS	2,2	2,5	2,9	1,5	0,0	0,0	0,0
GERENTES ADMINISTRATIVOS, FINANCEIROS E DE RISCOS	1,1	1,0	2,0	5,9	3,5	2,2	3,3
OPERADORES DE TELEMARKETING	1,8	2,0	2,0	4,4	0,0	0,0	0,0
PROFESSORES DE NIVEL SUPERIOR NO ENSINO FUNDAMENTAL DE QUINTA A OITAVA SERIE	0,7	1,5	2,9	2,9	3,5	4,4	0,0
SECRETARIOS EXECUTIVOS E BILINGUES	0,4	0,5	1,0	4,4	7,0	4,4	6,7
TRABALHADORES DA PREPARACAO DA CONFECCAO DE ROUPAS	1,1	2,0	2,9	1,5	0,0	0,0	0,0
MEDICOS CLINICOS	1,4	2,0	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PROGRAMADORES, AVALIADORES E ORIENTADORES DE ENSINO	0,7	1,5	2,0	1,5	0,0	2,2	3,3
OUTROS	22,0	26,1	22,5	22,1	40,4	37,8	36,7

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais 2006-2015. Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-UNICAMP).

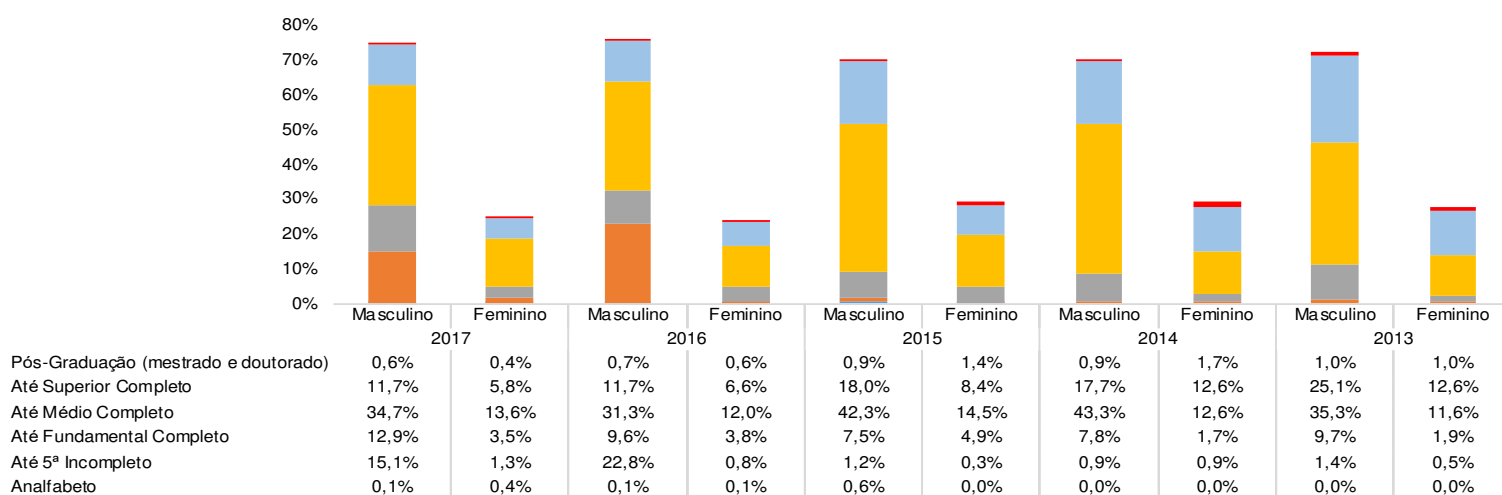
Nota: As frequências apresentadas foram sobre o total de seleções vigentes em cada ano, não sendo possível fazer uma comparação entre anos. O critério de organização foi realizado segundo a ocupação mais frequente no total de ocupações apresentados.

Em cinza, na Tabela 11, estão as ocupações com maior quantidade de registros de trabalho formal de imigrantes angolanos do sexo masculino. Significa que técnicos e auxiliares de enfermagem, enfermeiros de nível superior, caixas e bilheteiros, gerente de

operações especiais e de marketing são ocupações mais exercidas por mulheres do que por homens.

Por fim, outra informação importante para análise do perfil da imigração angolana no Brasil, que pode ser obtida com base nos dados da RAIS, é o nível de escolaridade dos registros feitos. O Gráfico 19 apresenta aspectos importantes com essa informação. A começar pela frequência de vínculos ativos de imigrantes angolanos com escolaridade até Ensino Médio Completo. Em todos os anos, o grupo com maior expressividade é este. Em 2013, a frequência de vínculos ativos de homens e mulheres com até superior completo era mais evidente (25,1% dos homens e 12,6% das mulheres). Já em 2017, 11% dos vínculos ativos de homens tinham até superior completo e 5,8% das mulheres. Estes dados demonstram que, ao longo dos anos, a maior parte dos vínculos ativos de imigrantes angolanos no estado de São Paulo tinham até Ensino Médio Completo.

GRÁFICO 19 – Vínculos ativos de imigrantes no estado de São Paulo, segundo nível de escolaridade 2013-2017



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais 2006-2015. Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-UNICAMP).

Nota: As frequências apresentadas foram calculadas segundo o nível de escolaridade de ambos os sexos, sobre o total do ano, ou seja, as frequências poderão ser analisadas dentro de cada ano e não entre os anos.

Ainda que as informações da RAIS e do SINCRE não sejam comparáveis, elas são complementares, já que, como mencionado anteriormente, a primeira apresenta informações de imigrantes que conseguiram chegar ao mercado de trabalho formal. Além disto, a RAIS também contém informações sobre o perfil do imigrante que o SINCRE não apresenta. Por outro lado, o SINCRE tem maior abrangência, uma vez que capta os imigrantes que ingressaram no território brasileiro e adquiriram a documentação de regularização (RNM – Registro Nacional Migratório).

Portanto, os dados geram muitas informações e possíveis interpretações que, neste trabalho, não são conclusivos, pois, como mencionado ao longo deste capítulo, as fontes de informações podem apresentar diversas inconsistências, fruto de coletas indevidas, da migração não documentada, de base de dados limitadas a certo setor, entre outras limitações das fontes sobre migração internacional no Brasil.

Mesmo com todas estas limitações, a leitura feita através das fontes de informações quantitativas de dados indiretos da migração internacional são essenciais para compreensão do fenômeno, para adquirir um entendimento sobre as proporções e perfis que compõem a migração no Brasil, bem como entender seu perfil e sua dinâmica mudança ao longo do tempo, sobretudo quando se analisa fluxos historicamente estabelecidos, que adquirem diferentes perfis.

Para complementar esta análise, é fundamental aliar a interpretação dos dados, que permitem um mapeamento da migração angolana, às aproximações realizadas através de trabalhos de campo com entrevistas semi-estruturadas e campos exploratórios de observação direta, que permitem um alcance maior da compreensão, junto do uso dos conceitos de modalidade migratória (WENDEN, 2001), expectativas temporais (ROBERTS, 1995), redes sociais (MASSEY et al., 1998) e modalidades mistas (OIM, 2009), apresentados ao longo do Capítulo 3 deste trabalho.

CAPÍTULO 3 – MIGRAÇÕES MISTAS E AS MODALIDADES DA MIGRAÇÃO ANGOLANA DE MULHERES EM SÃO PAULO

3.1 Revisitando conceitos – Redes, fluxos mistos e modalidades migratórias

A migração internacional, atualmente, é um processo complexo e diverso, que envolve não apenas pessoas e trabalhadores, como também um importante fluxo de bens materiais, simbólicos, de capitais, de valores culturais e de informação, que se articulam por entre os territórios enlaçados por circuitos migratórios, conforme afirma Canales (2015). Através da migração, redes sociais, familiares e culturais são ativadas e consolidadas ao longo do tempo. As sociedades são constantemente atravessadas e permeadas por sistemas de redes e relações local-global que derivam a desterritorialização da vida social (APPADURAI, 1990).

A migração, nesse sentido, é um fenômeno onde se recria um sistema de relações local-global, contribuindo para a globalização da sociedade contemporânea, conectada sobretudo através das comunidades transnacionais. Através da migração, a sociedade de origem, as comunidades e famílias se expandem para outros territórios, reconfigurando e ampliando sua espacialidade, incorporando outros lugares onde se reproduzem (CANALES, 2015). A sociedade de destino passa a ser um espaço globalizado, permanentemente influenciado pelas migrações que reconfiguram as relações locais, através da reprodução social dos migrantes e de suas famílias (DE HAS, 2007), no que Massey (1990) chamou de *causação acumulativa*⁵⁶. O migrante, nesse aspecto, passa a ser agente de mudança social e produtiva (PORTES, 2007).

Canales (2015), afirma que as redes e o capital social dos migrantes são os mecanismos através dos quais se desenvolve e perpetua a migração. Massey (1990) compreende que a migração é um processo social complexo, sustentado por princípios de solidariedade e reciprocidade. As redes sociais, além de servirem como apoio, conectam os locais de origem e destino no tempo e espaço, criando uma rede que permite maior autonomia dos fluxos migratórios e que são possivelmente menos sensíveis às mudanças a curto prazo,

⁵⁶ Massey (1990) cita Myrdal (1957) para explicar o que o segundo chama de “causação circular e cumulativa”, ou seja, a ideia de que a migração induz a mudanças nas estruturas sociais e econômicas que fazem a migração adicional provável. Massey acrescenta a este conceito a tradicional compreensão do modelo de custo-benefício da migração e da perspectiva social-estrutural dos fatores contextuais que influenciam no custo-tempo da migração. Fatores contextuais interagem com as decisões de migrar para reduzir os custos do movimento ao longo do tempo, dando assim à migração um momento dinâmico e autoalimentado. Compreender a migração sobre uma perspectiva histórico-estrutural é um ponto central para que as evidências da causação cumulativa da migração sejam compreendidas de forma efetiva. Desta forma, Massey busca explicar a migração num nível agregado.

tornando-se autossustentáveis e garantindo que os movimentos não sejam necessariamente limitados no tempo, unidirecionais ou permanentes (BOYD, 1989; FUSCO, 2002).

Redes migratórias são definidas por Massey (1988, p. 396) como “complexos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não-migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade”. Ou seja, através de laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos, indivíduos se conectam, estabelecem vínculos e adquirem informações (sobre emprego, alojamento, recursos) sobre as possibilidades de migrar (TRUZZI, 2008)

Os emigrados adquirem um papel fundamental na sociedade de destino, mas também na sociedade de origem, uma vez que influenciam os projetos de vida e migrantes potenciais, estimulando ou fazendo ressalvas sobre projetos, expectativas e investimentos. Os fluxos migratórios de angolanos entre Brasil e Angola têm raízes históricas, são de longa data, ocorrendo em diversas etapas, ou seja, há diversas gerações de emigrados e retornados que permeiam o espaço entre os dois países, criando novas redes, consolidando novas redes e transformando redes já consolidadas. Uma parcela importante dessas redes consolidadas vive no Rio de Janeiro, principal destino da migração angolana até 2011. Nesse mesmo ano, São Paulo passou principal destino passou a ser o principal destino dos angolanos.

O conceito de modalidades migratórias⁵⁷ (DUMONT, 2006; WIHTOL DE WENDEN, 2001) é usado como uma ferramenta analítico-metodológica e, conforme afirma Baeninger (2012, p. 23), “A reconstrução do fenômeno migratório como tipo ou como modalidade permite desvendar as especificidades e características, contextualizando e reconceitualizando o fenômeno social”. A compreensão dos projetos e modalidades migratórias permitem analisar as diferentes dinâmicas do processo, na medida que, conforme Peña (2019) afirma, a partir de Baeninger (2012) e de Almeida (2013) “facilita a abordagem da complexidade inerente às novas lógicas migratórias contemporâneas e possibilita, por sua vez, captar sua heterogeneidade em função das características dos movimentos e dos protagonistas desta migração”.

⁵⁷ Diferentes perfis de migrantes possuem interesses e estratégias distintas na migração, mesmo dentro de um fluxo com características semelhantes, como no caso das mulheres angolanas que migraram recentemente para São Paulo. Há, nesse sentido, o que Courgeau (1988 *apud* ALMEIDA, 2018) chama de espaços de vida, onde o imigrante mantém uma relação de pertencimento, em múltiplas dimensões, dos lugares de passagem, de permanência e todos os demais lugares com os quais o indivíduo se relaciona, mesmo à distância. Essa multiplicidade de dimensões do indivíduo leva a heterogeneidade dos fluxos. Nesse sentido, o uso das modalidades migratórias como referencial teórico para municiar a compreensão das dinâmicas e fluxos torna-se imprescindível. Segundo Almeida (2018, p. 100), “O olhar para as modalidades migratórias permite a análise do fluxo em sua heterogeneidade, sem perder de vista os processos migratórios, bem como o processo social que lhes fornece sustentação”.

As modalidades migratórias foram identificadas e construídas priorizando as motivações relatadas pelos imigrantes como projeto migratório e não, por exemplo, suas condições jurídicas na sociedade de destino. A situação legal do migrante é resultado de sua trajetória e não necessariamente explica os processos sociais particulares que caracterizam essas migrações (ALMEIDA; BAENINGER, 2013).

Apesar de haver sobreposição entre as modalidades identificadas, é interessante observar que elas tendem a exibir características peculiares. A modalidade de trancheiras, por exemplo, é predominantemente feminina, bem como a modalidade de saúde, que buscam acesso a diversos serviços oferecidos pela medicina brasileira, enquanto a modalidade de trânsito é, num primeiro momento, masculina, envolvendo riscos e destinos distantes, com fronteiras menos permeáveis. Mas não significa que as mulheres trancheiras não tenham em seu projeto migratório a ideia de “pegar caminho”, como mencionam. Desta forma, as modalidades se transpõem e se interseccionam, no formato de projetos, de histórias, de desejos, de confidências, de segredos, de medos e sonhos registrados ao longo desta pesquisa.

Ao identificar as diversas modalidades da migração angolana no Brasil, é possível ter o entendimento da diversidade de composição, características e perfis desta migração recente. As modalidades da migração angolana em São Paulo dão pistas para a identificação do que a OIM (Organização Internacional para a Migração) chama de fluxos mistos. Segundo a Organização, fluxos mistos são:

Movimientos de población complejos, que incluyen a refugiados, solicitantes de asilo, migrantes económicos y otros migrantes. Esencialmente, los flujos mixtos están relacionados con movimientos irregulares, en los que con frecuencia hay migración de tránsito, con personas que viajan sin la documentación necesaria, atraviesan fronteras y llegan a su destino sin autorización (OIM, 2009).

Ou seja, o fluxo migratório de angolanos no Brasil assume diversos perfis e faces, tornando ainda maior o desafio de acompanhar, acolher, compreender sua potencialidade e promover sua integração local junto ao poder público. Os fluxos mistos extracontinentais surgiram com as tendências migratórias atuais, do mundo globalizado, onde é comum encontrar imigrantes irregulares, não documentados, envolvidos no tráfico ilícito de pessoas. Conforme afirmam as autoras representantes da OIM, Salazar; Ramírez e Cabrera (2013, p. 24):

Existe una proporción importante de personas dentro de los flujos migratorios mixtos que viajan de una manera irregular. Sin embargo, la irregularidad no siempre define de manera apropiada cada una de las situaciones particulares, pues es necesario analizar las necesidades y derechos específicos en materia de protección y asistencia que tienen estas personas.

Por outro lado, os fluxos mistos demandam dos países de origem e destino da migração a necessidade de busca por diversificar os termos de cooperação dos países de origem, de transito e de destino, em seus distintos níveis, como é o caso das relações bilaterais entre Brasil e Angola, em seus diversos marcos legais já descritos no primeiro capítulo deste trabalho. Outra resposta recorrente é o endurecimento das fronteiras para entrada de determinados tipos de imigrantes, o que gera uma busca dos imigrantes por formas de penetrar as fronteiras de maneira irregular, característica dos fluxos mistos.

Uma forma de interpretar os diversos perfis da migração angolana no Brasil, é compreendendo suas redes acionadas na origem, no destino, bem como seus projetos migratórios na origem e no destino. Ao longo das pesquisas de campo, foi possível perceber que muitos dos imigrantes angolanos que hoje vivem no Brasil reorganizaram seus projetos migratórios a partir da rede migratória acessada no destino. Portanto, compreender as modalidades migratórias se torna uma tarefa complexa: uma vez acionada uma nova rede no destino, novos projetos se abriam e se concretizaram, novas estratégias foram adotadas, muitas vezes com base nas redes sociais acionadas no país de destino, demonstrando desta forma a existência de modalidades migratórias mistas⁵⁸.

3.2 Aproximações⁵⁹

Foram muitas as vezes que me deparei com a simples pergunta: “mas por que angolanos?”. Ensaiei algumas vezes como responder a essa pergunta, que vinha de mim mesma e de curiosos que se interessavam na pesquisa. Nesta seção, tratarei de responde-la. A resposta vem junto de experiências vividas ao longo dos últimos anos, bem como um profundo respeito e admiração por histórias que, mesmo distantes, dizem respeito a mim também.

A curiosidade sobre Angola surgiu em 2016, quando tive a oportunidade de trabalhar ao lado de uma senhora angolana em Paris, durante a graduação. Eu era babá e ela

⁵⁸ No entanto, vale ressaltar, que, ainda que a migração angolana seja composta por uma diversidade e complexidade nos seus deslocamentos, não se deve assumir que o fato de serem imigrantes angolanos automaticamente os faz pertencer ao que se entende por migração mista. Esta pesquisa busca ressaltar que as dificuldades e heterogeneidade da migração abrem rotas possíveis para que assim sejam compreendidas.

⁵⁹ As entrevistas realizadas nesta etapa foram previamente aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa, número do CAE: 17495219.2.0000.8142.

era funcionária responsável pela limpeza de um grande apartamento no centro da cidade. Fui apresentada a ela pelo patrão, que me disse que ela falava português. Percebi que pela primeira vez me deparava com uma angolana e me dava conta que angolanos falam português. Me identifiquei com ela no lugar de imigrante, falante do português, do Sul Global, trabalhando para uma mesma família privilegiada em Paris. Ao me aproximar dela percebi que havia muito que nos separava, a realidade era mais dura para ela. Os meses foram passando, fui me aproximando e ela me contou que não tinha carteira assinada (assim como eu), que o patrão não dava boas condições de trabalho e, certo dia, foi acusada por ele de roubar uma peça de joia de sua esposa. Eu, mulher branca, estudante universitária, não passei por esse constrangimento, minhas condições de trabalho eram visivelmente privilegiadas.

De volta ao Brasil, buscando compreender melhor a condição do imigrante e seus perfis, iniciei um trabalho voluntário numa ONG recém fundada por um refugiado em parceria com uma conhecida faculdade presbiteriana de São Paulo. A ONG era sediada no centro de São Paulo, no baixo Cambuci, na Rua do Lavapés, região conhecida pela forte presença de imigrantes e moradores de rua. Muitas vezes fui alertada pelo perigo iminente de trabalhar ali, justamente pela composição do bairro, no entanto, me surpreendi quando me vi num lugar composto por uma vizinhança solidária e pacífica, retrato, mais uma vez, no estigma social que o imigrante negro adquire no Brasil. Ali, a maior parte dos moradores eram haitianos, falantes de francês e crioulo. Mas havia também diversas outras nacionalidades e era comum passar em frente aos bares e entradas de prédios e vê-los, na maior parte das vezes homens, acompanhando um jogo de futebol ou jogando jogos típicos de sua cultura de origem. As mulheres não estavam nas calçadas conversando, como os homens. Sempre de passagem, sempre acompanhadas de crianças ou de outras mulheres.

Durante 8 meses fui voluntária, trabalhando como professora de português para imigrantes. Eu também exercia a função de recepcionar os imigrantes recém-chegados, que buscavam a ONG para obter roupas doadas, cesta básica de alimentos, materiais de higiene. Os imigrantes nos buscavam para ter um local para se abrigarem, para se alimentarem, para buscar orientações judiciais e para encontrar uma rede de apoio diante de uma nova realidade.

FOTO 1 – Refeição oferecida aos imigrantes e refugiados que participavam das atividades da ONG aos sábados



Fonte: ONG Bom Samaritano Tidarfit (2018).

A ONG realizava mutirões de atendimento com a presença de psicólogos, médicos, dentistas, farmacêuticos, convidando toda a comunidade do entorno para participar. Além de ser ponto de retirada de remédios doados, na presença de uma farmacêutica voluntária. Também ocorria estágio para alunos de uma instituição de ensino privada, que apoiava as atividades da ONG. Ali, portanto, era um espaço que se adaptava às demandas dos imigrantes e refugiados na medida do possível.

FOTO 2 – Dia de ação voluntária, com a presença de dentistas, médicos, psicólogos e advogados, para imigrantes, refugiados e moradores da região na ONG



Fonte: Acervo pessoal.

A ONG oferecia uma série de atividades semanais aos imigrantes ao longo do primeiro ano, além dos cursos de português para vários níveis (básico, intermediário e avançado). Entre as atividades oferecidas, haviam aulas de informática, além de oficinas de cozinha e de costura, com um espaço para entretenimento de crianças que vinham acompanhando as mães. Era, sobretudo, nas atividades socialmente designados às mulheres que as angolanas participavam, nas oficinas de cozinha e de costura, sempre acompanhada de filhos pequenos, algumas delas grávidas, sempre pouco comunicativas, não falavam nada além das respostas dadas às perguntas para documentação da ONG.

Os angolanos não participavam das aulas de português. O contato que tive com angolanos e angolanas foi, portanto, no primeiro contato da ONG com o imigrante, de maneira institucional, o que dificultou uma aproximação maior. Além da figura de autoridade que eu exercia, sentada do outro lado da mesa, pedindo informações pessoais e documentos, reproduzindo as ações de agentes das fronteiras, outro fator que dificultou a aproximação foi a irregularidade na participação das mulheres nas oficinas semanais. Elas atribuíam a isso as diárias de trabalho que conseguiam esporadicamente, o cuidado dos filhos, que não tinham escola aos finais de semana ou a passagem de transporte público que tinham que pagar. Os obstáculos para elas eram adicionais aos que os homens enfrentavam, pela condição da

maternidade, responsabilidade pelo cuidado e garantia do bem-estar da família, que estava em casa aos finais de semana.

Mesmo com todos esses afastamentos e entraves, através desse primeiro contato na ONG, tive a oportunidade de compreender que a maior parte dos imigrantes que por ali passavam estavam de passagem pelo Brasil, pretendiam continuar suas jornadas. Muitos também estavam aguardando a reunião familiar. A maior parte eram haitianos. Mas também havia congolezes, malineses, angolanos, togoleses, nigerianos, bolivianos, venezuelanos, sírios, entre outras nacionalidades.

A maior parte dos imigrantes era documentada, mas ali era comum histórias de colegas que tinham documentos falsificados para tentar chegar aos Estados Unidos ou ao Canadá, por terra. A ONG se tornava um espaço de trocas sobre essas histórias. Era comum, também, ouvir tentativas não sucedidas de chegar ao destino final, numa jornada que pouco tenho ideia do que seja, afinal, a mim apenas chegavam informações sobre finais infelizes, histórias de famílias que passaram por nós e se perdiam na travessia rumo ao Norte Global.

O primeiro andar em que a ONG funcionava era também uma Igreja Presbiteriana. As mesmas estruturas da igreja eram usadas pela ONG, como cozinha, banheiros e espaços de convivência e de aulas, tudo junto, sem separação. O diretor da ONG era também o pastor da igreja. Ali aconteciam cultos todos os domingos e muitos dos imigrantes que participavam das atividades oferecidas pela ONG também participavam dos cultos. Embora dividissem o mesmo espaço, a ONG e a Igreja, não havia nenhum tipo de preferência religiosa no atendimento dos imigrantes⁶⁰. No entanto, muitos dos imigrantes buscavam a ONG devido às redes feitas através da Igreja. A maioria das voluntárias e voluntários também frequentavam os cultos ou se consideravam evangélicos, outro aspecto que fazia com que a atuação da ONG, muitas vezes, se confundisse com a igreja.

⁶⁰ Conforme colocado na apresentação da ONG nas redes sociais: “A ONG Bom Samaritano Tidarfit é uma organização sem fins lucrativos que busca acolher, orientar, proteger e integrar imigrantes e refugiados, sem qualquer distinção de origem, raça, gênero ou religião. Com ajuda de voluntários, a ONG conta com projetos que buscam dar apoio ao imigrante ou refugiado, a fim de integrá-los às diferentes esferas da sociedade brasileira” (ASSOCIAÇÃO BOM SAMARITANO TIDARFIT, 2018).

FOTO 3 – Dia de recepção e treinamento dos voluntários

Fonte: ONG Bom Samaritano Tidarfit (2018).

Ao longo dos meses que participei das atividades da ONG, compreendi que aquele grande galpão de dois andares na Rua do Lavapés era alugado por uma conhecida instituição de ensino superior privada e filantrópica de São Paulo. Conflitos políticos ocorreram ao longo do ano de 2018, ano de eleições políticas, sendo a metrópole paulista palco de grandes polarizações. Nessa época eu já não colaborava mais com as atividades da ONG, e em 2019 a instituição de educação deixou de financiar o aluguel do galpão. Hoje a ONG não está mais ativa e não ocupa mais o espaço físico da rua do Lavapés.

O trabalho que desempenhei numa ONG recém fundada possibilitou o contato direto com diversos aspectos da realidade de diferentes pessoas que emigraram de seus países, dos mais diversos locais de origem e que se sentiam seguras no espaço da ONG para compartilhar um pouco de suas realidades comigo. A participação de um refugiado como diretor da ONG gerava um ambiente de acolhimento e de segurança como dificilmente ocorreria em qualquer outra gestão.

Nesse momento, percebi na prática a importância do protagonismo do imigrante na luta pelas melhores condições de vida. Percebi também como esse protagonismo representava uma ameaça à certos atores políticos. Ali se criou uma comunidade que fazia o trabalho de conscientizar, empoderar, acolher, informar, orientar, unir, aproximar, tornar coesa uma luta comum entre todos que acreditavam ser possível tornar a vida do imigrante

melhor no Brasil e mesmo para aqueles que continuariam seu caminho para outro país. Esse tipo de mobilização, que vai para além do cunho social, que transborda para aspectos políticos, não foi bem recebida pela instituição que financiava o espaço da ONG e logo se estabeleceu um limite de ações políticas que a ONG não poderia exercer. Dadas as condições, a escolha da direção foi de abandonar as ações da ONG, que dependiam desse apoio. Segundo o próprio diretor, já não faziam sentido dar continuidade no projeto, com as mudanças do jogo político: “Você se levanta, você fala e seu nome sai numa lista negra. Então eu me desfiz de tudo”.

Foi com ajuda de Mário⁶¹ que passei a compreender melhor as dificuldades de um imigrante de origem africana⁶² no Brasil. Mário, refugiado, chegou no Brasil em 2012 e desde então é engajado na luta pela melhora das condições de acolhimento dos imigrantes e refugiados. Por ser engajado politicamente, Mario perdeu o apoio de instituições importantes que viabilizavam seu trabalho junto aos imigrantes e diz ter sido ameaçado por políticos, após ter se posicionado em instancias municipais contra o governo atual. Segundo Mário:

É difícil, um governo que quer matar todo mundo, a gente está com medo pela nossa própria vida agora [...]. Eu amo o Brasil. Mas o Brasil acabou. Com o Brasil que tá agora não dá. Muitos estão morrendo. [...] Eu não posso vender a vida dos refugiados por safadeza. Eu não concordo com eles. [...] Eles estão falando: são negros, vamos meter uma nele.
[...] Tem muitos refugiados que estão indo embora, estão morrendo lá em cima. As casas de invasão estão fechando, os refugiados estão fugindo.
[...] Eu parei 7 anos da minha carreira pelo Brasil. Eu trabalhei muito tempo na ONG porque eu acreditava (Mário, 2019).

Mário, por ter contato com muitos imigrantes e refugiados, me apresentou uma importante rede de imigrantes angolanas no centro de São Paulo. Ele me levou até a Rua 24 de Maio, onde estava trabalhando Lucia. Ele me disse que considerava Lucia como uma filha e assim a chamava. A havia conhecido em 2017, ano que chegou no Brasil com seu filho mais velho e grávida da outra filha e foi procurar ajuda da Cáritas. Quem a entrevistou na Cáritas foi Mário.

A televisão brasileira em Angola

Os programas de televisão brasileiros emitidos em Angola compõem parte importante da relação entre os dois países, inclusive na interpretação que o angolano faz sobre

⁶¹ Todos os nomes apresentados são fictícios.

⁶² Entendendo a África enquanto um continente múltiplo e diverso, composto por 54 países.

o Brasil, influenciando diretamente em seu projeto migratório. O fenômeno da televisão brasileira em Angola já foi explorado por pesquisadores que enxergavam na novela brasileira uma fonte de inspiração para angolanos e angolanas que pretendiam buscar melhores condições de vida, principalmente no Rio de Janeiro, nas primeiras fases da migração angolana no Brasil até a primeira década dos anos 2000.

No caso da imigração no Rio de Janeiro, Pires e Sá (2018) explicam que a escolha por locais específicos era feita segundo indicações e o conhecimento prévio que se tinha da cidade. Os imigrantes angolanos iam para o Rio de Janeiro, pois as telenovelas brasileiras eram amplamente difundidas no país:

Lica diz que foi para Copacabana antes da Maré pela ideia que tinha do país construída a partir das telenovelas brasileiras. “Nós angolanos somos muito fanáticos por novelas daqui. A gente foi se empolgando e nos deixando levar por aquilo. A que mais fez sucesso pra mim foi O Bem Amado, que passou quando eu tinha 7 anos. Mas teve Carga Pesada, Vereda Tropical e Roque Santeiro com a viúva Porcina que deu muito show”, relembra (PIRES; SÁ, 2018, s.p.).

Além disso, outra estratégia, segundo as autoras, era a realização de um mercado ambulante entre os dois países, chamado de “Mucunza”, onde se comprava produtos diversos no Brasil para revenda em Angola. O Complexo de favelas da Maré, local com comunidade angolana ainda hoje está presente, é um dos locais que os primeiros imigrantes angolanos, em 1990, se estabeleceram. Além da proximidade com o aeroporto de Galeão, que a partir da década de 1990 passou a ter voos diretos entre Luana e Angola, a presença de uma comunidade de solidariedade e apoio foi um fator importante para que ali se tornasse um local de referência para os angolanos que continuaram chegando e buscando por redes de apoio.

Os contextos dos locais de origem e de destino, no entanto, já mudaram bastante. As telenovelas brasileiras, apesar de ainda serem reproduzidas nas emissoras angolanas, já não são o único meio de acesso à realidade brasileira.

Sim, as novelas brasileiras existem em Angola, mas já não são aquela coisa de antes. Hoje em dia temos novelas angolanas locais de alta qualidade, inclusive produzidas pela filha do ex-presidente, Isabel dos Santos, mulher mais rica da África (EPALANGA, lançamento do livro “Também os brancos sabem dançar, Ocupação Mateus Santos, 2019).

A Record TV Angola⁶³, filial da Record TV África, foi líder de audiência até 2015. No entanto, houve uma queda na audiência. Hoje a Globo ON, filial da Globo, tem maior audiência dentre as emissoras brasileiras em Angola. Ao longo das pesquisas exploratórias, todos os entrevistados relataram conhecer o Brasil através dos programas de televisão emitidos em televisão aberta. Foi comum o relato sobre sentir medo do Brasil, dado que a televisão brasileira transmite “delinquência e crime” nas palavras de Eliana, que chegou em 2018. Essa visão passada pela televisão brasileira através dos programas de televisão influencia diretamente na decisão de emigrar.

A visão que hoje eu tenho do Brasil elas (amigas que vivem em Angola) não têm, porque o que passa na mídia lá sobre o Brasil é quase tudo negativo, então muitos angolanos e muitas angolanas têm medo de vir para o Brasil. Delinquência o dia inteiro. [...] Todo dia, um homem mata uma mulher, um homem estupra uma mulher, os pais aqui se relacionam com as filhas. [...] É muita coisa negativa do Brasil que passa para lá e as pessoas têm um certo medo do Brasil por pensarem que ao saírem na rua ou mesmo chegando no aeroporto vão morrer logo. Eu também achava que ia chegar no Brasil e ia morrer, ainda mais que quando cheguei no Brasil, eu só via Cidade Alerta (ELIANA, Esteticista, São Paulo, entrevista por telefone, janeiro de 2020).

A Rede Record TV Angola, apesar de não ser a mais acessada pelos angolanos atualmente, foi muito citada como fonte de informação de notícias sobre o Brasil e principalmente por onde obtinham informações sobre o que acreditavam ser o cotidiano de São Paulo. Sabiam que São Paulo é uma cidade perigosa, já que estas notícias eram frequentemente veiculadas pela Record em Angola. Além das informações sobre violência, Marcia fala sobre a imagem estereotipada da mulher brasileira, através da transmissão das festas de Carnaval. Foram citados os programas Cidade Alerta e Fala Brasil, ambos da emissora Record, como as principais fontes de informação além das redes de pessoas acionadas na origem.

Os canais brasileiros transmitidos em Angola, portanto, continuam sendo um importante fator no projeto migratório para os angolanos, apesar de não ser mais apenas sobre a imagem romantizada que as novelas passavam sobre Rio de Janeiro e São Paulo. Independente do contexto, idade, data que vieram ao Brasil, situação econômica ou ocupação, a televisão brasileira é um fator mencionado no projeto migratório dos angolanos e, segundo Eliana, gera uma imagem negativa sobre a realidade que uma pessoa vive no contexto brasileiro, podendo, inclusive, ser decisivo no projeto migratório do imigrante potencial.

⁶³ O bispo Edir Macedo é o fundador e líder da Igreja Universal do Reino de Deus e proprietário do Grupo Record e da Record TV, a terceira maior emissora de televisão do Brasil.

Eu falei para minhas amigas de Angola para virem [...]. Só que, das amigas que eu falei, elas não concordaram muito, porque elas, em Angola, têm uma visão diferente do Brasil, assim como eu tinha, então para elas é mais difícil delas aceitarem que aqui no Brasil elas estariam estudando e trabalhando (ELIANA, entrevista por telefone, São Paulo, 2020).

3.2.1 Modalidades migratórias

A partir de pesquisas de campo exploratória e entrevistas, foram evidenciadas as seguintes modalidades migratórias: modalidade de trancheiras; modalidade estudantil; modalidade de saúde (com especial atenção às mulheres imigrantes solas⁶⁴); modalidade de trânsito (congolanas para as mulheres); modalidade de cultura.

As modalidades podem e frequentemente se entrecruzam e se sobrepõem, como por exemplo as mulheres angolanas que imigram grávidas para o Brasil em busca dos serviços de saúde já sabendo da possibilidade de trabalhar como trancheiras na Galeria Presidente, devido à rede acionada na origem da migração, portanto sendo parte de seus projetos migratórios. Nesse aspecto, as redes sociais acionadas no deslocamento são interpretadas como agentes determinantes na configuração e reorganização das modalidades migratórias, sendo responsáveis pelo trânsito entre diferentes mobilidades.

A migração angolana contemporânea no Brasil é composta de uma trama mista de perfis, que se modificam ao longo de suas trajetórias e que foram compreendidas sobretudo através de conversas com mulheres angolanas que vivem em São Paulo. Suas redes estão, portanto, em constante transformação e reconfiguração, conforme as relações local-global das comunidades transnacionais vão sendo moldadas dentro do contexto em que estão inseridas.

Com o objetivo de melhor compreender como se configuram e quais os perfis da migração de algumas das redes de imigrantes angolanos em São Paulo, foram realizadas 15 entrevistas presenciais e por telefone, na cidade de São Paulo, sendo 7 delas com mulheres angolanas que chegaram no Brasil de 2014 em diante, 3 agentes (imigrantes e brasileiros) que trabalham em ONGs, 2 empresários brasileiros que trabalham direta e indiretamente com angolanos e 3 angolanos que são artistas e escritores, vivendo no Brasil e em Angola. Além disso, como apresentado, foram realizadas pesquisas exploratórias, que possibilitaram compreender melhor as realidades das diversas modalidades migratórias (BAENINGER, 2012) dos imigrantes angolanos no Brasil.

⁶⁴ Fazendo um paralelo ao termo “mãe solo”, nesta dissertação se usa a denominação de mulheres imigrantes solas, pois é tradicional nos estudos das migrações a ideia de que as mulheres migram em função de seus companheiros ou acompanhadas. No entanto, esta pesquisa mostra que é cada vez mais recorrente as mulheres que emigram desacompanhadas de seus parceiros, muitas vezes grávidas ou com filhos pequenos. É comum também, em seus relatos, enfrentarem preconceitos por estarem realizando um projeto migratório que não envolva a presença de um homem, sobretudo no momento de inserção no mercado de trabalho.

Por se tratar de uma população dispersa e de difícil identificação e aproximação em São Paulo, os entrevistados foram identificados e localizados pelo método “bola de neve”, em que uma pessoa indica outra pessoa que, por sua vez, pode indicar outros nomes. Esta técnica possibilita que o pesquisador se aproxime de grupos específicos (MAY, 2004). O método bola de neve permitiu a identificação de diferentes perfis e redes de migração, que são compreendidos através das modalidades migratórias. As modalidades migratórias compõem, por meio de distintos grupos sociais, as novas migrações do mundo globalizado, sendo, portanto, uma forma de compreender a heterogeneidade das migrações transnacionais contemporâneas.

Os esforços realizados ao longo deste módulo vão em direção da compreensão das particularidades do perfil da migração de mulheres angolanas. A migração internacional angolana é comum e compreendida como parte do processo da vida de um jovem angolano, já que a qualidade da educação não atende às necessidades de formação e especialização. Por outro lado, a qualidade e acessibilidade em termos financeiros de serviços de saúde e a instabilidade econômica e política do país também tornam a emigração uma alternativa para acessar melhores condições e vida.

Estruturalmente, o país enfrenta dificuldades que elevam os esforços de muitos jovens, adultos, homens e mulheres, que buscam alternativas para melhorar a qualidade de vida suas e de suas famílias. As estratégias adotadas são múltiplas e as mulheres encontram maneiras distintas dos homens de acessar a migração como forma de alcançar melhores condições de vida, conforme é possível observar ao longo das 7 entrevistas feitas (Tabela 12) que, apesar de uma amostra pequena, representa histórias compartilhadas e revisitadas ao longo de anos de múltiplas trajetórias que enfrentam histórias semelhantes.

TABELA 11 – Entrevistas realizadas com mulheres angolanas em São Paulo entre Outubro de 2019 e Janeiro de 2020

No da entrevista	Nome fictício	Local onde vive	Ocupação atual	Ocupação quando chegou no Brasil	Ano de chegada no Brasil	Nível de Escolaridade	Plano de Retorno a Angola	Plano de ir à outro país	“Conexão” Brasil - Angola	Modalidade Migratória
Mulheres										
1	Lucia	São Paulo	Tranceira	Tranceira	2017	Médio Completo	Não	Talvez	Colegas da comunidade onde vive	Saúde, tranceira e congolana
2	Dani	São Paulo	Maternidade	Maternidade	2019	Fundamental completo	Não	Talvez	Família (tio e tia) que vive no Brasil	Saúde e congolana
3	Fernanda	São Paulo	Professora e estudante de Psicologia	Sem ocupação, para realização de tratamento de saúde	2016	Superior Completo	Não	Não	Médico indicou o Brasil	Saúde
4	Marcia	São Paulo	Estudante de Estética e trançeira	Estudante de Direito	2014	Cursando curso técnico	Sim	Não	Família (irmãos) vivem no Brasil	Estudantil e tranceira
5	Luísa	São Paulo	Estudante de Radiologia e Babá	Estudante de Radiologia	2015	Cursando curso técnico	Sim	Não	Colegas da Igreja Batista	Estudantil
6	Marina	São Paulo	Poeta	Economista, estudante de mestrado	2015	Cursando pós-graduação	Sim	Não	Programa do governo	Estudantil e Cultural
7	Eliane	São Paulo	Tranceira	Estudante de Estética	2018	Cursando curso técnico	Sim	Sim	Irmão viveu 10 anos no Brasil	Estudantil e tranceira
Homens										
8	Isac	São Paulo	Professor, escritor e produtor cultural	Vendedor ambulante	2012	Superior Completo	Mestrado	Não	Colegas que estudam no Brasil	Estudantil e Cultural
9	Elias	São Paulo	Empreendedor e poeta	Estudante	2017	Superior Completo	Doutorado	Não	Colegas que estudam no Brasil	Estudantil e Cultural
10	Mário	São Paulo	Estudante de doutorado	Autônomo	2012	Superior Completo	Cursando doutorado	Sim	Familiares	Modalidade de Refúgio ⁶⁵

Fonte: Elaboração própria.

⁶⁵ Esta modalidade não será aprofundada neste trabalho, apesar de também ser parte de estratégias da migração de mulheres angolanas.

Modalidade de Tranceiras

Como no meu país a maior parte da população é negra e a maior parte das mulheres têm cabelo crespo ou cacheado, a gente nasceu fazendo trança, acontece muito naturalmente (ELIANA, entrevista por telefone, São Paulo, 2020).

Meninas com 8, 10 anos já sabem fazer trança, porque é uma coisa que você nasceu vendo sua mãe fazer. Não tem outra coisa para fazer no cabelo, é muito cultural fazer trança (MARCIA, entrevista por telefone, São Paulo, 2020).

A maior parte das mulheres angolanas aprendem a fazer tranças em sua infância. Todas as entrevistadas falaram que passaram por esse aprendizado de forma leve, divertida, cotidiana, fazendo tranças em amigas na escola, aprendendo com familiares, mães, avós, tias, primas, irmãs. Lucia explica que é algo cultural não apenas em Angola, como em vários países do continente africano. Em uma das situações que vivenciei, uma das filhas de Lucia, de 4 anos e com tranças ornamentadas com miçangas de todas as cores, se debruçou sobre meu cabelo durante um longo período de tempo, fazendo tranças e penteando-o, demonstrando muita segurança, dizendo que adoraria trabalhar com aquilo, como sua mãe, que a havia ensinado muito bem (no Anexo 5, uma foto deste momento).

O cabelo, na cultura angolana e em outras culturas africanas, tem um papel social importante, inclusive para a formação dos espaços de sociabilidade, na passagem dos conhecimentos ancestrais e na própria estética. As tranças, tanto no país de origem, quanto no país de destino destas mulheres deixaram de ser uma forma apenas de diferenciação cultural, identificação de tribos, estado civil, entre outros usos que as tranças tinham em sociedades tradicionais. Hoje, as tranceiras criam uma narrativa e fazem uso desse saber adquirido desde a infância como uma forma de gerar valor financeiro. Torna-se então um serviço comum, feito em espaços públicos em países africanos, conforme explica Songa descreve os espaços em Songa (2017, p. 74):

No caso das moças das tranças, que vendem seus serviços artísticos relacionados ao cabelo, a prática de trançar, aprendida em casa ou em lugares relacionados, é transferida para a praça, seu espaço profissional. Com presença assídua e trabalhando por conta própria, essas mulheres dedicam-se a trançar cabelos, dia após dia e, desta feita, conquistam espaço no ramo da atividade que praticam.

Em Angola, o cabelo brasileiro já foi fonte de renda para muitas mulheres. O cabelo brasileiro é descrito pelas mulheres entrevistadas como lisos e longos. Angolanos viajavam para o Brasil para importar produtos brasileiros, que eram mais barato em São Paulo e no interior: roupas, sapatos, apliques de cabelo. Hoje em dia, em Angola, mesmo com a

crise, continua a ter muitas mulheres que trabalham vendendo cabelo e fazendo tranças, mas o cabelo brasileiro não é mais competitivo no mercado internacional.

[...] anteriormente, a principal origem dos cabelos, segundo as vendedoras, era o Brasil, daí o cabelo humano ser apelidado por 'cabelo brasileiro' desde 2004, que os maiores fornecedores passaram a ser China e Índia. "O cabelo no Brasil passou a ficar muito caro e não nos dava margem para revender. Então, passamos a comprar em outros países, principalmente na China (ANGONOTÍCIAS, 2015).

No entanto, apesar de ainda haver uma forte pressão estética sobre a expressão do corpo negro, há um movimento de empoderamento de mulheres negras no Brasil, sendo as tranças afro uma expressão disso. Em 2017, pela primeira vez no Brasil, houve um número maior de buscas no Google por cabelos cacheados do que por cabelos lisos, mostrando um crescimento de 232% na busca por cabelos cacheados entre 2016 e 2017 e um crescimento de 309% de cabelos afro (ONU, 2018).

Conforme afirma Lemos (2019), “O uso do patrimônio material – as tranças afro – como atividade geradora de renda integra o afroempreendedorismo, que por sua vez movimentava a indústria criativa” (p. 864). Lemos acredita que as tranças afro são parte da construção da identidade da população negra, que ocupa um espaço de opressão e marginalizado na sociedade. O espaço para o afroempreendedorismo é visto como uma maneira de formalizar o protagonismo, a criatividade e o trabalho de uma população marginalizada no Brasil.

Eliana, que veio para o Brasil para fazer um curso de tecnóloga em estética, reconhece a importância da troca de saberes entre mulheres negras, imigrantes e brasileiras, no sentido de inspirar mulheres que antes não assumiam sua imagem, numa estrutura social historicamente moldada com base na exclusão e silenciamento de pessoas negras, inclusive na oferta de produtos:

As mulheres veem nosso cabelo trançado e acham bonito. E muitas mulheres com o mesmo tipo de cabelo que a gente sente receio, então quando já veem outra mulher negra, com trança, dá um up nela, uma vontade de fazer e mostrar que o cabelo dela também é daquela forma e que também pode fazer, porque já tem uma referência. Quando não tinha referência era mais difícil, porque as pessoas não tinham pra quem olhar e achar que pode fazer, porque além de ficar esteticamente bonito, é representatividade, é um reconhecimento cultural, então eu acho que a gente tem ajudado bastante (ELIANA, entrevista por telefone, São Paulo, 2020).

O mais comum é que a trança componha parte da estratégia migratória dessas mulheres quando já estão no país de destino, uma vez que existe um mercado em expansão no

Brasil. Aliando a habilidade prática a valorização de um produto, essas mulheres, que por vezes nunca trabalharam com isso em seus países de origem, passam a ofertar esse serviço na forma de produto consumido por brasileiras. Marcia, outra estudante de estética, diz que 96% das clientes atendidas em seu salão são brasileiras. O salão onde ela trabalha, na zona Leste de São Paulo, é gerido por outra angolana, que está no Brasil há mais tempo. Marcia nunca havia trabalhado como trancheira, já que saiu de casa com 18 anos e foi morar com seu irmão que já estava no Brasil há 20 anos. Hoje Marcia dá cursos para brasileiras aprenderem a chamada “técnica africana” de trançar.

Eliana veio ao Brasil, originalmente, com o projeto migratório de estudar estética. Diferente de Marcia, que veio com o objetivo de estudar direito e resolveu mudar para estética. Hoje Eliana está envolvida com um coletivo no centro de São Paulo que promove a arte como forma de resistência e empoderamento. Eliana usa também o trabalho de trancheira com fonte de renda e considera a trança uma forma de intercâmbio cultural, troca de experiências:

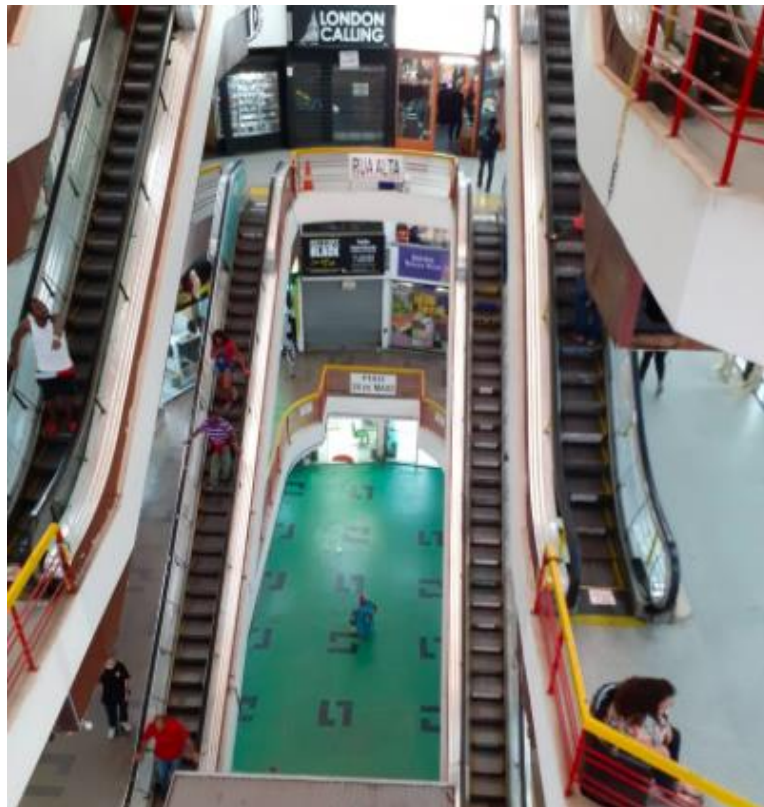
Com essa troca de experiências, elas (mulheres brasileiras negras) vão aprendendo a lidar melhor com seus cabelos, porque muitas mulheres negras aqui no Brasil, que têm cabelo crespo ou cacheado, têm muita dificuldade de cuidar do seu próprio cabelo. Não é só não ter imaginação de cuidar do seu próprio cabelo, é também a dificuldade de encontrar produtos para tratar do próprio cabelo. [...] Com a nossa chegada no Brasil, elas começaram a ter mais noção de como fazer com o cabelo (ELIANA, entrevista por telefone, São Paulo, 2020).

Em seus projetos migratório originais, Marcia e Eliana tinha por objetivo estudar, já com a expectativa de trabalhar para adquirir alguma fonte de renda adicional. Marcia, que nunca havia trabalhado como trancheira, passou a fazer disso sua profissão e logo mudou de curso. Edna também não tinha experiência de trabalho como trancheira, mas viu no Brasil um espaço de oportunidade. Elas, que não se conhecem e foram para São Paulo em momentos diferentes, por motivos e realizações distintas, identificaram tanto a oportunidade de ser trancheira, quanto a oportunidade de fazer um curso de especialização em estética, como uma forma de se qualificarem para voltarem à Angola. Ambas com apoio da família em Angola, demonstrando que têm condições mais privilegiadas de vida.

A Galeria Presidente – uma rede de acolhimento e apoio

O local onde Lúcia trabalha é a famosa Galeria Presidente, ou Centro Comercial Presidente. Como descreve um dos entrevistados no documentário “Galeria Presidente”⁶⁶, “Aqui é como um país dentro do outro”. E de fato, é assim que me senti quando fui me aproximando da galeria. O primeiro estranhamento foi ouvir idiomas que não reconheci. Na porta e em frente à galeria, mulheres entregando alguns cartões, fazendo propostas. Fui entender que se tratava de salões de beleza para o cabelo quando, subindo os dois longos lances de escada rolante (Foto 4), percebi que nas lojas, mulheres imigrantes se debruçavam sobre longos apliques, com habilidosos e ágeis movimentos, fazendo verdadeiras obras de arte na cabeça de outras mulheres.

FOTO 4 – Galeria Presidente, vista do 3º andar



Fonte: Acervo pessoal.

A maior parte das lojas são salões de beleza, mas a galeria também abriga tabacarias, loja de produtos holísticos, salões de costura (de cabelo), lanchonetes, lojas de sapato e bares. São salões equipados basicamente com espelhos, pentes, cadeiras e muitas

⁶⁶ Direção Amanda Gutiérrez Gomes, SP, 2016, cor, 19min. Documentário Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7fzWn9jbEsk>.

opções de apliques de cabelos naturais ou sintéticos, de várias cores, texturas e comprimentos. Salões apertados, com teto baixo, em que é necessário subir uma íngreme e curta escada em caracol para chegar, quase escondidos. Ali naquele pequeno espaço, mulheres angolanas de outras regiões da África cantavam, ouviam música, assistiam programas brasileiros e programas africanos. No meio das escovas de cabelo e apliques, marmitas com o famoso *fufú*⁶⁷ aguardam o fim do serviço para serem comidas, enquanto exalavam um forte odor condimentos dentro do salão. Tudo junto, na mais perfeita harmonia dentro daquele espaço de frente para a movimentada Rua 24 de Maio (onde quase não passa carros, mas passa muitos pedestres), em que mulheres bem vestidas e maquiadas eram como escultoras de cabelos perfeitos, nos mais diferentes tipos de apliques que já vi.

FOTO 5 – Fachada de salão com exposição de diferentes tipos de apliques e no andar de cima uma loja de sapatos masculinos



Fonte: Acervo pessoal.

Ali elas fazem aplique, alisamento e principalmente tranças. Os apliques de cabelo sintético, chamado de trança, vêm de Angola, enquanto os apliques de cabelo natural são brasileiros, segundo o que Lucia me contou. O cabelo é a fonte de renda de muitas das

⁶⁷ Fufú é um prato típico africano, feito com farinha de milho, se come com as mãos, acompanha peixes, quiabo, espinafre, com bastante molho. O fufu (ou Funcho) é usado como uma massinha e ajuda no manejo das demais comidas do prato. No anexo (Anexo 5) uma foto de uma experiência que vivi, almoçando na casa de uma família angolana.

mulheres, como é o caso de Lucia, que chegou no Brasil sem saber ao certo como se manteria, mas já consciente das possibilidades de trabalho como trancheira, afinal, era seu trabalho anterior e ela já conhecia outras mulheres que haviam imigrado e se mantinham dessa forma em São Paulo. Foi justamente devido a esta rede de mulheres, que Lucia conheceu uma imigrante que já trabalhava como trancheira, possibilitando que ela integrasse um salão na Galeria Presidente, sustentando seus dois filhos que ficavam com a vizinha enquanto ela trabalhava.

Eu via gente que trabalhava com cabelo aqui, mas pensava que era salões assim, que você tem que ir, deixar currículo e aí você começa a trabalhar. Aqui não é assim. Quando você vem aqui, você encontra pessoas que você já conhecia e aí começa a trabalhar porque sabe fazer cabelo (LÚCIA, Galeria Presidente, São Paulo, 2018).

Voltando algumas vezes naquele espaço, percebi que a Galeria Presidente não é apenas um espaço onde mulheres trabalham. É também um local onde imigrantes, homens e mulheres, das mais diversas origens, em sua grande maioria do continente africano, se encontram, obtêm informações sobre local para morar, sobre oportunidade de trabalho, sobre tramites necessários para continuar seus projetos migratórios, fazem amizades, conhecem novas pessoas e apoiam um ao outro, gerando uma forte rede de solidariedade. Sobre a comunidade angolana em que Lúcia tem acesso, ela explica:

Quando a gente quer se encontrar, a gente fala: vai lá na galeria. A gente quase sempre se encontra quando tem uma festa... ou quando faleceu um parente lá na África a gente dá uma sentada, todo mundo... Quando faleceu alguém lá na África, a gente comunica pelo whatsapp, todo mundo aparece no funeral, dá apoio (LÚCIA, Galeria Presidente, São Paulo, 2018).

A Galeria Presidente é um espaço que permite maior flexibilidade no trabalho das mulheres imigrantes que têm filhos para cuidar. É comum ver crianças correndo livremente pelo pátio, subindo as escadas rolantes, sobretudo depois que escurece, como um espaço em que elas estão seguras. Lúcia diz que ninguém tem carteira de trabalho ali. Trabalhar na Galeria foi a saída encontrada para que ela e muitas outras mulheres imigrantes conseguissem trabalho.

Quando eu ia fazer as entrevistas (de emprego), perguntavam:

- *Você está com quem?*
- *Sozinha com meus filhos.*
- *Quantos filhos?*
- *2 filhos.*

Aí você vê, a cara da pessoa torce e diz: “Depois nós ligamos para você”. O fato de ter filho é difícil aqui. Trabalhar com carteira tem muita discriminação (LUCIA, Galeria Presidente, São Paulo, 2019).

Reparei que muitas das mulheres que ali trabalhavam assumiam estilos próprios, cuidando muito de sua beleza com maquiagem, usando diferentes tipos de apliques no cabelo, com tranças, cabelos soltos, raspados, tinham longas unhas e usavam roupas estampadas típicas com os conhecidos “tecidos africanos”. Tive a sensação que ali era um lugar em que aquelas mulheres poderiam expressar suas personalidades sem medo de serem julgadas.

Foi em um sábado que a Galeria Presidente estaria fechada que um grande número de mulheres que fazem tranças desceu à rua 24 de maio e passaram a realizar as atividades nas calçadas, enquanto havia sombra, entre uma porta de loja e outra. Aquele espaço, em frente ao Sesc 24 de maio, era exclusivamente delas, poucos eram os vendedores ambulantes competindo os lugares na sombra. Chamavam as clientes, na rua e logo as colocavam em um banco sentadas e começavam a realizar o habilidoso trabalho de fazer tranças. Songa (2017) explica que, além de fazer cabelo ser parte da formação das mulheres angolanas, as mulheres de Angola ocupam um espaço mais restrito e limitado que o dos homens no setor formal em Angola, transitando menos nos diversos meios sociais. Por isso, o gênero feminino se destaca nos espaços de trabalho informal, como na rua e em praças: “É neles que se exerce a principal atividade econômica das mulheres, garantidoras da subsistência de suas famílias” (PEREIRA, 2015, p. 196).

Songa (2017), se referindo aos espaços públicos que mulheres angolanas ocupam em Angola, afirma que estes espaços são informais e retratam as desigualdades de gênero, ocupado quase que exclusivamente por mulheres: “ao mesmo tempo que é um espaço público, de circulação de vários grupos, é privado para mulheres, um lugar de resistência e vivências” (p. 82). É possível interpretar a Galeria Presidente desta forma, ainda que muitos homens a frequentem também. É um espaço de troca em que mulheres brasileiras e mulheres africanas, onde conhecem mais de suas culturas, de suas músicas, de suas histórias e raízes.

No entanto, não se deve romantizar. Este espaço, onde as mulheres não trabalham com carteira assinada, conforme afirmou Lucia, é também o local onde a mulher imigrante negra, que não consegue ser inserida no mercado de trabalho formal, encontra uma forma de

sustento. Fernanda, ainda que não trabalhe como trancheira ou cabelereira, afirma que é recorrente ouvir este tipo de relato de suas colegas:

Aqui arranjar trabalho é muito difícil. Aquelas que vieram mesmo para tentar a vida, procurar boas condições de vida, algumas voltaram, porque é difícil arranjar emprego: imigrante, negra e mulher, é difícil arranjar emprego. Por isso é que muitas estão nesse trabalho de cabelereiro, para facilitar. É um trabalho que ajuda você se manter, tem muito lá. As vezes começa como uma diversão: eu vou fazer no seu cabelo e você faz no meu. Aí a gente vai aprendendo e vai se transformando numa diversão. E quem não sabe, vai ter que pagar (FERNANDA, Sesc 24 de maio, São Paulo, 2019).

Lucia saiu de Angola com o objetivo de encontrar melhores condições de vida para sua família e sua estratégia foi, através de indicações de colegas que fizeram o mesmo trajeto, vir ao Brasil solo, com seus dois filhos e trabalhar como trancheira no centro de São Paulo. A ideia de trabalhar como trancheira surgiu depois de muitas portas se fecharem, principalmente no mercado de trabalho formal. Lucia já havia trabalhado em salões de beleza e em praças como trancheira em Luanda e já sabia da possibilidade de dar continuidade nesse trabalho no Brasil.

Da mesma forma que as demais, a história de Lucia retrata a complexidade da migração angolana no Brasil. Seu projeto migratório envolvia migrar, para acessar os serviços de saúde e educação. Por outro lado, a possibilidade de trabalhar como trancheira existia, já que havia acionado redes na origem que informaram ser possível realizar esta estratégia. A história de Lucia é a história de muitas outras mulheres angolanas, que acionaram diversas redes para obter informações de suas trajetórias, assumindo características de múltiplos perfil e modalidades da migração.

FOTO 6 – Mulheres imigrantes do continente africano tançando em um salão na Galeria Presidente



Fonte: Acervo pessoal.

Modalidade Estudantil

A modalidade estudantil é a principal dentre os angolanos documentados em São Paulo. Através dos dados do SINCRE, apresentados na Tabela VII, foi possível perceber que dentre os registros realizados entre 2000 e 2017, 19% e 12% dos imigrantes registrados homens e mulheres, respectivamente, tinham visto temporário de estudante. É também a principal ocupação dos angolanos, entre 2000 e 2016, (Tabela 9), com 28,8% dos homens e 21,4% das mulheres.

Há diferentes perfil de imigrantes. Aqueles que chegam no Brasil via Programa do Governo de Angola são os imigrantes que cursam faculdades brasileiras e que frequentemente recebem apoio financeiro de familiares. Este é o caso de Marina, angolana que chegou no Brasil em 2015 para cursar economia. Ao longo de sua trajetória, Marina não precisou trabalhar, mesmo com a crise que seu país está vivendo. As condições de vida de sua família

em Angola são boas, o que lhe permite permanecer e estudar no Brasil. Após saber do Programa de intercâmbio do Governo Angolano⁶⁸, veio ao Brasil com objetivo de fazer a graduação e a pós-graduação, para depois retornar ao seu país.

Já tinha ouvido falar do Brasil, pelas metrópoles mais conhecidas do Brasil, como Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, que são as metrópoles mais conhecidas em Angola. Também muito pelo fruto da Globo e da Record. Eu fiquei sabendo do Programa (do governo de Angola) através de uma chefe escoteira que falou e eu fui me inscrever. Tem os requisitos de nota e de condições para a manutenção e estadia e consegui ser aprovada nessa seleção. [...] Meus pais continuam a me ajudar até hoje (MARINA, entrevista por telefone, atualmente vive em São Paulo, Janeiro 2020).

Considerando a modalidade migratória de estudantes, aqueles que têm boa estrutura familiar e condições econômicas, nota-se que existe algum tipo de facilidade para estudantes que disputam espaços, por meio de políticas migratórias seletivas baseadas em critérios de capital humano (DUMONT, 2006). No entanto, ao longo dos anos, é possível perceber que mesmo para este perfil com melhores condições de vida financeira, o Programa encontra-se em pleno enxugamento, refletindo talvez as atuais preferências políticas de contingenciamento de gastos com a educação do Brasil. Por outro lado, é importante salientar que 2016 foi o ano da crise do petróleo e crise política.

Tem estudantes angolanos por todo mundo. Recebemos na moeda estrangeira, que é em dólar. Aí ficou complicado. Eu conheci, por exemplo, casos de estudantes que tiveram que regressar porque os pais não tinham mais meios ou canais para o envio de divisas. A crise agrava de 2017 até a presente data (MARINA, entrevista por telefone, atualmente vive em São Paulo, Janeiro 2020).

No caso de Marina, os pais continuam tendo condições de ajudá-la a manter-se no Brasil. Marina é também produtora artística e poeta e está inserida em duas diferentes modalidades: a modalidade de estudante e a modalidade de artista. São duas redes distintas. A primeira, de estudante, envolveu planejamento familiar, apoio dos pais, o Programa do

⁶⁸ O Programa de estudantes-convênio de graduação (PEC-G) foi criado com o objetivo de amparar estudantes estrangeiros. Foi criado em 1960 e desde 2013 é regido pelo Decreto Presidencial n. 7.948. Atualmente são 59 países participantes do Programa, sendo 25 da África, 25 das Américas e 9 da Ásia. “Os cursos com o maior número de vagas oferecidas são Letras, Comunicação Social, Administração, Ciências Biológicas e Pedagogia. Desde os anos 2000, houve mais de 9.000 selecionados. A África é o continente de origem da maior parte dos estudantes, com 76% dos selecionados. Entre as nações africanas participantes, destacam-se Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola” (DCE, 2019). Angola participa do programa desde 1985. O ano com maior número de Angolanos foi 2008, com 91 participantes. Principalmente a partir de 2015, houve uma brusca queda de angolanos participantes, de 77 em 2015 para 2 em 2019, com 7 em 2016, 11 em 2017 e 12 em 2018. O visto temporário que lhes é concebido não admite o exercício de atividade remunerada, mas o estudante pode participar de estágios, atividades de pesquisa, extensão e monitoria. Os estudantes podem receber bolsa no valor de 620 reais por mês, através da seleção por mérito.

Governo Federal e acordos bilaterais. A rede acionada na origem e no momento de chegada foi uma rede já consolidada pelo Programa: alunos e ex-alunos que fizeram ou estavam a fazer intercâmbio acadêmico no Brasil. Já a segunda rede, envolve um projeto de vida particular e individual de lançar um livro em São Paulo, com ajuda de uma outra rede acionada já no Brasil, composta de imigrantes angolanos, mas também de outros imigrantes africanos. Esta rede compõe uma outra modalidade, que será discutida adiante.

O perfil do estudante angolano, no entanto, pode variar e estar inserido conforme as oportunidades e possibilidades apresentadas, reflexo de um conjunto de variáveis: tanto o capital social e redes na origem da migração, quanto acesso a informações, custos de viagem, decisão familiar, situação econômica, contexto social ao qual está inserido, etc. Ou seja, informações como o tipo de visto e o status da migração são importantes, mas não dizem muito sobre as especificidades da migração.

É o caso de Luísa, que chegou no Brasil em 2015, como um projeto de sua família, mas não através de um programa do governo e sim para fazer um curso de especialização em radiografia. A rede que deu informações à Luísa foi a Igreja Batista, que frequentava em Luanda com sua família.

Tem uma igreja batista e um dos nossos irmãos da igreja se formou aqui e tem uma faculdade boa e estavam oferecendo cursos na área da saúde e da engenharia. Nossos familiares ouviram, gostaram da ideia, colocaram isso e a gente topou. A gente viajou e veio para cá, só que com o tempo as coisas se complicaram (LUÍSA, entrevista por telefone, atualmente vive em São Paulo, Janeiro 2020).

Luísa recebia remessas de sua família que pagavam a mensalidade de seus estudos. Com a crise no país, passou a receber remessas menores, que não pagavam a mensalidade da faculdade. Logo começou a trabalhar como auxiliar de cozinha, babá, auxiliar de limpeza, recepcionista, telemarketing e ainda ficou 2 dias “chamando” para fazer trança na Galeria do Rock. Ela relata que ao longo dos 4 anos vivendo em São Paulo foram colocados vários impeditivos, sobretudo nos trabalhos com carteira assinada, frutos, no geral, de um preconceito contra imigrantes negros.

Eu acho que por ser estrangeira, até certo ponto, as pessoas não acreditam e não têm confiança na gente, pensa que todo negro é ladrão... Talvez seja por isso que eles não pegaram a gente. [...] Eles têm medo da gente, não querem dar oportunidade (LUÍSA, entrevista por telefone, atualmente vive em São Paulo, 2020).

O Brasil é procurado pelos angolanos não apenas para fazer cursos de graduação. Há também uma busca por cursos técnicos, que são mais curtos e dão ao imigrante um diploma que pode ser validado no seu país. Associado ao curso, é comum que essas pessoas trabalhem. Aqueles que vêm ao Brasil com bolsa do governo angolano ou brasileiro não podem exercer atividade remunerada. No entanto, a maioria vem de forma:

A formação aqui é bem mais rápida e tem cursos técnicos de 2 anos para fazer, dá para trabalhar autônomo fazendo tranças, as mulheres negras aqui estão se assumindo mais, assumindo mais os cabelos (ELIANA, entrevista por telefone, São Paulo, 2020).

Eliana, que veio ao Brasil com o objetivo de realizar seus estudos na área de estética, afirma que pretende fazer uma segunda especialização nos Estados Unidos, já que não encontrou o que esperava (curso de estética para peles negras) no Brasil. Depois de terminar essas duas especializações, Eliana afirma querer retornar à Angola. Com uma rede familiar acionada tanto no destino, quanto na origem, Eliana foi recebida no Brasil pelo seu irmão e será recepcionada nos Estados Unidos por sua prima, que vive lá há 5 anos.

Do total de entrevistados, 7 angolanos (mulheres e homens) vieram ao Brasil com o objetivo de completar seus estudos no ensino superior. Todos informaram sobre a qualidade do ensino em Angola: cursos caros e de difícil acesso. Paralelamente ao curso, passaram a frequentar outros espaços, como por exemplo grupos artísticos, que os fizeram mudar suas estratégias migratórias.

Modalidade de saúde

Aqui tudo é grátis, de onde a gente vem tudo é pago. Quando você está doente, você procura um visto para vir se tratar aqui (LUCIA, Galeria Presidente, São Paulo, 2019).

Ao longo das entrevistas, foi muito mencionada a má qualidade dos serviços de saúde em Angola, devido a todo o processo histórico de formação de uma nação que passou por séculos de guerras e exploração. Os serviços de saúde oferecidos ao longo do período colonial foram acessíveis apenas a uma minoria privilegiada e restrito aos problemas de saúde que afetava a produtividade econômica da colônia, segundo Vicente et al. (2016). Segundo este estudo feito em 2016, “apenas 30 a 40% da população angolana tem acesso aos serviços de saúde”, o que demonstra defasagem no sistema de saúde angolano. A falta de serviços de saúde em determinadas regiões desencadeia até os dias de hoje intensas redes de

deslocamentos internos, conforme afirmam Lopes; Rodrigues e Simas (2013). Angola é o país lusófono com pior cobertura de serviços básicos de saúde, segundo um relatório do World Health Organization e do International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank de 2017.

Os deslocamentos em busca de melhores condições e serviços de saúde não ocorrem apenas dentro do território angolano. O Brasil se encontra na rota de possibilidades de busca por melhores serviços de saúde dos angolanos. Biderman (2018) afirma que a busca por hospitais brasileiros, principalmente de São Paulo, vem aumentando, sendo a recomendação “boca a boca” dos pacientes a melhor forma de divulgação dos serviços. A estimativa é que mais de 55 mil turistas de saúde procurem o Brasil para realização de tratamentos, sendo 70% com destino a São Paulo. Segundo Bierdman, não há estatísticas oficiais sobre as nacionalidades e nem sobre a quantidade exata de pacientes, mas a autora chama a atenção para o aumento da busca de imigrantes de países lusófonos, principalmente de Angola e Moçambique.

A maior parte desses angolanos que buscam os serviços médicos brasileiro, vêm através do visto de turismo, fazendo o tratamento e voltando ao seu país de origem. No entanto, há aqueles que optam por permanecer no Brasil, tanto para dar continuidade no tratamento, quanto por outras estratégias. Há aqueles que vêm ao Brasil para realizar tratamento de saúde, acessam redes no Brasil que fazem com que optem por retornar com toda a família e permanecer.

Um dos entrevistados, Paulo, é um agente que recepciona imigrantes angolanos em São Paulo para realizar o trabalho de orientação, deslocamento e qualquer tipo de serviço necessário destas pessoas que vêm em busca dos serviços de saúde. Segundo ele, a maior parte das pessoas que ele atende são angolanos. Após fazer esse serviço para um de seus vizinhos e amigos próximos desse vizinho, a demanda por seu serviço passou a ser cada vez mais intensa e ele chegou até mesmo a abrir uma empresa com seu pai para esse tipo de serviço. Esta empresa tinha contato direto com médicos de São Paulo, através de parcerias para a realização de tratamentos e procedimentos em clínicas que contavam o intermédio de Paulo para chegar nos locais. Paulo passou a ser um pivô importante na dinâmica das redes de angolanos que buscavam serviços de saúde no Brasil.

Um dos pontos negativos desse trabalho é que a busca pelos serviços de saúde é sempre muito discreta e muitas vezes era eu que tinha que ir até o médico, expor a questão pessoal do imigrante, em uma clínica para tratamento de HIV. Isso me expunha muito, mas era meu trabalho fazer esse intermédio (PAULO, São Paulo, entrevista por telefone, 2019).

Os imigrantes que o procuravam eram indicados majoritariamente por pessoas que conheciam seu trabalho através de indicações. Uma rede de angolanos e angolanas que procuravam uma pessoa confiável ao desembarcar no Brasil para realização dos mais diversos tipos de atividades começou a ser consolidada, principalmente a partir de 2011. Paulo diz que o perfil dessas pessoas que o procuram é bastante diverso, apesar de sempre composto por pessoas que têm condições de pagar por tratamentos de saúde que frequentemente necessitavam retorno. Os homens, em sua maioria, buscam Paulo para realização de tratamentos cardiovasculares e para HIV. Já as mulheres buscam seu serviço para fazer compras de roupas em lojas do centro de São Paulo ou de cidades do interior de São Paulo, como em Cotia e Barretos, para realização de procedimentos estéticos e há uma busca por mulheres que vão realizar tratamentos de fertilização.

É o caso de Fernanda, que veio ao Brasil pela primeira vez em 2010. Em Angola, Fernanda era professora de uma escola particular, mas ao longo de 6 anos veio ao Brasil diversas vezes, sempre recebida por Paulo, para realizar um tratamento de fertilização assistida. Tendo Paulo como referência, Fernanda passou a vir sola ao Brasil, já que seu marido confiava em Paulo para facilitar o e intermediar processo. Em 2016, quando estava no Brasil, a crise econômica em Angola se agravou. Entre ela e suas colegas que estavam fazendo o mesmo tratamento, o medo de voltar à Angola e não conseguir dar continuidade no tratamento se espalhou. Com isso, ela resolveu permanecer no Brasil. Com o documento vencido, junto com outras colegas, pediu refúgio em 2017. Seu período de permanência no Brasil se estendeu para além de suas expectativas. Desde então Fernanda está no Brasil, como solicitante de refúgio, sem poder retornar, aguardando a análise de seu pedido. O tratamento de fertilização continua sendo realizado e seu marido continua vivendo em Luanda.

[...] e eu já estava aqui dentro, a embaixada apertou, os vistos ficaram difíceis, diziam que só quem tinha um salário de não sei quanto é que podiam viajar. Eu fiquei com medo e já estava aqui... e muitas mulheres na minha condição também não saíra, ficaram. Eu falei: se eu for, não vou poder voltar, eu vou ficar. Naquela, meu documento venceu. Foi quando eu soube da história de refúgio, que muitas estavam pedindo. Para os angolanos, o Brasil não dá refúgio (FERNANDA, SESC 24 de maio, São Paulo, 2019).

A família na sociedade angolana assume um papel central para os valores e costumes culturais e históricos e, segundo Santos; Novaes e Chaves (2018), ter filhos na sociedade angolana acresce prestígio social a homens e mulheres, conforme a citação de Silva (2013, p. 19) apresentada pelas autoras:

No tecido social e cultural angolano a gravidez é vista como uma expressão da identidade feminina, como um elemento a partir do qual se definem os papéis de género. A gravidez é ainda socialmente percebida como o caminho para a regulação e manutenção das gerações.

Na fala de Fernanda fica claro que esta é uma estratégia acionada por muitas das mulheres que desejam engravidar, não conseguem e têm condições materiais para fazer esse tratamento no Brasil. Há uma rede de informações, que envolve médicos e clínicas entre Angola e Brasil, que facilitam esse contato entre os agentes participantes do procedimento médico.

Em Angola o serviço de saúde é muito precário e as vezes, por erro médico, muitas mulheres perderam o direito de ser mãe. E para nós, os africanos, ter um filho é mais do que tudo. Eu tive duas gravidezes utópicas e eu já não podia ter filho de forma natural. Nós estávamos fazendo de tudo para ir para Espanha (FERNANDA, SESC 24 de maio, São Paulo, 2019).

A ideia de Fernanda e seu marido de ir para à Espanha fazer o tratamento deixou de ser uma possibilidade quando o médico que os atendia em Angola informou sobre a possibilidade de realizar o tratamento no Brasil, onde já havia uma rede de mulheres que haviam feito o mesmo, bem como médicos parceiros.

O meu médico disse que era melhor vir para o Brasil, porque em termo de reprodução humana, o Brasil já estava a frente. E aí nós viemos. E é assim, vem um, sabe, passa para o outro, o médico que veio, faz parceria. Então muitas mulheres angolanas mesmo vêm em tratamento médico (FERNANDA, SESC 24 de maio, São Paulo, 2019).

Dani faz parte do grupo de mulheres que veio ao Brasil grávida e sola, com o objetivo de acessar os serviços de saúde. Dani, sobrinha de Lucia, veio ao Brasil em 2019 e hoje está com um filho de alguns meses. A presença de sua tia no Brasil garantiu que sua vinda fosse mais tranquila, inclusive no momento de acessar os serviços de saúde. Morando em um quarto ao lado de sua tia, ela fica responsável por cuidar dos 3 filhos de Lucia, bem como de seu recém-nascido, na zona Leste de São Paulo.

A gente estava procurando uma vida melhor aqui e a gente tem, porque em Angola a saúde é ruim [...] o hospital é sujo lá, se você está doente, vai dormir no chão, não tem espaço, os médicos enrolam, você tem que pagar se quiser ser bem tratada. Por isso eu escolhi vir para o Brasil, aqui a saúde é boa e a educação. As colegas daqui também. Aqui tudo é grátis, de onde a gente vem tudo é pago [...] E aqui você gasta menos, ou às vezes nem gasta, no SUS você até consegue uma vaga (DANI, Zona Leste de São Paulo, 2019).

A ideia de Dani é permanecer no Brasil até que seu filho cresça. Enquanto isso, ela pretende trabalhar como trancheira, assim como sua tia, na Galeria Presidente. Ou seja, a rede acessada por Lucia já está consolidada, garantindo a ela segurança para permanecer no Brasil, informações sobre serviços públicos básicos oferecidos, bem como formas de permanência no país de destino. Os serviços gratuitos oferecidos pelo SUS garantem que ela tenha o básico para permanecer no Brasil, enquanto busca outras fontes de renda.

Dani conta com o princípio *ius solis*, em que o nascimento no território brasileiro garante a nacionalidade da criança, independente da origem de seus pais. Este princípio também garante aos pais o visto de residência e reunião familiar. O marido de Fernanda também usou a reunião familiar como uma medida de entrar no Brasil e garantir permanência após o nascimento de seu terceiro filho.

Conforme afirmam Santos; Novaes e Chaves (2018, p. 142):

Na sua grande maioria, as mulheres que aqui vêm dar à luz, ou aqui engravidam, pertencem à classe social menos favorecida. Se inserem neste processo migratório tendo em vista as várias entidades de acolhimento e as possibilidades e facilidades que lhes são garantidas como direitos básicos e fundamentais, estabelecidos no artigo 5º, artigo 196º (direito à saúde) e artigo 205º (direito à educação), todos da Constituição Federal de 1988.

Modalidade de Congolana

Lá não é como aqui. Lá você atravessa a rua e já está no Congo (DANI, Zona Leste de São Paulo, 2019).

Os jornais paulistas reportaram⁶⁹, em 2016, um brusco aumento no número de mulheres que chegaram em São Paulo. Segundo alguns canais de informação, as imigrantes eram, em sua maioria, solicitantes de refúgio, muitas grávidas e, em sua maioria, imigrantes solo.

Segundo o Conare (Comitê Nacional Para os Refugiados), o número de pedidos de refúgio de angolanos no Brasil está em alta: 630 até a segunda-feira (18) (mais de 6 por dia), ante 1.100 em todo ano passado. Em 2014, pediram refúgio 189. O boom teve auge em fevereiro, na véspera do Carnaval, quando um grupo de 50 angolanas com filhos chegou em um dia à capital (DIÓGENES, 2016).

⁶⁹ Esse tipo de reportagem, muitas vezes não vinculada a um contexto maior da migração, pode gerar interpretações nos leitores que não retratam uma realidade complexa do imigrante, sendo motivo de atitudes xenófobas e preconceituosas contra essa parte da população. É, portanto, de responsabilidade dos veículos de informação que as notícias sobre a migração internacional, sobretudo de origem do continente africano, desmistifiquem o senso comum vinculado à imagem do imigrante africano no Brasil.

Fernanda, no entanto, questiona o fato de essas mulheres solicitantes de refúgio que chegaram no Brasil, principalmente entre 2016 e 2017, são de fato angolanas. Homens e mulheres que afirmam ser angolanos passaram a ter o Brasil em suas rotas da migração, usando a solicitação do status de refúgio como estratégia para permanecer no país. Fernanda conta ter experiências com colegas que não são angolanos de fato e sim da região sul da República Democrática do Congo, que faz fronteira com o norte de Angola. Além disso, as fronteiras são muito permeáveis, possibilitando uma mobilidade maior entre um país e outro.

Em 2016 foi quando a crise apertou em Angola. E os congoleses que estavam em Angola estavam confortáveis lá. Quando eles viram a crise apertar, começaram a vir para cá, mas eles vinham como angolanos, porque tinham documentação angolanas. [...] Foi quando começou aquela história de muitos angolanos refugiados. Eles se aproveitavam da situação da parte norte, que foi uma extensão do reino do Congo. Então todo congolês quando entra, ele diz que é do Uíge, do Zaire e Cabinda, falando Kikongo⁷⁰ e Lingala⁷¹, que é o dialeto dessa área. Quando eles vão para um lugar, eles preservam a língua deles, que é o Lingala ou o kikongo (FERNANDA, SESC 24 de maio, São Paulo, 2019).

Segundo o relatório Women’s Commission for Refugee Women and Children (2003), a população angolana vivenciou por 41 anos guerras civis, desde a guerra da independência em Portugal (1961-1975), até a guerra civil entre o governo de Angola e as forças opositoras (1975-2002). O resultado desse longo e violento processo foi a morte de mais de 500 mil civis, sendo a maior parte composta de mulheres e crianças. Nesse período, 4 milhões de angolanos foram deslocados e 600 mil foram em busca de refúgio. A situação se agrava, quando, recentemente a República Democrática do Congo tornou-se um agente no contexto angolano: as violência e tensões étnicas no Congo fizeram com que 33.000 congoleses buscassem refúgio na Angola em 2017 (UNHCR, 2017).

Ainda hoje, os reflexos dos anos de guerra civil são percebidos nos diversos movimentos da sociedade civil, como é o caso dos fluxos migratórios (ONUBR, 2016). Assim, a dinâmica migratória da República Democrática do Congo se relaciona ao contexto angolano. A situação no país hoje está mais pacífica. Em 2019, o número de refugiados

⁷⁰ Segundo o National African Language Resource Center (NALRC, s. d., s.p.), “Kikongo é uma língua Bantu do ramo Benue-Congo da família de línguas Níger-Congo. Existem muitos dialetos, entre eles Sul do Congo, Kongo Central, Kongo Ocidental (Fiote, Fioti), Bwende (Buende), Kongo Oriental, Kongo do Sudeste e Nzamba (Dzamba). [...] O kikongo é falado por quase 6 milhões de pessoas na República Democrática do Congo (anteriormente Zaire), na República do Congo (Brazzaville), Angola e Gabão”. No Anexo 2 é possível observar a vasta área onde o kikongo é falado.

⁷¹ O National African Language Resource Center (NALRC, s. d., s.p.) afirma que o “Lingala é uma língua bantu central que pertence ao maior filo de línguas africanas: o Níger-Congo. É uma das quinhentas línguas bantus estimadas (junto com Cishona, Gikuyu, Kikamba, Kikongo, Kiswahili, isi Zulu, Setswana e isiXhosa) que são faladas em grande parte da África Subsaariana desde os Camarões até República da África do Sul.” É falado por aproximadamente 25 a 38% da população.

congoleses no território angolano estava em 23.600 e, até o final do ano, 18 mil retornaram ao Deste modo, notamos que a Angola se caracteriza por processos de emigração e imigração e consequente rotatividade migratória (BAENINGER, 2012), em um contexto de migrações em tempos de crises políticas e humanitárias (BAENINGER, 2017).

Dani nasceu no Congo, assim como Lucia e o marido de Lucia, que são seus tios. Sua família toda imigrou para Angola há 8 anos e passaram a viver em Luanda. Lucia se mudou para São Paulo grávida, com seus dois filhos e conseguiu reunião familiar ao ter o terceiro. Toda família, inclusive os demais que vivem no Brasil que foram rapidamente citados nas entrevistas realizadas, são identificados como angolanos, mesmo que tendo nascido na RDC. O idioma falado por eles no cotidiano é o Lingala.

Desta forma, atribuo a esta modalidade o nome de “Congolanos”. Congolanos são aqueles imigrantes que nasceram na região fronteira entre Angola e RDC e que vieram ao Brasil como angolanos e não se sabe sua origem exata, a não ser por seus relatos pessoais. Dentre as estratégias, estão as mulheres que imigrantes solo, com crianças pequenas e/ou grávidas, como foi o caso de Lucia e Dani, pertencentes à mesma família. Ambas utilizaram da mesma rede de familiares que vive no Brasil. Ainda há outros familiares que estão em Angola aguardando que a situação das fronteiras fique “menos apertada” para que façam esta mesma trajetória.

Tanto Lucia quanto Dani mencionaram a possibilidade de ir à França em seus projetos migratórios. Mencionaram também a possibilidade de ir ao Canadá. São muitos dos colegas que fazem esse caminho. No entanto, ambas acreditam que as condições de vida no Brasil estão boas e que devem permanecer no país. Mario mencionou que muitos angolanos continuam na rota e não conseguem passar as fronteiras. Essa dificuldade crescente torna mais difícil a estratégia de dar continuidade na migração, tornando o Brasil um país de passagem. No entanto, esta não deixa de ser uma possibilidade, a depender da situação de vida que enfrentarão enquanto vivem no Brasil.

O importante é que estamos documentados e estamos no Brasil. O resto a gente vê mais para frente (LUCIA, Galeria Presidente, São Paulo, 2019).

Dani, Lucia, seu marido e as três crianças, quando se reúnem aos domingos, compartilham de um mesmo espaço, onde almoçam em família e trocam suas experiências brasileiras, angolanas e congolesas, de maneira leve e cotidiana. Em Lingala, idioma falado na região norte de Angola e Sul do Congo, a conversa fluía. A televisão ligada no canal da

Record ao fundo, enquanto as crianças brincam e conversam em português entre si, marcam um espaço de uma família imigrante no cotidiano, marcado pela transnacionalidade.

Durante a entrevista, Dani respondia mensagens de áudio em Lingala, enquanto conversava comigo em português. As redes sociais transnacionais se concretizam através dos aparelhos eletrônicos, como o uso constante do celular e mensagens de áudio trocadas com amigos e familiares que continuam em Angola. Esses são retratos de um sistema de relações local-global, onde a conexão com pessoas situadas em outros territórios

Modalidade de Cultura

Eu me descobri negro no Brasil, porque no meu país todo mundo é negro (ISAC, professor, escritor, pintor, gestor de projetos culturais, entrevista feita por telefone, São Paulo, 2020).

A modalidade de cultura surgiu a partir de conversas feitas com angolanos, homens e mulheres, que vivem no Brasil e usam a arte como trabalho e como forma de empoderar e trazer conhecimento para brasileiros e brasileiras. É um movimento que se encontra em plena expansão em São Paulo, sobretudo com a maior visibilidade da luta negra nos espaços do cotidiano. Há diversas iniciativas que se dedicam a empoderar, politizar, dialogar, discutir, trazer propostas, iniciativas e projetos para espaços que são predominantemente e estruturalmente ocupados pelos brancos.

Uma parcela da população negra africana, percebendo esses locais como potenciais espaços de troca para uma educação que valorize mais sua cultura no Brasil e, ao mesmo tempo, percebendo esses espaços como uma forma que torna suas permanências economicamente viáveis no Brasil, passou a expandir suas áreas de atuação em São Paulo, trabalhando ativamente em projetos que buscam, de diversas formas, realizar esse intercâmbio cultural, de valorização de suas histórias e origens.

O que um angolano, como um africano, tem de cultura matriz e o que ajuda o afrodescendente no caminho de volta para casa, porque nos últimos anos a afrodescendência vem resgatando seus valores de ancestralidade. Vim trazer minha história como produto artístico, como produto de pensamento lógico para ajudar essas pessoas se resgatarem. É importante de os brancos entenderem que passa por um processo de valorização do resgate dos valores morais (ELIAS, poeta, gestor de projetos culturais, entrevista feita por telefone, São Paulo, 2020).

Os centros de cultura são espaços frequentemente procurados para divulgação da arte e cultura. E foi a partir desses espaços de cultura que uma rede de artistas de diversas

nacionalidades começou a ser estruturada, possibilitando a criação de um novo nicho de projetos que promovem a cultura africana em São Paulo. O “Projeto Raízes” nasceu em 2014, se consolidando como “Coletivo Raízes”⁷² em São Paulo, com diversos projetos financiados pela Prefeitura de São Paulo, como é o caso do Festival de Cinema, Arte e Literatura Africana, bem como dos intercâmbios culturais promovidos pelo Coletivo e financiados pela prefeitura. Ao longo dos últimos anos, diversas temáticas foram abordadas e, mais recentemente, Elias vem, junto do Coletivo, desenvolvendo um projeto para aproximar as mulheres africanas que são artistas, para realizar este intercambio cultural de valorização da arte africana em São Paulo. Elias, produtor cultural, afirma que encontrou em São Paulo um espaço pouco explorado de produção cultural artística de mulheres africanas, desenvolvido a partir do movimento feminista e da arte contemporânea:

Dar prioridade às escritoras angolanas. Hoje eu acabei entendendo a expansão e valorização da arte feminina aqui no Brasil, que por sinal, tanto com o feminismo como também com a valorização de uma arte contemporânea feminina aqui no Brasil está a se expandir muito. Então acabei criando um projeto onde resgato mulheres angolanas que escrevem e que nunca são reconhecidas e trago essas mulheres para o Brasil, para bate-papo, para lançamento de livros e para conversas. Trazendo alguns escritores aqui, esses escritores voltam, falam do meu trabalho no Brasil e me procuram para vir. Então a gente vai crescendo. [...] Meu trabalho acaba inspirando muita gente (ELIAS, poeta, entrevista feita por telefone, São Paulo, 2020).

Esse espaço, segundo Elias, é uma forma de promover o Brasil enquanto espaço de consumo da arte africana, em uma rede de artistas que encontram no Brasil um público interessado e deficiente no conhecimento sobre a história da África. O projeto, que abriga diversas iniciativas, busca dar ao africano a oportunidade de contar a história de seu continente e sua região, tendo seu espaço de fala garantido, além de promover o intercambio e a integração das culturas que são distintas, mas guardam em sua essência uma raiz comum.

⁷² O Coletivo Raízes, é um grupo formado por jovens artistas, acadêmicos e ativistas africanos residentes no Brasil. O seu principal objetivo é a promoção e conhecimento da cultura africana no Brasil. o coletivo já publicou uma coletânea de textos literários que resultou na obra “Negras de lá, negras daqui”, realizou o I FESCALA “Festival de Cinema, Arte e Literatura Africana” publicou o primeiro catalogo de fluxo migratório das comunidades africanas na cidade de São Paulo. Facilita o acesso às expressões culturais dos países africanos e contribui com o resgate histórico cultural sobre uma África que não parou com o processo da escravidão (VIRADA DA CONSCIÊNCIA, 2019).

Através desse projeto, vários africanos começaram a falar da África que nós conhecemos, para que nós pudéssemos ter um lugar de fala. Há muitas interpretações equivocadas, porque os afrodescendentes no Brasil trazem uma África mítica, não uma África que existe. Agora, mais do que nunca, precisamos nos unir com os afrodescendentes e falar sobre o que é a África (ISAC, professor, escritor, pintor, gestor de projetos culturais, entrevista feita por telefone, São Paulo, 2020).

A cena artística em São Paulo é predominantemente ocupada por homens, conforme nota Marina: “Mulheres têm menos acesso, maiores dificuldades e desafios para adentrarem, menos acesso aos espaços e ao mercado artístico”. Marina, após terminar a graduação, passou a se dedicar à arte, migrando de Porto Alegre para São Paulo com o objetivo de se engajar neste projeto pessoal. Marina veio ao Brasil para cursar o ensino superior, no programa do governo. Este foi um plano de sua família, que a apoia até hoje. No entanto, após finalizar seus estudos, Mariana percebeu a arte como forma de realização pessoal.

Há aqueles que preferem se formar primeiro e depois mais fortemente se dedicar ao mundo da arte [...] a gente vem com a responsabilidade da formação. Tem nossa família, que no princípio vem enviando mensalidade para você conseguir se manter (MARINA, economista e poeta, entrevista feita por telefone, São Paulo, 2020).

Marina, assim como Elias e Isac, percebem São Paulo como a capital da arte no Brasil, sendo o local onde tem mais investidores, como projetos e casas de cultura, bem como um público consumidor potencial. No entanto, Marina ressalta a necessidade de estar em contato com uma rede de pessoas que já tenham trilhado esse caminho para conseguir se inserir nesse nicho. Além disso, Marina fala sobre as dificuldades adicionais enfrentadas por ser estrangeira e africana, o que dificulta ainda mais o acesso a certos espaços. Nesse aspecto, é necessário que esta rede dê suporte para que novos artistas africanos sejam inseridos na cena artística de São Paulo.

Acho que São Paulo é a metrópole para as artes, apesar de ser mais aberta entre aspas. Eu também diria que é uma selva, há de se ter contatos e se formar uma rede para se conseguir acesso aos espaços. Então vim aqui para conhecer esse universo, para também editar meu primeiro livro, porque apesar de escrever há 5 ou 6 anos, eu ainda não tenho um livro editado, então é esse meu projeto para esse ano. [...] No Brasil tem maior espaço de receber e promover a arte. Infelizmente só entre São Paulo e Rio de Janeiro. Essas duas metrópoles concentram, também pelo seu poder econômico. Começa com o fator dinheiro, porque não basta ter apenas pessoas interessadas, deve-se ter também o dinheiro para remunerar o trabalho do artista (MARINA, economista e poeta, entrevista feita por telefone, São Paulo, 2020).

O fato de ser mulher coloca outras barreiras no acesso aos espaços de produção artística. Uma rápida busca nas redes sociais que fazem divulgação de eventos que envolvem africanas, nos leva a encontrar mulheres ocupando, sobretudo, os espaços voltados para a dança. Mais raro são os casos de mulheres em espaços de liderança, trazendo sua própria produção e conhecimento, conforme nota Marina:

Mulheres têm menos acesso, maiores dificuldades e desafios para adentrarem, menos acesso aos espaços e ao mercado artístico. Temos poucas mulheres africanas a falar. Temos homens africanos a falar sobre mulheres, mas raramente vêm artistas, escritoras, africanas a terem acesso ao espaço (MARINA, economista e poeta, entrevista feita por telefone, São Paulo, 2020).

Marina busca, com sua participação na cena artística africana em São Paulo, desconstruir o estereótipo do africano e, sobretudo, da mulher africana. Uma forma de fazer isso, é, segundo ela:

Trazendo o conhecimento científico dentro do campo da arte. Seria importante que essas mulheres que estivessem a produzir conhecimento, que sejam lidas, vistas e referenciadas (MARINA, economista e poeta, entrevista feita por telefone, São Paulo, 2020).

Esse espaço da cultura é acessado por imigrantes escolarizados, que já estão no Brasil há mais tempo e migraram com outros projetos migratórios, geralmente associados aos estudos de nível superior no Brasil, como é o caso dos 3 entrevistados nessa modalidade. No entanto, este espaço, que vem se consolidando na última década em São Paulo, passou a atrair imigrantes de Angola, que buscam no Brasil um espaço de promoção da arte e da cultura de seus países. Há também aqueles imigrantes angolanos que decidem parar os estudos para se dedicar exclusivamente à arte, segundo Marina afirma.

Um outro espaço importante consolidado na cultura angolana em São Paulo é o espaço da música e da dança, em ritmos como o kuduro, o quizomba, entre outros. Estes ritmos angolanos se apresentam no Brasil em formato de aulas e demonstrações artísticas e culturais. Na Avenida Paulista, por exemplo, um grupo de dança de quizomba se reúne semanalmente, dando aulas da dança para brasileiros. O grupo está em pleno crescimento e a busca por aulas de danças africanas tem se tornado cada vez maior, reflexo da presença desses imigrantes em São Paulo.

A modalidade de cultura é ocupada majoritariamente por homens, mas que passa por um processo de transição, em que mais mulheres africanas estão buscando ter mais espaço e representatividade. É um nicho da migração africana no Brasil que está pouco em pauta nas

discussões, mas que abre uma ampla agenda de pesquisa, por trazer aspectos que dialogam diretamente com a população brasileira, numa forma de desconstruir interpretações.

A presença de imigrantes africanos e, mais especificamente, angolanos, em São Paulo através de conteúdos culturais imateriais e materiais corrobora com a construção de outros olhares e interpretações do continente africano, para além da herança histórica e escravocrata. São Paulo é um espaço marcado pela dinâmica global transnacional, inclusive no que diz respeito à arte, que vem sendo usada como forma de combater e ressignificar a presença do imigrante e de sua história no Brasil.

A Foto 6, do quadro de uma artista angolana, Fineza Tenta, reconhecida internacionalmente por suas obras retratando mulheres angolanas, expressa muito da força da mulher angolana, bem como uma certa melancolia. A arte é uma forma de compreender com maior profundidade aquilo que não se traduz em palavras. Fineza Teta⁷³ foi uma das entrevistadas para essa pesquisa, mesmo não sendo imigrante no Brasil, mas pela sua sensibilidade em captar a essência das mulheres de seu país. Ela fala sobre as dificuldades de ser mulher artista em Angola e sobre a valência que a mulher angolana representa:

Ser artista em Angola é um carrossel, hoje se está em cima, amanhã está embaixo. [...] Eu havia de ser percebida como mulher no meio artístico como o que eu gostava de fazer, porque não conseguia nem definir como uma profissão. Não me pergunte por que eu gosto de pintar mulheres. Gosto simplesmente. Gosto de rostos, gosto de expressões. Acredito que os olhos são as janelas da alma. As mulheres são a continuidade do universo, educar uma mulher é educar um universo e, sobretudo, pintar elas, falar sobre elas, me alegra. Suas expressões. Pessoas me disseram, tem muita melancolia no olhar delas. Pode ser algo incubado em mim. A mulher é vida, a mulher é força, a mulher é pungência. [...] São mulheres muito resilientes, corajosas e destemidas. Ela atravessa a fronteira em busca daquilo que quer, vai a frente e nunca espera aquilo que o homem lhe traz. Sobretudo depois do pós-guerra, temos estado a aprender a nos desenvolver, tirando aquelas do meio rural, que ainda caem nessas armadilhas. Mas de modo geral, a mulher cosmopolita de Luanda, d'Angola, são mulheres firmes, mulheres que sabem o que querem, hoje em dia bem instruídas (Fineza Teta, 2019, entrevista pelas redes sociais).

⁷³ Foi a primeira mulher a ganhar, na categoria de artes plásticas, o renomado Ensa-Arte 2014.

FOTO 7 – "Maria...Mery" de Fineza Teta, artista angolana



Fonte: TETA, F. (2019).

3.3 Expectativas temporais e redes sociais na trajetória da migração angolana em São Paulo

Indivíduos não migram, redes migram (TILLY, 1990, p. 84).

Para compreender as complexas dinâmicas envolvidas em um processo migratório, dois conceitos basilares são acionados, se tornando ferramentas para a identificação das modalidades. Os conceitos de “redes sociais” (MASSEY, 1990) e de “expectativas temporais” (ROBERTS, 1995) são acionados neste estudo porque indicam a

dinamicidade do fenômeno migratório, além de reconfigurarem a todo momento as estratégias da migração, contribuindo para perfis das chamadas migrações mistas. As expectativas temporais podem ser observadas tanto em indivíduos, quanto em grupos e fluxos migratórios. Observar o fenômeno das dinâmicas migratórias a nível macro é uma potente forma de compreender as individualidades que também compõe parte de uma trama de dinâmicas de um fenômeno que abrange todos os movimentos migratórios. Esta seção tem por objetivo articular apresentar a noção de expectativa temporal, aliada ao conceito de redes sociais, para melhor compreender as modalidades migratórias nas migrações mistas observadas em campo, num diálogo com a dinâmica destas relações.

Segundo Fusco (2001), a análise dos laços sociais no contexto migratório é tão determinante quanto os fatores econômicos e individuais. O autor afirma que através das redes sociais, os fluxos migratórios criam autonomia, com menor possibilidade de mudanças a curto prazo e maior exposição a riscos no âmbito econômico. “As relações sociais transmitem e modelam o efeito das estruturas econômica e social nos indivíduos e família. Além disso, laços sociais transmitem informação sobre locais de destino e fontes de assistência para o ajuste inicial do migrante” (FUSCO, 2001, p. 16).

Homens e mulheres acessam diferentes redes sociais, tendo formas de apoio distintas ao longo de suas trajetórias migratórias, inclusive no que diz respeito à seletividade migratória, que é diretamente influenciada pela composição do fluxo e das redes (PERES, 2014). Compreender a composição do fluxo e as trajetórias traçadas na migração exige fazer uma análise direta sobre os papéis desempenhados nos diferentes estágios da migração (BOYD; GRIECO, 2003), pois as relações hierárquicas nos domicílios (tanto no local de origem, quanto no de destino) são fatores importantes na análise das migrações, principalmente quando se trata de espaços da migração ocupados predominantemente por mulheres, como é o caso das modalidades acima mencionadas.

Nesse sentido, compreender a migração enquanto processo social exige compreender as trajetórias para além das motivações econômicas, onde as famílias desempenham o papel de provedores ou receptores de remessas. As dinâmicas familiares, daqueles que emigram daqueles que permanecem, são importantes em múltiplos aspectos da vida de um migrante em um mundo transnacional (SANCHÉZ, 2012), inclusive nos projetos migratórios e expectativas relacionadas a estes projetos.

Um fator importante na análise da migração é o fator temporal. Este aspecto é sempre levado em consideração pelo indivíduo no momento da migração, sem perder de vista que a composição dos fluxos e as redes acionadas afetam e são afetadas diretamente por este

fator. O tempo esperado de duração da migração é o que Roberts (1995) chama de “expectativa temporal” da migração. Esta expectativa está em constante mutação, é dinâmica e varia nos diferentes estágios do processo migratório. Ela é construída com base em fatores como a rede social acessada, a dimensão familiar e o gênero do migrante. Expectativas temporais não apenas compõe apenas decisões dentro do domicílio, como também fazem parte e afetam grupos de imigrantes inteiros, que constroem uma identidade coletiva através das experiências migratórias no país de destino.

Um exemplo são as mulheres angolanas que chegam ao Brasil grávidas, na expectativa de ter seus filhos no Brasil e, assim, conseguir permanência seguido de reunião familiar. Esta estratégia, adotada por Dani e Lucia, faz parte de uma estratégia difundida pelas mulheres angolanas como bem-sucedidas, não apenas no âmbito do grupo, como também no âmbito da família que, segundo as redes acionadas e informações obtidas, planejou o deslocamento com base em tempo da permanência, tempo da gravidez, entre outros aspectos.

A expectativa temporal, portanto, está nos vários níveis da trajetória de um imigrante, sobretudo porque a migração é um movimento coletivo e não individual, conforme Roberts (1995, p. 45) afirma: “A imigração é um processo em grupo e não individual, porque a decisão de migrar normalmente é feita dentro de um contexto coletivo, que inclui a família e a comunidade local”. Além disso, as trajetórias são feitas de múltiplos direcionamentos e não apenas como origem destino, conforme Peres afirma:

Trajetórias migratórias não se definem, portanto, apenas pelo percurso completado pelos migrantes em direção a seu destino, até mesmo porque este lugar é muitas vezes redefinido a partir de renegociações de papéis e estratégias no âmbito das famílias. É importante, portanto, apreender o uso estratégico de cada um dos espaços componentes desta trajetória, em suas variadas formas (PERES, 2014, p. 158).

A rede familiar é outro fator importante na migração, sendo reconhecido, inclusive, como um fator central nas estratégias de sucesso da migração (ROBERTS, 1995). Em todas as modalidades mencionadas, a família foi um fator central em toda a trajetória do imigrante. Mesmo para as mulheres imigrantes solo, no caso da modalidade de saúde nas migrações mistas, as trancheiras e as congolanas, o tempo da família perpassou a todo momento seus planos e estratégias migratórias. Para as mulheres migrantes solos que estão em busca dos serviços de saúde, o planejamento familiar está no centro de suas decisões. O tempo de retorno, de permanência ou a estratégia de reunião familiar estão diretamente relacionados aos planos feitos, normalmente dentro de um núcleo familiar.

Além disso, Roberts (1995) afirma que a persistência da imigração para um determinado local ao longo do tempo influencia na expectativa da duração da migração, porque ela renova a cultura migrante com novos membros do país de origem. É o caso da migração de angolanos para São Paulo, na modalidade cultural. Nesta modalidade, os imigrantes já vivem no Brasil há algum tempo e percebem na arte e na cultura uma possibilidade de permanência e subsistência no espaço de São Paulo. Isso ocorre, porque desde o começo dos anos 2000, a presença de angolanos e africanos demandou espaço nas artes, gerando mudanças e renovando a cultura do imigrante no espaço. Percebendo esta oportunidade potencial através das redes sociais acessadas, outros imigrantes passam a redefinir suas expectativas temporais, redefinindo também seus projetos migratórios. Ou seja, imigrantes angolanos, que percebem em São Paulo uma lacuna na compreensão do brasileiro sobre o continente africano, redefinem suas estratégias migratórias, pois passam a atuar diretamente na desconstrução da compreensão do imigrante, através da arte e da cultura.

A identidade étnica transnacional é outro aspecto importante na análise das migrações internacionais das expectativas temporais, segundo Roberts (1995). As redes sociais e comunidades transnacionais, nessa perspectiva, podem ter impactos positivos ou negativos para o fluxo migratório.

A formação de culturas étnicas transnacionais pode enfraquecer a coesão temporal de comunidades co-étnicas, uma vez que identidades étnicas transnacionais dependem do contato contínuo entre imigrantes e aqueles do país de origem, contatos estes que possivelmente as próximas gerações não terão. Consequentemente, embora a identidade étnica transnacional seja potencialmente uma forma identitária do imigrante, é também a forma mais prejudicial da coesão co-étnica intergeracional quando o fluxo migratório é de longa data (ROBERTS, 1995, p. 64).

Aqui retomando a modalidade de trancheiras no centro de São Paulo, uma rede complexa e extensa, composta por mulheres de muitos países do continente africano, que usam o espaço da Galeria Presidente para manter suas origens e garantir, de alguma forma, sustento e coesão em suas demandas, através de uma rede de apoio. Esta comunidade étnica, composta por africanos e africanas, mantém viva a cultura de seus países de origem, falando seus idiomas, usando roupas típicas, consumindo produtos africanos, ouvindo músicas e se alimentando com a comida típica de seus países de origem. Por outro lado, aquele espaço no centro de São Paulo garante uma grande circulação de pessoas, inclusive brasileiros, que interagem diretamente com aqueles imigrantes através do consumo de seus serviços. Há, ali, uma troca cultural tão importante para o imigrante quanto para o brasileiro. A resistência de

comunidades transnacionais no país de destino é também uma forma de fazer o país de origem compreender a multiplicidade e riqueza étnica e cultural do local onde vive, desmistificando ideias criadas através do preconceito e da discriminação e reconhecendo o imigrante enquanto parte das dinâmicas sociais, econômicas e culturais daquele local. Portanto, a presença de angolanos que mantêm sua identidade em São Paulo, se protegendo em suas redes e espaços, é também uma forma de garantir que as próximas gerações serão criadas em um ambiente permeados por suas raízes ancestrais, ao mesmo tempo garantindo trocas com o local que nasceram.

Portes (1999) afirma que a presença de comunidades transnacionais é uma forma de dar suporte a uma cultura étnica coesa, tornando-a menos propensa a sofrer discriminações por serem minorias. Além disso, a rede acessada fornece ao imigrante escolhas e alternativas, levando-o a uma reformulação de sua rota. As mulheres trancheiras da Galeria Presidente exercem esse papel de garantir uma proteção, através de uma rede coesa, que garante a permanência de famílias, além de ter um espaço de troca de experiências, em uma rede dinâmica e multiétnica.

As dinâmicas migratórias são diretamente afetadas pelas políticas e leis vigentes no momento da migração, tanto no país de origem quanto no país de destino. Não basta ter uma rede bem consolidada. As expectativas temporais estão também diretamente associadas às políticas vigentes nos órgãos reguladores das fronteiras, sendo afetadas de maneira positiva ou negativa a depender dos interesses do. Durante o campo exploratório, um dos imigrantes pertencentes à modalidade de congolanos, por exemplo, mencionou que parte de seus familiares não conseguiu emigrar para o Brasil ainda, pois, com o atual governo brasileiro, as fronteiras estão mais rígidas, sobretudo na embaixada do Brasil em Angola que não está gerando vistos para os angolanos. Sua família, portanto, está aguardando que as fronteiras se afrouxem para conseguirem realizar o deslocamento. Suas expectativas temporais sofreram mudanças dadas as condições políticas atuais impostas pelos órgãos reguladores nas fronteiras, mesmo com a presença de uma rede familiar já estabelecida no país de destino.

A modalidade estudantil é bastante diversa: desde imigrantes que chegam através de programas do governo e que recebem auxílio, até estudantes que iniciam cursos técnicos e recebem ou não auxílio dos pais. Esta é a modalidade com maior número de registros dentre as ocupações declaradas no Sistema Nacional de Cadastros e Registros. Esta modalidade também é afetada pelas expectativas temporais: as angolanas desta modalidade entrevistadas migraram para realizar os estudos com apoio da família, que aguarda que elas retornem. No entanto, suas trajetórias foram redefinidas, segundo seus objetivos pessoais e possibilidades

que foram encontradas. Marina se mudou para São Paulo para trabalhar com arte e cultura, estendendo sua permanência no Brasil para se dedicar à arte, Eliane, esperando que houvesse uma pós graduação na área de estética, pretende buscar opções melhores nos Estados Unidos, onde sua prima vive. Ou seja, suas redes sociais lhes abriram novas possibilidades, que foram redefinidas no país de origem, alterando suas expectativas temporais, característica da modalidade mista da migração.

Pensar a noção de expectativa temporal para compreender as dinâmicas migratórias não parte do pressuposto que esta é a única forma de analisar o fenômeno. Compreendê-lo a através desta perspectiva é também saber que a análises sobre outros fatores sócioestruturais são tão importantes quanto a perspectiva temporal. A análise temporal transpassa transversalmente todos os fatores da migração e por isso a importância de levá-la em consideração. Fatores como a composição do fluxo, as estratégias e planos familiares e as redes sociais foram mencionados como eixo desta análise, uma vez que as modalidades migratórias apresentadas têm sua relevância na constituição da migração angolana.

Tendo esses pressupostos em vista, é possível afirmar, portanto, que as mulheres angolanas acessam diferentes redes, como parte de suas estratégias migratórias, segundo seus interesses e condicionantes temporais e estruturais da migração. A imigração de mulheres é caracterizada por diferentes estágios do ciclo vital, o que interfere com maior peso na vida das mulheres, dado que estas assumem múltiplos papéis, como a função da maternidade, da reprodução, do cuidado, do vínculo familiar, entre outras funções, muito atreladas às dimensões familiares, mas também de aspiração individual da migração (CHAVES, 2000). Conforme afirma Peres (2014, p. 159), “a ‘experiência vital’ se modifica não apenas pela saída de homens e mulheres de seus lugares de origem, mas também pelos diferentes recursos encontrados ao longo das trajetórias e pelas mudanças experimentadas em cada uma das etapas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Em cada navio, invisível e lógica, embarcava a Rainha Jinga” (Câmara Cascudo).

Tem que ter espírito de pantera ou espírito de leoa para conseguir uma forma de conquistar seu espaço com o trabalho em São Paulo (MARINA, economista e poeta, entrevista feita por telefone, São Paulo, 2020).

N’Zinga de Angola (1582-1663) foi o maior símbolo de resistência africana à colonização, chefiando exércitos contra a invasão portuguesa no Ndongo, parte norte de Angola, até os 73 anos de idade, descrita como destemida por desafiar todas as limitações impostas por ser mulher (HEYWOOD, 2017). Suas histórias chegaram ao Brasil, através da oralidade daqueles que foram escravizados, sobretudo através da capoeira, luta originária da região do Ndongo (FONSECA, 2018). Mulher, guerreira, líder:

Ginga recebia em seu kilombo pessoas vindas das mais diversas localidades, o que mostra sua habilidade em agregar povos de diversas origens. [...] A rainha Ginga foi transformada em monumento, capaz de mobilizar a memória coletiva da nação angolana e perpetuar o sentimento de luta contra o estrangeiro (FONSECA, 2018, p. 96-97).

É pelo símbolo de uma mulher marcada pelo heroísmo, que resistiu à violenta e forçada diáspora dos povos africanos, que está presente no imaginário brasileiro e angolano, como uma lembrança da raiz cultural que une o brasileiro ao angolano, que esta dissertação se refere às mulheres angolanas que vivem no Brasil como Jingas. Jingas porque resistem, porque se adaptam ao contexto que estão inseridas para sobreviver e garantir a sobrevivência de seus próximos, corajosas mulheres que migram para outro país em busca de atingir seus objetivos pessoais, encontrando maneiras de se inserir numa realidade nova, através de redes de conhecidos, de indicações.

Os dados apresentados no primeiro capítulo ajudam a compreender parte dos desafios quantificáveis enfrentados pelas mulheres em seu país de origem. Angola é um país com gargalos estruturais, dado sua formação histórica, edificada na exploração e violenta colonização portuguesa, seguido de uma forte polarização das organizações da sociedade civil, devido ao contexto internacional. Todos os aspectos históricos de sua formação culminam em um país que enfrenta, até os dias de hoje, profundos obstáculos para o desenvolvimento e bem-estar da população, como falta de acesso aos serviços básicos e empregos precarizados, onde, sobretudo, as mulheres são mais atingidas. Em um cenário de crise econômica, são elas as primeiras a serem desempregadas e sofrerem os impactos das

crises familiares e do país. As mulheres são menos escolarizadas, menos remuneradas, estão menos no mercado de trabalho formal e informal e são mais responsabilizadas pelos cuidados domésticos e de garantia do bem-estar social da família. É possível entender a emigração solo como um fenômeno de emancipação e busca pelos seus planos pessoais, ainda que estejam frequentemente ligadas a um planejamento familiar maior.

As mulheres angolanas mostram sua independência quando chegam ao Brasil dispostas a enfrentar um novo país, onde novos e velhos desafios serão enfrentados. No Brasil, além de enfrentar a estrutura social baseada nas desigualdades de gênero, elas sofrem pela formação da sociedade brasileira também edificada em hierarquias de raça, além do preconceito pelo imigrante “indesejado”, como são frequentemente considerados os imigrantes de origem do continente africano.

No sentido de melhor identificar as trajetórias, dificuldades enfrentadas pelas mulheres angolanas, ao longo da pesquisa, foram sendo identificados diversas modalidades da migração de mulheres angolanas em São Paulo. Estes perfis também apontam para grandes qualidades e potencialidades dessa migração, onde estas mulheres não ocupam um lugar romantizado e nem são vitimizadas pelas suas trajetórias. Ao contrário, como dito anteriormente, são mulheres fortes, que demonstram coragem e astúcia, enfrentando muitos obstáculos para atingirem seus objetivos, que se adaptam e estão dispostas a adaptar seus planos familiares e individuais.

A começar pela modalidade de saúde, marcada pela presença das mulheres migrantes solo, com filhos pequenos e muitas vezes grávidas. Esse perfil foi amplamente divulgado pelas mídias e jornais, uma vez que houve um súbito aumento sobretudo a partir de 2014, com crescente procura até 2016. Em Angola, os serviços de saúde são, muitas vezes precários e pouco acessíveis para a maior parte da população, conforme apresentam os dados do Capítulo 1. Além disso, há uma alta mortalidade infantil, atrelada à defasagem dos serviços essenciais para parte significativa da população. Ademais, os serviços de maior complexidade, como fertilização assistida, são caros e fazem com que muitas delas busquem esse tipo de serviço em outros países, através de redes já consolidadas na área médica. Esta modalidade é, portanto, uma modalidade ampla, que abrange muitos perfis da migração, não apenas de mulheres e não apenas de angolanos. É comum a busca por serviços médicos no Brasil, dada a gratuidade do serviço público de saúde, a qualidade dos serviços e valores menores, em relação a outros países. Portanto, esta modalidade é heterogênea e abrange indivíduos que adotam diferentes estratégias e acionam diferentes redes de apoio, mas todos a fim de acessar os serviços de saúde brasileiro.

Outra modalidade captada, caracterizada sobretudo por imigrantes mulheres, são as mulheres trancheiras, que veem no Brasil uma oportunidade de melhorar a qualidade de vida de seus filhos e família, adotando diferentes estratégias e usando uma habilidade adquirida através de saberes ancestrais, bem aceitos e muito buscados pelas mulheres negras no Brasil, como forma de permanecerem no Brasil. Esse perfil, composto por mulheres de diferentes nacionalidades, compõe uma importante rede de apoio e informação no centro de São Paulo, na Galeria Presidente. É comum que o trabalho de trancheira seja a primeira função remunerada exercida no novo país ao migrarem, sobretudo pela existência de redes consolidadas. Através do trabalho informal, mulheres sustentam famílias inteiras, possibilitando, posteriormente, a reunião familiar.

Uma terceira modalidade encontrada, também bastante consolidada no Brasil, é composta de angolanas e os angolanos que buscam o Brasil com o objetivo de estudar. Este é o maior fluxo, fruto de parcerias entre o governo brasileiro e o governo angolano, incentivos realizados através de bolsas de estudos, uma vez que a educação superior em Angola apresenta grandes gargalos, sendo bastante restrito a um grupo mais privilegiado da sociedade. Também há aqueles que buscam outras formas de se inserir nas universidades brasileiras, sem necessariamente depender de bolsas de estudos. Estes são de um perfil distinto, no geral frequentando cursos técnicos em faculdades particulares. O apoio da família nesse processo é imprescindível, tanto no país de origem quanto no país de destino, sendo esta uma consolidada rede de informações que facilitam todo o processo. É comum a existência de universidades particulares que tem ligação direta com Angola, através de ex-alunos que frequentaram cursos, sendo esta uma outra rede, mais institucional.

Uma quarta modalidade encontrada é a modalidade congolana, composta de imigrantes da região do norte de Angola e Sul do Congo. A região marcada pela alta porosidade das fronteiras, como relatado pelos entrevistados, faz com que alguns grupos de imigrantes se identifiquem como angolanos, como estratégia para a migração. Não há como ter certeza de suas origens, a não ser pelos seus relatos. No entanto, a questão das fronteiras entre Angola e Congo vem gerando alguns conflitos dentro da própria migração angolana.

Por fim, a modalidade de cultura se mostra em plena expansão, principalmente em São Paulo, principal destino das migrações angolanas no Brasil atualmente e local onde a cultura “afro” vem crescendo e tomando cada vez mais espaço da cena artística. Esta modalidade é composta majoritariamente por homens. Foi pelo canal aberto por homens que mulheres angolanas do movimento cultural foram encontradas. Ainda que seja um espaço bastante masculinizado, há uma constante mobilização das temáticas de mulheres na arte e

cultura, representatividade da cultura africana e diversidade. É uma modalidade que também abrange outras nacionalidades, assim como as trancheiras e tem um papel importante no sentido de questionar a imagem que o brasileiro tem sobre o continente africano e sua diversidade. Em São Paulo, cada vez mais imigrantes realizam intercâmbios culturais e acabam permanecendo no Brasil através de suas expressões artísticas. As mulheres ainda são minoria, mas estão buscando ocupar cada vez mais espaço e ter cada vez mais protagonismo nesse movimento.

Nesta pesquisa, ficou claro que não é apenas a motivação da migração que definirá o perfil da migração. Ao longo de toda sua trajetória, o imigrante passa por mudanças, que redefinem suas expectativas temporais, encontrando e se inserindo em novas redes, se adaptando à diferentes modalidades de acordo com o espaço que é aberto, suas potencialidades, profissões e potenciais. O fato de serem mulheres, imigrantes solo, mães são características relevantes na configuração de suas trajetórias da migração, bem como na forma como sofrem interferências do contexto ou na forma como as redes da migração são acionadas e permanentemente reconfiguradas. A migração contemporânea é manifestação de uma complexa trama de fatores estruturantes da sociedade global e de seus processos de reprodução e reestruturação.

É nesse sentido que, mesmo com todas as dificuldades de campo, por serem um grupo bastante fechado, é encantador perceber, através desta pesquisa, o potencial de mudança que este grupo pode causar na sociedade brasileira, quebrando estereótipos e abrindo novos caminhos sobre a compreensão das raízes entrelaçadas dos angolanos e brasileiros. Foi comum, ao longo do campo, que homens imigrantes me apresentassem às mulheres, mostrando que este é um grupo bastante fechado.

A presença majoritária de mulheres na maior parte das modalidades apresentadas, no entanto, demonstra que elas garantem grande espaço nesse fluxo, sendo responsáveis pela mobilidade de famílias inteiras, imigrantes solo e passando por desafios que, nos estudos tradicionais das migrações, não seriam enfrentados por mulheres. Isto demonstra a coragem e poder de mobilizar exércitos inteiros na intenção de melhorar suas condições de vida, sem romantizar todas as dificuldades impostas tanto por serem mulheres, quanto por serem imigrantes, quanto por serem negras e por viajarem solas.

Entender com mais profundidade todos os fatores que se interseccionam nesses diversos perfis é uma agenda de pesquisa importante para futuras investigações. Este trabalho buscou, antes de mais nada, compreender a migração angolana, seus perfis, seus projetos, suas redes, suas expectativas temporais. Não obstante a esses fatores, uma segunda etapa deste

trabalho demanda compreender com maior profundidade como, socialmente, estas mulheres são influenciadas a migrar, a acessar determinadas redes. Para isso, acionar a ideia de interseccionalidade (CRENSHAW, 1994) poderá ser uma forma de interpretar o fenômeno das migrações de mulheres angolanas. Outro aspecto interessante que se percebeu um amplo espaço pouco explorado, é o potencial de mudança gerado através dos movimentos culturais africanos e, mais especificamente, angolano no Brasil. Há uma crescente organização de coletivos e grupos de imigrantes do continente africano que estão percebendo que o brasileiro está interessado na arte como forma de compreender melhor a cultura que vem, cada vez mais, fazendo parte do espaço de São Paulo. Uma análise desse fenômeno cultural africano é uma agenda de pesquisa com grande potencial e importância, pouco explorada.

Por fim, compreender as mulheres angolanas no espaço de São Paulo é complexo, adquire múltiplos perfis, apresenta diversas faces, todas elas dialogando diretamente com grandes esforços feitos, que envolveram planejamentos de famílias inteiras e que fazem com que a mulher angolana tenha, em São Paulo e no Brasil, um espaço de mudança potencial de seu entorno, agregando à cultura brasileira e criando sólidos pontes laços entre os dois países.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA LUSA. **Taxa de desemprego em Angola aumentou para 31,8% no último trimestre de 2019**. Disponível em: <https://observador.pt/2020/03/04/taxa-de-desemprego-em-angola-aumentou-para-318-no-ultimo-trimestre-de-2019/>. Acesso em: 05 maio 2020.
- ADUS – INSTITUTO ADUS DE REINTEGRAÇÃO DO REFUGIADO. **Relatório mensal: informativo de atividades**. São Paulo, SP, Ano 3, n. 24, 2016.
- ALMEIDA, G. A. **Direitos humanos e não-violência**. São Paulo, SP: Atlas, 2001.
- ALMEIDA, G. M. R. **Au revoir Brésil: um estudo sobre a imigração brasileira na França após 1980**. 2013. 437f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013.
- ALMEIDA, G. M. R.; BAENINGER, R. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. In: BAENINGER, R. (org.). **Migração internacional**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2013. p. 23-34. (Por Dentro do Estado de São Paulo, v. 9).
- AMARAL, R. Brasil e Angola no tráfico ilegal de escravos, 1830-1860. In: PANTOJA, S.; SARAIVA, J. F. S. (org.). **Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand, Brasil, 1999. p. 143-194.
- ANGONOTÍCIAS. **Fuga ao fisco: “Máfia” nas importações de cabelo «brasileiro» que entram em Angola**. Angola, 2015. Disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/46465/fuga-ao-fisco-mafia-nas-importacoes-de-cabelo-brasileiro-que-entram-em-angola>. Acesso em: 27 jan. 2020.
- ANGOP. Eleições 2017? História de eleições em Angola. **Agencia Angola Press**, Angola, 2017. Disponível em: https://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2017/8/36/Eleicoes-2017-Historia-eleicoes-Angola,495116eb-f3d2-4d70-a14f-a4a1748c0138.html. Acesso em: 30 jul. 2019.
- AFRICA DIGITAL. **Companhia aérea angolana anuncia suspensão de voos para o Rio de Janeiro**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://africa21digital.com/2019/10/25/companhia-aerea-angolana-anuncia-suspensao-de-voos-para-o-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 19 out. 2019.
- APPADURAI, A. Disjuncture and difference in the global cultural economy. **Theory, Culture and Society**, London, v. 7, p. 295-310, 1990.
- ASSIS, G. O.; MAGALHÃES, L. F. A. Migrantes indesejados?: a “diáspora” haitiana no Brasil e os desafios à política migratória brasileira. In: SILVA, S.; ASSIS, G. O. (org.). **Em busca do Eldorado: o Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais**. Manaus, AM: EDUA, 2016. p. 209-250.
- ASSIS, G. O. **De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares de novos migrantes brasileiros**. Florianópolis, SC: Editora Mulheres, 2012.
- AYDOS, M. R. **Migração forçada: uma abordagem conceitual a partir da imigração de angolanos para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, Brasil (1970-2006)**. 2010. 180f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2010.
- AYDOS, M. Migração forçada: uma abordagem conceitual a partir do caso dos imigrantes angolanos no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 4., 2009, Belo Horizonte, MG. Anais... Belo Horizonte, MG: ABEP, 2009.

BAENINGER, R.; DEMÉTRIO, N.; DOMENICONI, J. Imigração internacional na macrometrópole paulista: novas e velhas questões. **Cadernos Metr pole**, São Paulo, SP, v. 22, n. 47, p. 17-40, 2020.

BAENINGER, R. Migra es transnacionais na fronteira: novos espaços da migra o Sul-Sul. In: BAENINGER, R.; CANALES, A. (coord.). **Migra es fronteiriças**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2018a.

BAENINGER, R. Migra es Sul-Sul: elementos teóricos e evidências empíricas nas migra es internacionais no Brasil no século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 21., 2018, Poços de Caldas, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2018b.

BAENINGER, R. **Migra es transnacionais de refúgio**: a imigra o S ria no Brasil no século XXI. [S. l.], 2017. Disponível em: https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=95642085-e801-8ef2-1011-9fb8cbbc18c7&groupId=265553. Acesso em: 15 jul. 2019.

BAENINGER, R.; FERNANDES, D. (coord.). **Atlas temático**: observatório das migra es em São Paulo. Campinas, SP, Nepo/Unicamp, 2017. (Migra es Internacionais).

BAENINGER, R.; PERES, R. G. Migra o de crise: a imigra o haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de Popula o**, Belo Horizonte, MG, v. 34, n. 1, p. 119-143, 2017.

BAENINGER, R. **Fases e faces da migra o em São Paulo**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2012.

BAENINGER, R.; DOMINGUEZ, R.; AYDOS, M. Condi es de vida da popula o refugiada no Brasil: divulga o da pesquisa de campo e resultados preliminares. In: ENCONTRO DO GT MIGRA OES, 5., 2007, Campinas, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2007.

BAPTISTA, D. M. T. Migra o na metrópole: o caso dos angolanos em São Paulo. **Cadernos Metr pole**, São Paulo, SP, n. 17, p. 103-118, 2007.

BARBOZA, A. Geisel, Lula e Temer: todos apoiam a ditadura em Angola. **Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional**. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://litci.org/pt/mundo/africa/angola/geisel-lula-e-temer-todos-apoiam-ditadura-em-angola/>. Acesso em: 31 jul. 2019.

BASSO, Pietro. Sviluppo diseguale, migrazioni, politiche migratorie. In: BASSO, Pietro. PERO-COO, F. (A cura di). **Gli immigrati in Europa**: disuguaglianze, razzismo, lotte. Parte Prima. Milano: Franco Angeli, 2003. p. 82-117.

BECK, U. **Gegengifte**: die organisierte unerantwortlichkeit. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1988.

BEMBE, M. D. Análise do processo de paz no Enclave de Cabinda. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, n. 20. p. 27-54, 2010. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cea/140>. Acesso em: 20 jul. 2019.

BIDERMAN, I. São Paulo se consolida como capital da saúde e atrai pacientes latinos e africanos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, SP, 15/09/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2018/09/1981726-sao-paulo-se-consolida-como-capital-da-saude-e-atrai-pacientes-latinos-e-africanos.shtml>. Acesso em: 20 dez. 2019.

BILLON, P. L. “Angola”s political economy of war: the role of oil and diamonds, 1975-2000. **African Affairs**, [S. l.], v. 100, n. 398, p. 55-80, 2001.

BOYD, M.; GRIECO, E. **Women and migration: incorporating gender into international migration theory**. Washington, DC: Migration Policy Institute; Migration Information Source, 2003.

BOYD, M. Family and personal networks in international migration: recent developments and new agendas. **International Migration Review**, New York, NY, v. 23, n. 3, p. 638-670, 1989.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Lei n. 6.815, de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1980.

BRASIL. **Decreto-Lei de n. 7.967, de 18 de setembro de 1945**. Dispõe sobre a imigração e colonização e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ, 1945. (Coleções de Leis do Brasil).

BRASIL. Decreto de n. 4.247, publicado em 06 de janeiro de 1921. Regula a entrada de estrangeiros no território nacional. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, Seção 1, 08 jan. 1921.

BRASIL. Decreto n. 9.081 de 3 de novembro de 1911. Dá novo regulamento ao Serviço de Povoamento. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Rio de Janeiro, RJ, 23 dez. 1911.

BRASIL. **Decreto n. 528, de 28 de junho de 1890**. Regulariza o serviço de introdução e localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, RJ, 1890. (Coleção de Leis do Brasil).

BRASIL. Decreto n. 80 sobre estrangeiros, publicado em 31 de março de 1824. In: IMPRENSA NACIONAL. **Collecção das decisões do Governo do Imperio do Brazil de 1886**. Rio de Janeiro, RJ, Typographia Nacional, 1886. p. 58.

BRASIL. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. **Livro 1º dos Actos Legislativos**. Rio de Janeiro, RJ, 02 out. 1850.

BRITO NETO, M. **História e educação em Angola: do colonialismo ao movimento popular de libertação de Angola (MPLA)**. 2005. 260f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

CAMPOS, L. C.; FERREIRA, J. J. A Formação dos movimentos nacionalistas e a libertação de Angola. **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, MG, v. 10, n. 3, p. 40-48, 2013.

CANALES, A. I. **Migration, reproduction and society: economic and demographic dilemmas in global capitalism**. Boston: Brill, 2019 (Critical Global Studies, v. 143).

CANALES, A. I. **E pur si muove: elementos para una teoria de las migraciones en el capitalismo global**. Guadalajara, México: Universidad de Guadalajara; MAPorruá Editor, 2015.

CANO, W. **Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980**. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 2011. (Texto para Discussão, n. 193).

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo, SP: DIFEL, 1977.

CARDOSO, B. **A morte do velho Kipacaça**. Luanda: Editora UEA, 1987.

CARVALHO, J. J. (org.). **O quilombo do Rio das Rãs: histórias, tradições, lutas**. Salvador, BA: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1996.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1999. (O Poder da Identidade, v. 1).

CASTLES, S.; MILLER, M. La era de la migración: movimientos internacionales de población en el mundo moderno. **Migraciones Internacionales**, Geneva, v. 3, n. 2, p. 175-178, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/migra/v3n2/v3n2a8.pdf>.

CEIC-UCAN. **Relatório económico de Angola, 2016**. Luanda, 2017.

CHAVES, F. **Mulheres migrantes: senhoras de seus destinos?: uma análise da migração interna feminina no Brasil: 1980/1991**. 2000. 169f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000.

CONARE – COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNTQ4MTU0NGItYzNkMi00M2MwLWFhZWMTMmBiM2I1NWVjMTY5IiwidCI6ImU1YzY3OTgxLTY2NjQtNDEzNC04YTBJLTY1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOjh9>. Acesso em: 22 nov. 2019.

CORREIA, P. **O fim da África Austral branca**. Lisboa: OBSERVARE Universidade Autónoma de Lisboa, 2010.

COSTA, N. B. N.; GURGEL, H. C. Potencialidades e limites dos registros administrativos no estudo dos fluxos migratórios para o Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 12., 2017, Porto Alegre. **Anais...** [S. l.]: ANPEGE, 2017.

COUTINHO, F. PF indica lula por própria de R\$20 milhões da Odebrecht a sobrinho. **Época**, São Paulo, SP, 05/10/2016. Disponível em: <https://epoca.globo.com/politica/noticia/2016/10/pf-indicia-lula-por-propina-de-r-20-mi-da-odebrecht-sobrinho.html>. Acesso em: 10 ago. 2019.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. In: FINEMAN, M. A.; MYKITIUK, R. (org.). **The public nature of private violence**. New York, NY: Routledge, 1994. p. 93-118.

DCE – DIVISÃO DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS. **Histórico do programa: instituição**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/introducao.php>. Acesso em: 27 jan. 2020.

DE HASS, H. Migration and development: a theoretical perspective. **The International Migration Review**, New York, NY, v. 44, n. 1, p. 227-264, 2010.

DE HASS, H. **Remittances, migration and social development: a conceptual review of the literature**. New York, NY: United Nations, 2007. (Social Policy and Development Programme, Paper Number 34).

DIÓGENES, J. Mães angolanas buscam SP e obrigam prefeitura a criar abrigo. **Jornal Estado de São Paulo**, São Paulo, SP, 19/04/2016. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,maes-angolanas-buscam-sp-e-obrigam-prefeitura-a-criar-abrigo,10000026903>. Acesso em: 03 fev. 2020.

DIRVEN, M. **Alcanzando las metas del milênio: uma mirada hacia la pobreza rural y agrícola**. Santiago de Chile, Chile: CEPAL, 2004. (Serie Desarrollo Productivo, n. 146).

- DOMENICONI, J. O. S. **Migração internacional qualificada: trabalhadores do conhecimento em São Paulo no início do século XXI.** 2017. 173f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/322377>. Acesso em: 01 set. 2018.
- DORIA, A. **La cooperacion sur-sur desde una perspectiva transnacional.** [S. l.], 2008. Disponível em: <https://docsGEDIME.files.wordpress.com/2008/02/tc-alejandra-doria.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019.
- DORIA, A. **La cooperación Sur-Sur desde una perspectiva transnacional.** Madrid, Espanha: Centro de Estudios de Posgrado, s.d.
- DUMONT, G. F. Les nouvelles logiques migratoires au XXIe siècle. **Outre-Terre**, [S. l.], n. 17, p. 15-25, 2006. Disponível em: www.cairn.info/revue-oultre-terre-2006-4-page-15.htm. Acesso em: 25 fev. 2020.
- DUMONT, J. C. Les migrations internationales de travailleurs qualifiés: des bénéfiques à partager. In: MOUHOUD, E. M. (ed.). **Les nouvelles migrations: un enjeu Nord-Sud de la mondialisation.** Paris: Universalis, 2006. p. 79-96.
- EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA NA ÁUSTRIA, CROÁCIA, ESLOVÊNIA E ESLOVÁQUIA. **População.** Viena, Áustria, 2018. Disponível em: <http://www.embangola.at/dados.php?ref=dados-demograficos>. Acesso em: 02 jul. 2019.
- EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA NA ÁUSTRIA, CROÁCIA, ESLOVÊNIA E ESLOVÁQUIA. **Localize Angola.** Viena, Áustria, s.d. Disponível em: <http://www.embaixadadeangola.com.br/v2/images/stories/Mapa-de-angola2.jpg>. Acesso em: 20 jul. 2019.
- EPALANGA, K. **Também os brancos sabem dançar.** São Paulo, SP: Editora Todavia, 2018.
- ESTADÃO. Chanceler de Angola diz que seu país deve continuar parceiro estratégico do país. **Estadão Online**, [S. l.], 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/01/02/interna_politica,1017914/chanceler-da-angola-diz-que-seu-pais-deve-continuar-parceiro-estrategi.shtml. Acesso em: 31 jul. 2019.
- FERNANDES, D. (coord.) et al. **Estudos sobre a imigração no Brasil e diálogo bilateral.** Belo Horizonte, MG: OIM/PUCMinas, 2014. (Relatório Ministério do Trabalho).
- FERREIRA, J. J. F.; CAMPOS, L. C. A formação dos movimentos nacionalistas e a libertação de Angola. **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, MG, v. 10, n. 3, p. 40-48, 2013.
- FERREIRA, R. The suppression of the slave trade and slave departures from Angola, 1830-1860s. **História Unisinos**, São Leopoldo, RS, v. 15, n. 1, p. 3-13, 2011.
- FERREIRA, R. Escravidão e revoltas de escravos em Angola (1830-1860). **Afro-Ásia**, Salvador, BA, n. 21-22, p. 9-43, 1999.
- FITUNI, L. L. **Angola: natureza, população, economia.** Moscou: Edições Progresso, 1985.
- FONSECA, M. B. **Ginga de Angola: memórias e representações da rainha guerreira na diáspora.** 2018. 340f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2018.
- FRAZÃO, S. Política (i)migratória brasileira e a construção de um perfil de imigrante desejado: lugar de memória e impasses. **Antíteses**, [S. l.], v. 10, n. 20, p. 1103-1128, 2017.

- FREIXO, A.; FREITAS, J. A imprensa brasileira e o reconhecimento da independência de Angola. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, CE, v. 7, n. 13, p. 235-259, 2011.
- FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. 3. ed. revista pelo autor. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2000.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Fundo de Cultura, 1959.
- FUSCO, W. Redes sociais na migração internacional: o caso de Governador Valadares. **Textos NEPO 40**, Campinas, SP, 2002.
- FUSCO, W. Redes sociais na migração internacional: o caso de Governador Valadares. **Textos Nepo 40**, Campinas, SP, 2001.
- GALVANI, G. Bolsonaro quer nomear filho Eduardo como embaixador dos EUA. **Carta Capital**, [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-quer-nomear-filho-eduardo-como-embaixador-nos-eua/>. Acesso em: 31 jul. 2019.
- GARCIA, P. **Análise global de uma guerra**: Moçambique 1964-1974. Lisboa: Prefácio, 2003.
- GIDDENS, A. **A contemporary critique of historical materialism**. Stanford: Stanford University Press, 1995.
- GIDDENS, A. Action, subjectivity and the constitution of meaning. **Social Research**, New York, NY, v. 53, n. 3, p. 529-545, 1986.
- GLICK-SCHILLER, N.; DARIEVA, T.; GRUNER-DOMIC, S. Defining cosmopolitan sociability in a transnational age. an introduction. In: DARIEVA, T.; GRUNER-DOMIC, S.; GLICK-SCHILLER, N. (ed.). **Cosmopolitan sociability**: locating transnational religious and diasporic networks. London: Routledge, 2012. p. 1-20.
- GLICK-SCHILLER, N. Transnational social fields and imperialism: bring a theory of power to transnational studies. **Anthropological Theory**, [S. l.], v. 5, n. 4, p. 439-461, 2005.
- GLICK-SCHILLER, N. Transmigrants and Nation-States: something old and something new in the U.S. immigrant experience. In: HIRSCHMAN, C.; KASINITZ, P.; DEWIND, J. **The handbook of international migration**. New York, NY: The Russell Sage Foundation, 1999. p. 94-119.
- GLICK-SCHILLER, N.; BASCH, L.; BLANC-SZANTON, C. **Transnationalismus**: ein neuer analytischer Rahmen zum Verständnis von migration. Frankfurt: Campus, 1997.
- GLICK-SCHILLER, N.; BASCH, L.; SZANTON, B. S. Towards a transnational perspective on migration: race, class, ethnicity, and nationalism reconsidered. **Annals of the New York Academy of Sciences**, New York, NY, v. 645, 1992.
- GUARNIZO, L. E.; SMITH, M. P. The locations of transnationalism. In: EADE, J.; SMITH, M. P. (ed.). **Transnational ties**: cities, migrations, and identities. [S. l.]: Transaction Books, 2008. p. 3-34. (Comparative Urban and Community Research).
- GUARNIZO, L. E.; SMITH, M. P. The locations of transnationalism. In: GREELEY, A. M. et al. **Comparative urban and community research**. [S. l.]: Transaction Books, 1998. p. 3-34.
- GUEDES, A. L. et al. Migrações internacionais: impactos dos novos fluxos migratórios no Brasil em perspectiva multidisciplinar. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 42., 2018, Caxambu, MG. **Anais...** São Paulo, SP: ANPOCS, 1998.

GUIZELIN, G. S. A abolição do tráfico de escravos no Atlântico Sul: Portugal, o Brasil e a questão do contrabando de africanos. **Almanack**, Guarulhos, SP, n. 5, p. 123-144, 2013.

HANNERZ, U.; BERNARD, H. (comp.). Transnational research. In: BERNARD, H. R. (org.). **Handbook of methods in cultural anthropology**. Walnut Creek: Altamira Press, 2000. p. 235-256.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo, SP: Loyola, 1992.

HEYWOOD, L. M. **Jinga de Angola: a rainha guerreira da África**. São Paulo, SP: Todavia, 2017.

HOUTART, F. Cooperación Sur-Sur para un paradigma poscapitalista y una nueva modernidade. **Revista Casa de las Américas**, La Habana, n. 277, 2014.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2010.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, RJ, 2000.

IBGE. **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro, RJ, 1991.

IBGE. **Censo Demográfico 1980**. Rio de Janeiro, RJ, 1980.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Anuário de Estatísticas Sociais: dados de 2011-2016**. Luanda, Angola, 2018.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Objectivos de Desenvolvimento Sustentável Relatório de Indicadores de Linha de Base Agenda 2030**. Luanda, Angola, 2018.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Síntese de Conjuntura Económica**, Luanda, n. 22, 2018.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde em Angola 2015-2016**. Luanda, Angola, 2017.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014**. Governo de Angola, março, 2016.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **IBEP: inquérito integrado sobre o bem-estar da população 2008-2009**. Luanda, 2010.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Família e aldeias do sul de Angola: análise do inquérito socio-económico e demográfico nas zonas rurais da região Sul-Sudoeste**. Luanda, Angola, 1990.

JOSE, J. Angola: independência, conflito e normalização. In: MACEDO, J. R. (org.). **Desvendando a história da África**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2008. p. 159-179. (Diversidades Séries). Disponível em: <http://books.scielo.org/id/yf4cf/epub/macedo-9788538603832.epub>.

JUBILUT, L. L. Refugee law and protection in Brazil: a model in South America? **Journal of Refugee Studies**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 22-44, 2006.

KAPUSCINSKI, R. **Mais um dia de vida**. Angola Porto: Campo das Letras, 1997.

KEARNEY, M. The local and the global: the anthropology of globalization and transnationalism. **Annual Review of Anthropology**, Califórnia, v. 24, n. 1, p. 547-565, 1995.

LARA, L. **Um amplo movimento**. Luanda: Edição Lúcio Lara, v. 3, 2008.

- LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. (coord.). **Migrações internas: textos selecionados**. Fortaleza, CE: BNB/ETENE, 1980.
- LEMOS, L. O afroempreendedorismo: saber tradicional, empoderamento e contribuição à indústria criativa. **Extraprensa**, São Paulo, SP, v. 12, n. esp., p. 861-879, 2019.
- LEON BOLOGNA, E.; FALCON, M. C. Migración Sur-Sur: factores relacionales e inserción segmentada de la población boliviana y peruana en la ciudad de Córdoba, Argentina. **Estudios Demográficos y Urbanos**, México, v. 31, n. 3, p. 729-773, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/educm/v31n3/2448-6515-educm-31-03-00729.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2019.
- LEVITT, P.; GLICK-SCHILLER, N. Conceptualizing simultaneity: a transnational social field perspective on society. In: SAHOO, A. K.; MAHARAJ, B. **Sociology of Diaspora: a reader**. India: Rawat Publications, 2007. p. 156-193.
- LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Revista Saúde Pública**, São Paulo, SP, v. 8, supl., p. 49-90, 1974.
- LIBERATO, E. O antes, o agora e o depois: Angola 40 anos depois. **Mulemba – Revista Angolana de Ciências Sociais**, Luanda, v. 5, n. 10, p. 31-51, 2015.
- LIMA, U. M. A cadeia global de valor da indústria automobilística: dinâmica de produção e comércio exterior. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, DF, n. 17, p. 39-55, 2014.
- LOPES, C. M. Refugiados, reintegração e mobilidade interna: um olhar sobre o caso angolano, 2002-2018. **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v. 26, n. 54, p. 61-76, 2018.
- LOPES, C. M. **Tema de reflexão: o impacto da migração para o desenvolvimento, desafios e oportunidades para Angola: agenda global de desenvolvimento pós 2015**. Luanda: OIM, 2013.
- LOPES, C. M.; RODRIGUES, C.; SIMAS, G. **Migração interna, urbanização e saúde em Angola**. Bruxelas: Observatório ACP para as Migrações, 2013.
- LOPES, G. A.; MENZ, M. M. Resgate e mercadorias: uma análise comparada do tráfico luso-brasileiro em Angola e na Costa da Mina (século XVIII). **Afro-Ásia**, Salvador, BA, n. 37, p. 43-73, 2008.
- LOPES, N. **Novo dicionário banto do Brasil: contendo mais de 250 propostas etimológicas acolhidas pelo dicionário Houaiss**. Rio de Janeiro, RJ: Pallas, 2003.
- MAGALHÃES; L. F. A.; BOGUS, L. M.; BAENINGER, R. Migrantes haitianos e bolivianos na cidade de São Paulo: transformações econômicas e territorialidades migrantes. **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v. 26, n. 52, p. 75-94, 2018.
- MARTINE, G. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 19, n. 3, p. 3-22, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n3/v19n3a01.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2019.
- MARTINE, G. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. In: FUNDAÇÃO SEADE. **História e população: estudos sobre a América Latina**. São Paulo, SP, 1990.
- MARTINELLI, F. Das tranças em casa ao corte chavoso: o que é ser cabeleireira na periferia. **Blog Mulherias**, [S. l.], 04/06/2018. Disponível em:

- <https://mulherias.blogosfera.uol.com.br/2018/06/04/das-trancas-em-casa-ao-corte-chavoso-o-que-e-ser-cabeleireira-na-periferia/?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 17 jan. 2020.
- MASSEY, D. S. et al. **Worlds in motion: understanding international migration at the end of the millennium**. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- MASSEY, D. S. Social structure, household strategies, and the cumulative causation of migration. **Population Index**, Princeton, v. 56, n. 1, p. 3-26, 1990.
- MASSEY, D. S. Economic development and international migration in comparative perspective. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 14, n. 3, p. 383-413, 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/1972195.pdf?refreqid=excelsior%3Ad159745e8d38e6fc4802a80cbada7918>.
- MASSEY, D. International migration and economic development in comparative perspective. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 14, n. 3, p. 383-414, 1988.
- MAY, T. Pesquisa social: questões, métodos e processos. In: MAY, T. **Surveys sociais: do desenho à análise**. 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.
- MEDEIROS, K.; VILLAS-BOAS, V.; ANDRADE, E. Externa conservadora: uma nova matriz no Brasil? **Le Monde Diplomatique**, [S. l.], 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/79475-2/>. Acesso em: 31 jul. 2019.
- MENDES, P. **A crise financeira internacional e angola: uma leitura**. 2013. 62f. Dissertação (Mestrado) – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2013.
- MENZ, M. M.; LOPES, G. A. A população do reino de Angola durante a era do tráfico de escravos: um exercício de estimativa e interpretação (c. 1700-1850). **Revista de História**, São Paulo, SP, n. 177, 2018.
- MILLER, J. C. **Way of death: merchant capitalism and the Angolan slave trade, 1780-1830**. Madison, Wisconsin: University of Wisconsin, 1988.
- MILLER, M. S. **Feridas invisíveis: abuso não-físico contra mulheres**. São Paulo, SP: Summus, 1999.
- MOTTA, M. M. M. **Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito (1795-1824)**. São Paulo, SP: Alameda, 2009.
- NAÇÕES UNIDAS. **Índices e indicadores de desarrollo humano: actualización estadística de 2018**. New York, NY: PNUD, 2018.
- NALRC – NATIONAL AFRICAN LANGUAGE RESOURCE CENTER. Disponível em: <https://nalrc.indiana.edu/resources/brochures.html>. Acesso em: 05 fev. 2020.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, SP, v. 10, p. 7-28, 1993.
- OCDE/BAD. **Perspectivas econômicas na África**. [S. l.], 2009.
- OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **International migration: the human face of globalization**. França, 2009. Disponível em: <http://www.oecd.org/insights/43568967.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2019.
- OIM – ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES. **Migración irregular y flujos migratorios mixtos: enfoque de la OIM**. Ginebra, 2009.

OLIVEIRA, A. T. R. Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças. **Revista Brasileira Estudos População**, Belo Horizonte, MG, v.34, n.1, p. 171-179, 2017.

OLIVEIRA, A. T. R.; CAVALCANTI, L. Potencialidades e limitações no uso dos registros administrativos: a experiência do OBMigra. In: SEMINÁRIO IMIGRAÇÃO E EMIGRAÇÃO INTERNACIONAL NO CENÁRIO DE MUDANÇAS GLOBAIS NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: MIGRAÇÃO QUALIFICADA E DEMANDANTES DE REFÚGIO, 2. 2015, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: PUCMinas, 2015.

OLIVEIRA, A. T. R. et al. Notas sobre a migração internacional no Brasil na década de 80. In: PATARRA, N. L. (coord.). **Migrações internacionais: herança XX, agenda XXI**. Campinas, SP: FNUAP, 1996. p. 227-238.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Uso do cabelo afro é ato político, dizem blogueiras e especialistas em beleza**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/uso-do-cabelo-afro-e-ato-politico-dizem-blogueiras-e-especialistas-em-beleza/>. Acesso em: 22 jan. 2020.

ONUBR – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Angola: especialista da ONU pede estratégia inclusiva para migrantes**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/angola-especialista-da-onu-pede-estrategia-inclusiva-para-migrantes/>. Acesso em: 07 out. 2017.

PACHECO, L.; COSTA, P.; TAVARES, F. História econômico-social de Angola: do período pré-colonial à independência. **População e Sociedade**, CEPESE, Porto, v. 29, p. 82-98, 2018.

PAIVA, O. Refugiados de guerra e imigração para o Brasil nos anos 1940 e 1950: apontamentos. **Revista Travessia**, São Paulo, SP, v. 13, n. 37, p. 25-30, 2000.

PATARRA, N.; BAENINGER, R. Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v. 21, n. 60, p. 83-102, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n60/29762.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2019.

PEIXOTO, C. B. T. **Limites do ultramar português, possibilidades para Angola: o debate político em torno do problema colonial (1951-1975)**. 2009. 184f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2009.

PEÑA, D. A. **Más cerca que lejos, en un “allá” que es siempre “aquí”**: un análisis de la inmigración colombiana en Brasil en el siglo XXI. 2019. 241f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2019.

PEREIRA, L. N. N. **Os Bakongo de Angola: etnicidade, religião e parentesco num bairro de Luanda**. Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa; Faperj, 2015.

PERES, R. Família e migração: desafios teórico-metodológicos. In: BERQUÓ, E. (org.). **Demografia na Unicamp: um olhar sobre a produção do Nepo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2017. p. 469-487.

PERES, R. “O que importa é o que acontece com sua família”: um diálogo entre família e migração. **Revista PerCursos**, Florianópolis, SC, v. 15, n. 28, p. 146-165, 2014.

PERES, R.; BAENINGER, R. Migração feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18., 2012, Água de Lindóia, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2012. Disponível em:

<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1982/1940>. Acesso em: 30 out. 2018.

PEREZ GARCIA, Y. **Migración y trabajo entre las regiones del sur desde la perspectiva global: un análisis del flujo de cubanos hacia Angola**. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2015.

PETRUS, M. R. **Emigrar de Angola e imigrar no Brasil: jovens imigrantes angolanos no Rio de Janeiro: história(s), trajetórias e redes sociais**. 2001. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2001.

PIMENTA, F. T. O Estado novo português e a reforma do Estado colonial em Angola: o comportamento político das elites brancas (1961-1962). **História**, Franca, v. 33, n. 2, p. 250-272, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v33n2/0101-9074-his-33-02-00250.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2019.

PIRES, J; SÁ, J. Maré angolana. **Data Labe**, 2018. Disponível em: <https://datalabe.org/mare-angolana/>. Acesso em: 21 jan. 2020.

PORTES, A. Migración y desarrollo: una revisión conceptual de la evidencia.. In: CASTLES, S.; DELGADO WISE, R. (coord.). **Migración y desarrollo: perspectivas desde el sur**. México: Porrúa, 2007.

PORTES, A. Migration, development, and segmented assimilation: a conceptual review of the evidence. **Annals of The American Academy of Political and Social Science**, Philadelphia, v. 610, p. 73-97, 2006.

PORTES, A. Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 69, p. 73-93, 2004.

PORTES, A. La mondialisation par le bas. L'émergence des communautés transnationales. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 129, p. 15-25, 1999.

PORTES, A. Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview. In: PORTES, A. (ed.). **The economic sociology of immigration**. New York, NY: Russell Sage Foundation, 1995.

RATHA, D.; SHAW, W. **South-South migration and remittances**. Washington, DC: World Bank, 2007. (World Bank Working Paper, n. 2).

REDINHA, J. **Etnias e culturas de Angola**. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1975.

RIBEIRO, J. T. L. Brasil-África: Angola em destaque. In: PATARRA, N. L. **Emigração e imigração internacional no Brasil Contemporâneo**. São Paulo, SP: FNUAP, 1996.

ROBERTS, B. R. Socially expected durations and the economic adjustment of immigrants. In: PORTES, A. (ed.). **The economic sociology of immigration**. New York, NY: Russell Sage Foundation, 1995. p. 42-86.

ROCHA, M. J. A. **As perspectivas de crescimento económico de Angola até 2020**. Luanda: CEIC, 2014.

ROSSA, L. A.; MENEZES, M. A. Mulheres angolanas em São Paulo: “Novos” contornos de migrações e refúgio. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11., WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13., 2017, Florianópolis, SC. **Anais...** Florianópolis, SC: UFSC, 2017.

- SÁ, T. M. **Os Estados Unidos e a descolonização de Angola**. Alfragide: Dom Quixote, 2011.
- SACRAMENTO, S. Sociedade, espaço e fluxos: reflexões sobre processos transnacionais. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, SP, v. 29, n. 2, p. 287-304, 2017.
- SALAZAR, G.; RAMÍREZ, C.; CABRERA, D. Aproximación a la identificación de las corrientes migratorias procedentes de Asia y África en Colombia. In: OIM. **Migrantes extracontinentales em América del Sur: estudio de casos**. Buenos Aires, Argentina, 2013. (Cuadernos Migratorios, n. 5).
- SANCHÉZ, L. Las trayectorias en los estudios de migración. In: ARIZA, M.; VELASCO, L. (org.). **Métodos cualitativos y su aplicación empírica: por los caminos de la investigación sobre migración internacional**. México: Universidad Nacional Autónoma de México; Instituto de Investigaciones Sociales/El Colegio de la Frontera Norte, 2012.
- SANT’ANA, M. R. Livre circulação de trabalhadores no Mercosul? In: CASTRO, M. G. (coord.). **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília, DF: CNPD, 2001. p. 73-93.
- SANTANA, N. M. C. D. Colonização alemã no Brasil: uma história de identidade, assimilação e conflito. **Dimensões – Revista de História da UFES**, Petrópolis, RJ, v. 25, n. 1, p. 235-248, 2010.
- SANTOS, A. L.; NOVAES, D.; CHAVES, F. Mulheres angolanas no Brasil: reflexões sobre migrações e maternidade. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, PE, v. 33, n. 2, 2018.
- SANTOS, A. P. M. T. **Tranças, turbantes e empoderamento de mulheres negras: artefatos de moda como tecnologias de gênero e raça no evento Afro Chic (Curitiba-PR)**. 2017. 147f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2017.
- SARAIVA, R. Comportamentos demográficos em Luanda: Fecundidade em áreas urbanas periféricas. Tese de doutorado em Sociologia das Políticas Sociais, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2017.
- SASSEN, S. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010.
- SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo, SP: Studio Nobel, 1998.
- SASSEN, S. **The mobility of labor and capital**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- SAYAD, A. **A imigração**. São Paulo, SP: Edusp, 1998.
- SCHUBERT J. “Democratisation” and the consolidation of political authority in post-war Angola. **Journal of Southern African Studies**, [S. l.], v. 36, n. 3, p. 657-672, 2010.
- SCHWARTZ, S. B. **Sugar plantations in the formation of brazilian society: Bahia, 1550-1835**. New York, NY: Cambridge University Press, 1985.
- SEYFERTH, G. Os estudos da imigração no Brasil: notas sobre uma produção multidisciplinar. In: SANTOS, M. et al. (org.). **Mundos em movimentos: ensaios sobre migrações**. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2007. p. 103-122.
- SEYFERTH, G. Imigração e nacionalismo: o discurso da exclusão e a política imigratória no Brasil. In: CASTRO, M. G. (coord.). **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília, DF: CNPD, 2001. p. 137-150.

- SILVA, A. A. J. **Angola: dinâmicas internas e externas na luta de libertação (1961-1975)**. 2014. 431f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2014.
- SILVA, A. P. O Brasil e os 40 anos de reconhecimento de Angola. **Passagens – Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro, RJ, v. 8, n. 3, p. 471-488, 2016.
- SILVA, A. R. Dominação pela cultura no teatro de língua portuguesa: um olhar sobre Mato Grosso. In: SILVA, A. R. (org.). **Diálogos literários: literatura, comparativismo e ensino**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.
- SILVA, J. M. C. O caso português perante as Nações Unidas. **Ultrammar**, [S. l.], n. 4, 1961.
- SILVA, M. E. C. **O processo de inserção da mulher no mercado de trabalho angolano: estratégias, trajetórias e contextos socioprofissionais**. 2013. 135f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, 2013.
- SILVA, Z. P. Guerra colonial e independência de Angola: o fim da guerra não é o fim da guerra. **Transversos – Revista de História**, Rio de Janeiro, RJ, v. 7, n. 7, p. 154-184, 2016.
- SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1973.
- SMITH, M. P. **Transnational urbanism: locating globalization**. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.
- SONGA, E. **(Re)Significações das tranças e outros penteados em Angola: as moças das tranças na “Praça Nova” da Cidade do Lubango**. 2017. 146f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2017.
- THORNTON, J. The slave trade in eighteenth century Angola: effects on demographic structures. **Canadian Journal of African Studies**, Canadá, v. 14, n. 3, p. 423-424, 1980.
- TILLY, C. Transplanted networks. In: YANS-MCLAUGHLIN, V. (ed.). **Immigration reconsidered**. New York, NY: Oxford University Press, 1990.
- TRUZZI, O. M. S. Redes em processos migratórios. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, SP, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008.
- UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. Population Division. **World Population Prospects 2019: highlights**. New York, NY, 2019.
- UNHCR – UNITED NATIONS HIGH COMMISSARIAT FOR REFUGEES. **Angola: Inter-Agency Operational Update**. [S. l.], 2017.
- VALIM, L.; RIGA, M.; RIBEIRO, V. Fugindo da crise econômica em seu país, angolanos encontram dificuldades econômicas semelhantes no Brasil. **Olhares do Mundo**, [Blog]. 20 de jun. de 2016. Disponível em: <https://olharesdomundo.wordpress.com/2016/06/20/fugindo-da-crise-economica-em-seu-pais-angolanos-encontram-dificuldades-semelhantes-no-brasil/>. Acesso em: 02 maio 2018.
- VICENTE, M. C. T. et al. Analysis of quality indexes of the provided health services in public and private services of Angola. **Journal of Human Growth and Development**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 228-233, 2016.

VISENTINI, P. G. F. Independência, marginalização e reafirmação da África (1957-2007). In: MACEDO, J. R. (org.). **Desvendando a história da África**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2008. p. 123-137.

VIRADA DA CONSCIÊNCIA. **Sarau Africano com o Coletivo Raízes**. Santo Amaro, SP, 2019. Disponível em: <https://viradadaconsciencia.com.br/cultura/sarau-sarau-africano-com-o-coletivo-raizes/>. Acesso em: 12 fev. 2020.

WAISBICH, L.; POMEROY, M. Angola e Brasil: operacionalizando o conceito da cooperação Sul-Sul? **Observatório Brasil e o Sul**, [S. l.], n. 4, 2016.

WENDEN, C. Un essai de typologie des nouvelles mobilités. **Hommes & Migration**, [S. l.], n. 1233, p. 5-12, 2001.

WIHTOL DE WENDEN, C. Un essai de typologie des nouvelles mobilités. **Hommes & Migration**, n. 1233, p. 5-12, 2001.

WIMMER, A.; GLICK-SCHILLER, N. Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences. **Global Networks**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 301-334, 2003.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Tracking universal health coverage: 2017 global monitoring report**. Geneva, 2017.

ANEXOS

ANEXO 1 – Síntese de Indicadores Demográficos, 2011-2016, Angola

Ano	2011	2012	2013	2 014	2015	2016
Total	17 992 033	18 576 568	19 183 590	25 789 024	26 681 590	27 503 526
Jovens (0 - 14 anos)	8 518 541	8 780 378	9 055 541	12 196 496	12 688 985	12 993 242
Idade em início escolar (5 - 9 anos)	2 779 379	2 822 832	2 852 060	4 160 174	5 688 329	5 962 488
Idade do 1º emprego (20 - 29 anos)	2 796 232	2 943 373	3 086 986	4 119 551	4 126 675	4 276 744
População em idade activa (15 - 64 anos)	9 043 472	9 361 717	9 686 960	12 980 097	13 324 711	13 829 931
Idade de pré-reforma (55 - 65 anos)	662 935	710 945	752 210	895 028	908 733	949 306
Idosos (65 e + anos)	430 020	434 473	441 089	612 431	667 894	680 353
Idade avançada (75 e + anos)	115 794	116 062	118 584	216 872	250 568	217 431
Índice de masculinidade	93.8	94.0	94.1	94.0	94.2	94.4
Índice de dependência de jovens	94.2	93.8	93.5	94.0	95.2	94.0
Índice de dependência de idosos	4.8	4.6	4.6	4.7	5.0	4.9
Índice de dependência total	99.0	98.4	98.0	98.7	100.2	98.9
Índice de envelhecimento	5.0	4.9	4.9	5.0	5.3	5.2
Índice de longevidade	26.9	26.7	26.9	35.4	37.5	32.0
Índice de rejuvenescimento da população activa	421.8	414.0	410.4	460.3	454.1	450.5
Índice de sustentabilidade potencial	21.0	21.5	22.0	21.2	20.0	20.3
Taxa bruta de natalidade	46.2	46.2	46.2	36.7	36.9	37.0
Taxa bruta de mortalidade	14.2	14.2	14.2	9.2	8.4	8.1
Taxa de mortalidade infantil	114.1	113.4	112.6	65.3	63.4	62.2
Esperança de Vida ao Nascer	48.6	48.7	48.9	60.9	61.2	61.5
Taxa de crescimento natural	2.03	2.78	2.78	2.9	3.0	3.1
Taxa de fecundidade	6.0	5.8	5.7	5.7	5.5	5.5
Idade mediana	16.1	16.1	16.1	16.0	16.1	16.3
Densidade populacional	14.4	14.8	15.3	20.6	21.3	22.0

Fonte: INE, Projectão da População, 2009 - 2015

Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola - 2014

Projectão da população, 2014-2050

World Population Prospects: The 2015 Revision

Fonte: INE (2017).

ANEXO 2 – População Estrangeira Portadores de Visto, por Continente e Países, 2016, Angola

Continente/ Países	Tipo de visto			Total
	Trabalho	Residência	Permanente	
Total	205 952	25 651	16 623	248 226
África	9 499	12 667	4 728	26 894
África do Sul	2 296	110	166	2 572
Argélia	141	10	5	156
Benim	14	48	26	88
Burquina Faso	11	12	23	46
Cabo Verde	308	1 724	299	2 331
Camarões	164	29	36	229
Congo Brazzaville	192	300	41	533
República Democrática do Congo	70	195	238	503
Costa do marfim	98	56	37	191
Eritreia	678	76	78	832
Egipto	543	5	14	562
Etiópia	136	36	20	192
Gâmbia	72	612	353	1 037
Gâmbia	15	291	340	646
Gana	61	10	15	86
Guiné-Bissau	69	539	202	810
Guiné-Conacri	376	867	766	2 009
Gabão	43	2	6	51
Ilhas Maurícias	65	0	1	66
Líbia	46	0	0	46
Mali	206	707	320	1 233
Mauritânia	1 798	535	107	2 440
Madagáscar	32	3	8	43
Marrocos	49	0	19	68
Moçambique	247	274	455	976
Namíbia	64	68	29	161
Níger	5	78	80	163
Nigéria	951	235	276	1 462
São Tomé e Príncipe	70	5 419	303	5 792
Serra Leoa	29	71	21	121
Senegal	59	182	67	308
Tanzânia	17	16	10	43
Chade	23	4	6	33
Tunísia	171	0	4	175
Quénia	44	7	29	80
Ruanda	87	49	97	233
Uganda	21	0	12	33
Zâmbia	25	31	75	131
Zimbábue	133	29	108	270
Outro	70	37	36	143

Continua

Continentes/ Países	Tipo de visto			Total
	Trabalho	Residência	Permanente	
América	23 552	2 380	3 897	29 829
Estados Unidos	5 147	92	279	5 518
Argentina	189	26	85	300
Bolívia	59	2	6	67
Brasil	7 621	959	2 157	10 737
Canadá	346	97	109	552
Chile	18	17	19	54
Colômbia	296	17	46	359
Cuba	8 532	1 038	897	10 467
Equador	111	3	13	127
Guatemala	39	2	5	46
Honduras	23	0	7	30
México	153	56	159	368
Nicarágua	12	6	12	30
Paraguai	23	11	2	36
Peru	220	32	71	323
República Dominicana	85	1	6	92
Trindade e Tobago	178	0	0	178
Venezuela	436	3	4	443
Outros	64	18	20	102
Europa	46 734	8 383	6 675	61 792
Alemanha	185	60	73	318
Áustria	29	3	5	37
Bélgica	236	76	75	387
Bielorrússia	287	25	5	317
Bósnia e Herzegovina	30	2	9	41
Bulgária	84	52	14	150
República Checa	6	54	16	76
Croácia	117	10	2	129
Dinamarca	213	21	31	265
Espanha	763	131	183	1 077
França	4 899	260	186	5 345
Grécia	23	4	1	28
Holanda	564	24	22	610
Hungria	18	5	8	31
Irlanda	76	6	11	93
Itália	977	167	99	1 243
Letónia	27	3	4	34
Lituânia	94	0	5	99
Malta	26	0	0	26
Macedónia	36	1	0	37
Moldávia	96	6	0	102
Montenegro	18	1	1	20
Noruega	248	5	10	263
Polónia	419	15	47	481
Portugal	30 256	7 064	5 294	42 614
Reino Unido	5 261	136	73	5 470
Roménia	362	16	13	391
Rússia	626	123	311	1 060
Sérvia	134	12	63	209
Suécia	79	11	13	103
Suíça	62	30	48	140
Ucrânia	436	46	35	517
Outro	47	14	18	79

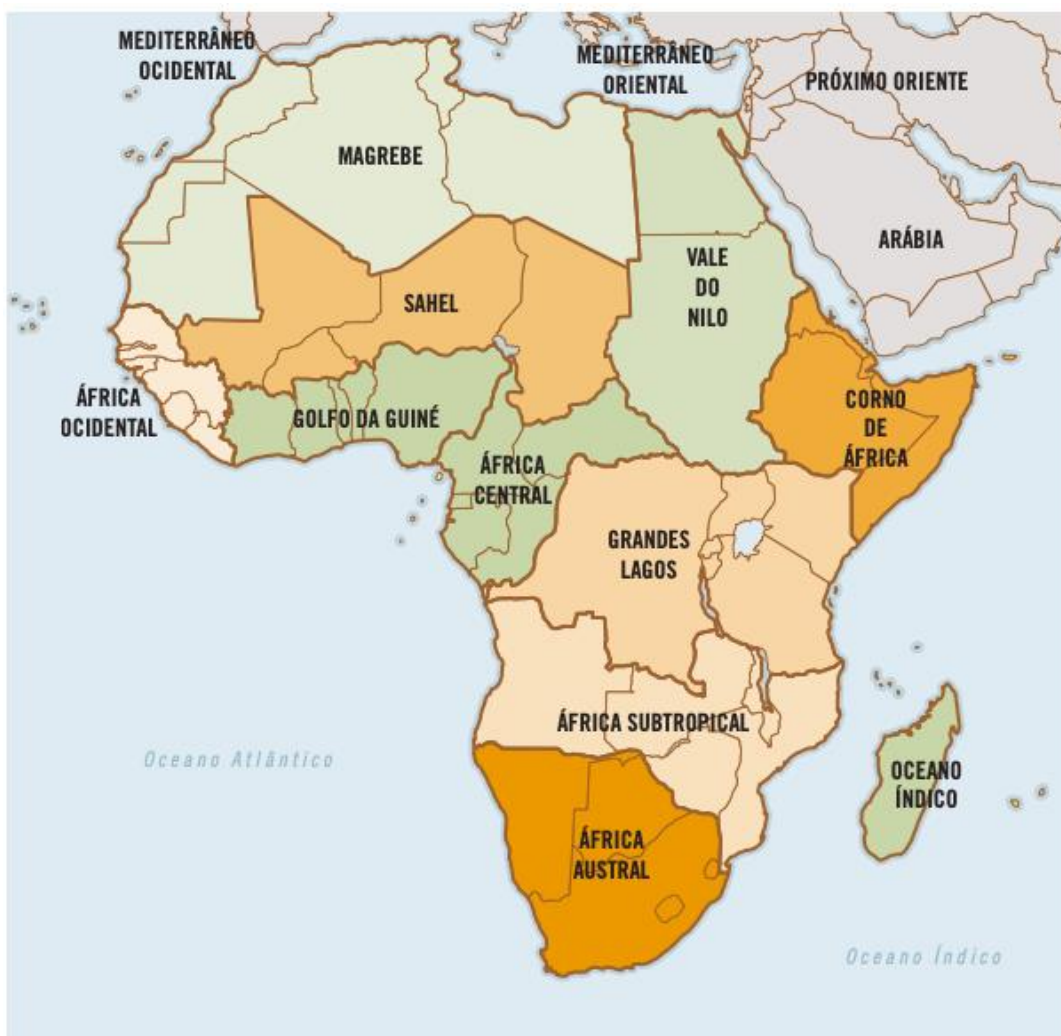
Continua

Continentes/ Países	Tipo de visto			Total
	Trabalho	Residência	Permanente	
Ásia	125 758	2 216	1 314	129 288
Afeganistão	12	1	22	35
Arménia	49	5	0	54
Azerbaijão	79	9	3	91
Bangladeche	439	8	12	459
Cazaquistão	50	0	1	51
China	85 717	220	70	86 007
Coreia do norte	1 251	0	4	1 255
Coreia do Sul	410	29	2	441
Filipinas	5 830	102	87	6 019
Iémen	20	0	6	26
Índia	7 647	196	201	8 044
Indonésia	691	6	32	729
Israel	386	51	40	477
Japão	87	14	6	107
Jordânia	44	22	15	81
Líbano	2 842	301	382	3 525
Malásia	148	4	0	152
Nepal	97	0	0	97
Palestina	49	14	7	70
Paquistão	393	31	48	472
Síria	237	0	1	238
Sri Lanka	109	2	3	114
Singapura	52	0	4	56
Tailândia	55	1	2	58
Taiuã	26	11	1	38
Turquia	394	5	3	402
Usbequistão	258	8	1	267
Vietname	18 291	1 169	354	19 814
Outro	95	7	7	109
Oceânia	409	5	9	423
Austrália	307	3	5	315
Nova Zelândia	102	2	4	108

Fonte: Ministério do Interior - Serviço de Migração e Estrangeiros, Relatório de Balanço Anual, 2016

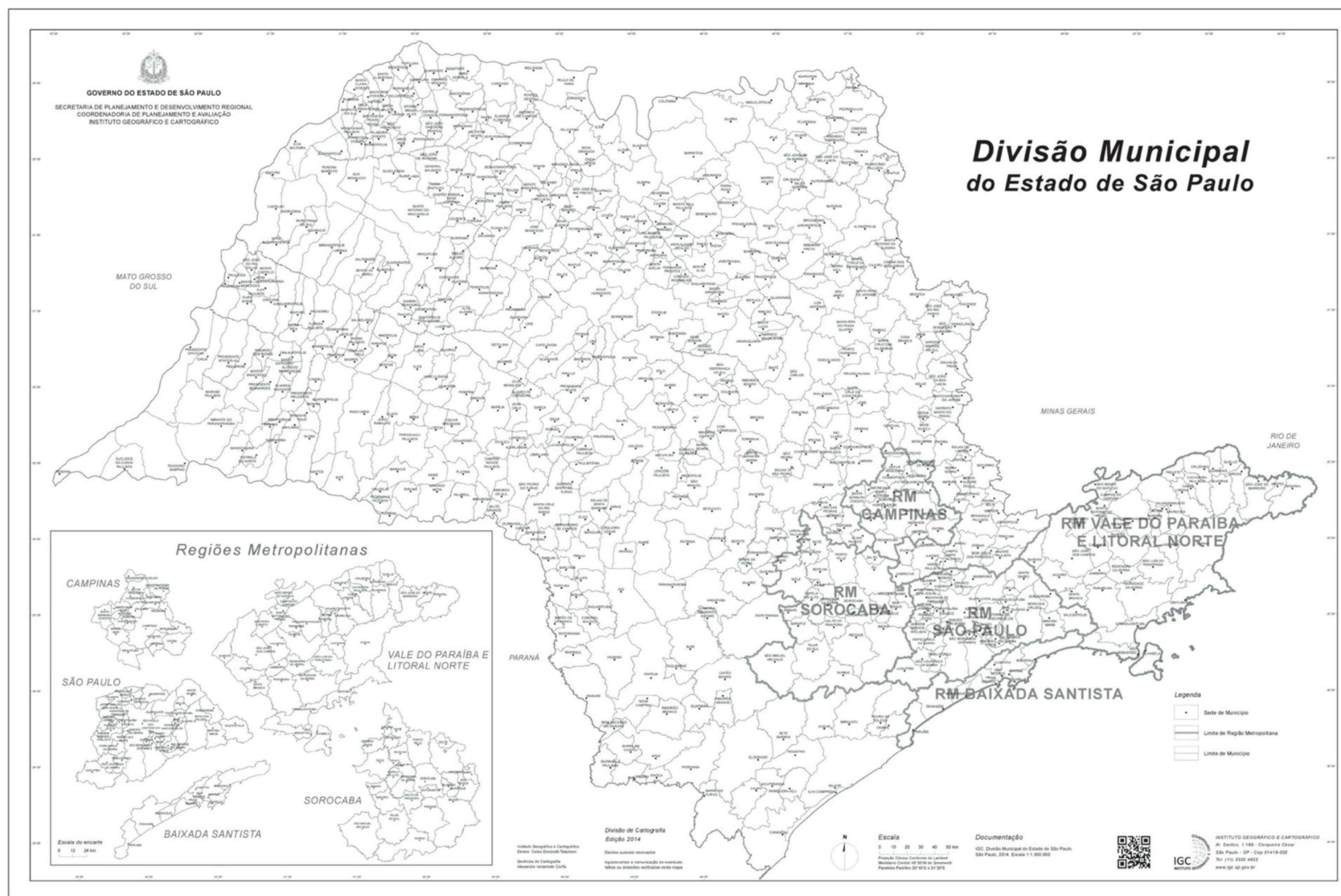
Fonte: INE (2017).

ANEXO 3 – Mapa das Regiões Africanas



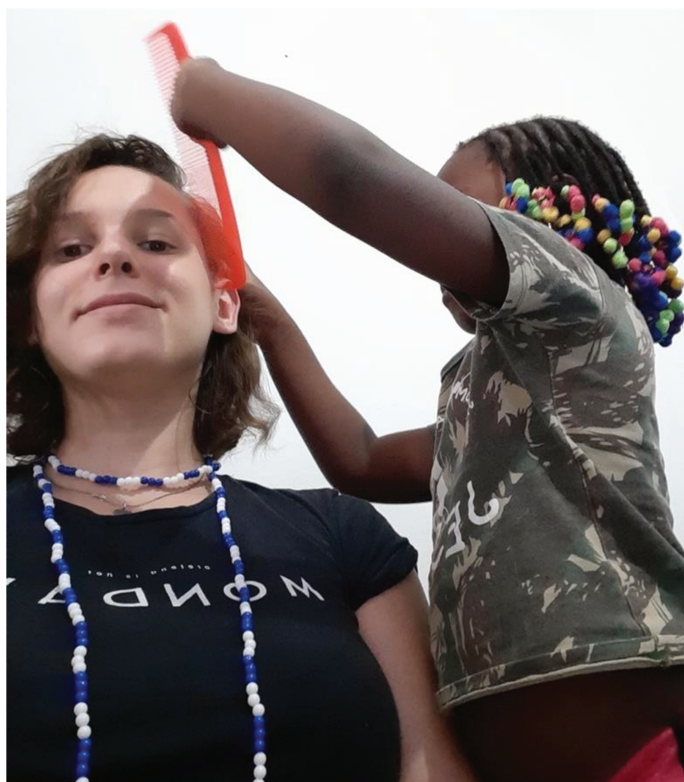
Fonte: INE (Relatório de Indicadores de Linha de Base Agenda 2030) *apud* Grande Atlas Histórico (2006).

ANEXO 4 – Mapa do Estado de São Paulo com Divisão Municipal



Fonte: IGC. Disponível em: http://www.igc.sp.gov.br/produtos/arquivos/IGC_Divisao_Municipal_2014.jpg. Acesso em: 21 nov. 2019

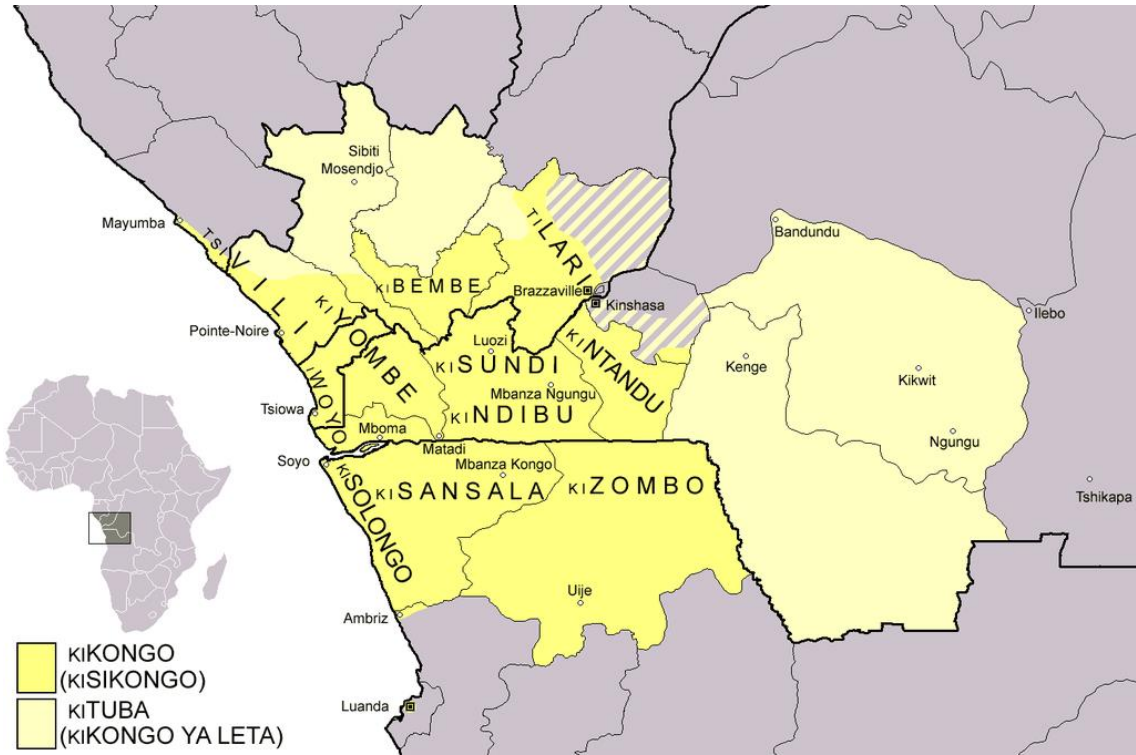
ANEXO 5 – Fotos do almoço realizado na casa de Fernanda



Fonte: Acervo pessoa

Nota: Estava na presença de seus 3 filhos, seu marido, Dani (sobrinha de Fernanda) e seu filho recém-nascido. Na foto direita acima, o tradicional fufú, na foto da esquerda acima, o prato montado, se come com as mãos; na foto abaixo, a filha de Lucia, com 4 anos, habilidosa com cabelos.

ANEXO 6 – Mapa de dialeto de Kikongo



Fonte: Sessarego e Tejedó-Herrero (2016).